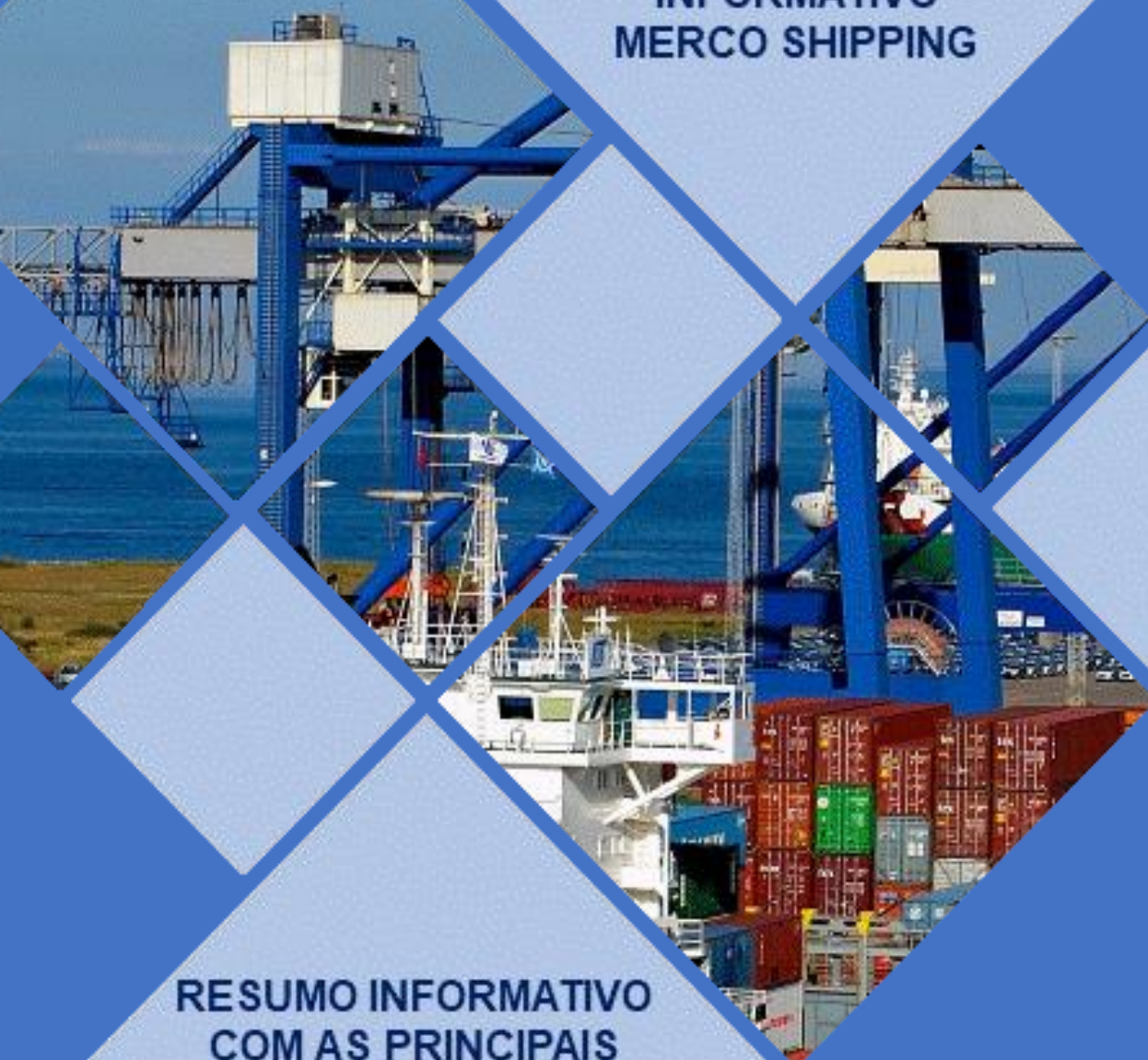


# INFORMS

INFORMATIVO  
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO

Edição 196/2023  
Data: 30/11/2023



## ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP).....</b>	<b>4</b>
NOVO PÍER AUMENTA OPERAÇÕES EM 25% NO PORTO DE SANTOS .....	4
EXPORTAÇÃO DE SUCO DE LARANJA PELO PORTO DE SANTOS CRESCE 10,5% .....	5
ANUNCIADO EM SANTOS, PROGRAMA NAVEGUE SIMPLES PODE DESTRAVAR CONCESSÕES .....	6
<b>MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA .....</b>	<b>7</b>
BRK PLANEJA INVESTIR MAIS DE R\$ 2,1 BILHÕES NO SANEAMENTO DO GRANDE RECIFE .....	7
PECÉM EMBARCA 20 PÁS EÓLICAS EM BALSA PARA O RIO GRANDE DO SUL.....	9
<b>ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....</b>	<b>10</b>
ANTAQ ABRE DUAS CONSULTAS PÚBLICAS NA PRÓXIMA SEMANA.....	10
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF .....</b>	<b>11</b>
AVIAÇÃO CIVIL - BRASIL E ARÁBIA SAUDITA FIRMAM ACORDOS DE COOPERAÇÃO EM DEFESA E SEGURANÇA.....	11
RELAÇÕES EXTERIORES - SILVIO COSTA FILHO: “O BRASIL HOJE PASSOU A SER UMA JANELA DE OPORTUNIDADES .....	12
RELAÇÕES EXTERIORES - NA ARÁBIA SAUDITA, COMITIVA BRASILEIRA APRESENTA PROJETOS PORTUÁRIOS E AEROPORTUÁRIOS A INVESTIDORES INTERNACIONAIS .....	12
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF .....</b>	<b>13</b>
RODOVIAS - RENAN FILHO: "PRECISAMOS UNIFICAR OS DADOS E SOMAR ESFORÇOS PARA GARANTIR RODOVIAS MELHORES".....	13
<b>BE NEWS – BRASIL EXPORT .....</b>	<b>14</b>
EDITORIAL – UNIFORMIDADE E ESTATÍSTICAS.....	14
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	15
<i>Canal fechado</i> .....	15
<i>Santos Brasil</i> .....	15
<i>Ferrovias</i> .....	15
<i>Consultas públicas</i> .....	15
<i>Consultas públicas 2</i> .....	15
<i>Risco de desabamento</i> .....	15
NACIONAL - MINISTRO PEDE PADRONIZAÇÃO DE DADOS PARA MELHORAR RODOVIAS .....	16
NACIONAL - CÂMARA APROVA MARCO LEGAL DO HIDROGÊNIO VERDE.....	16
REGIÃO NORDESTE - TERMINAL SALINEIRO DO RN ESTUDA AMPLIAR ÁREA PARA MOVIMENTAR PEÇAS EÓLICAS.....	17
REGIÃO NORDESTE - EM OPERAÇÃO PIONEIRA, PORTO DO PECÉM EMBARCA 20 PÁS EÓLICAS EM BALSA .....	18
REGIÃO SUDESTE - SAFRA DO MILHO AJUDA PORTO DO SANTOS A QUEBRAR RECORDE DE MOVIMENTAÇÕES NO ANO .....	19
REGIÃO SUDESTE - RECEITA LOCALIZA COCAÍNA ESCONDIDA DURANTE VISTORIA NO AEROPORTO DE GUARULHOS .....	20
REGIÃO SUL - MOVIMENTAÇÃO NOS PORTOS DO RS REGISTRA CRESCIMENTO DE QUASE 14% .....	21
REGIÃO SUL - DRAGA UTRECHT CHEGA A RIO GRANDE PARA SEGUNDA ETAPA DE OBRAS DE DRAGAGEM.....	22
<b>O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....</b>	<b>23</b>
CANAL DE ACESSO AOS PORTOS DE ITAJÁ E NAVEGANTES É NOVAMENTE FECHADO .....	23
ANTT PREMIA CONCESSIONÁRIAS DE FERROVIAS E RODOVIAS QUE FORAM DESTAQUES EM 2023.....	24
PRATICAGEM REALIZA SEMINÁRIO INTERNACIONAL NO DIA 6.....	26
VLI E ALE TRANSFORMAM EMISSÕES EM SUSTENTABILIDADE NO TRANSPORTE FERROVIÁRIO .....	27
SAIBA COMO A MARINHA PRODUZ ÁGUA POTÁVEL DENTRO DOS NAVIOS .....	28
<b>AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS .....</b>	<b>29</b>
BRASIL ANALISA CONVITE PARA INTEGRAR OPEP+ .....	29
ESTADOS PRECISAM AVANÇAR NA REGULAÇÃO DO BIOMETANO, DIZ MANUELA KAYATH.....	30
MERCADO DE CARBONO AJUDARÁ EMPRESAS BRASILEIRAS EM NOVA FASE DO COMÉRCIO GLOBAL, AVALIA ICC BRASIL .....	31
NOVO PLANO PARA FERTILIZANTES MIRA REDUÇÃO DA REINJEÇÃO E DE TARIFAS DO GÁS NATURAL.....	33
<b>JORNAL O GLOBO – RJ.....</b>	<b>35</b>
LULA DEVE SE ENCONTRAR COM PRESIDENTE DA COMISSÃO EUROPEIA PARA FECHAR ACORDO MERCOSUL E UE.....	35
HADDAD DIZ QUE VAI SEGUIR DÉFICIT ZERO ‘OBSTINADAMENTE’ .....	38
ACIONISTAS DA PETROBRAS APROVAM MUDANÇAS NO ESTATUTO QUE FACILITAM INDICAÇÕES POLÍTICAS PARA A ESTATAL .....	39
BRASIL ANALISA CONVITE PARA ENTRAR NA OPEP+, GRUPO QUE REÚNE GRANDES EXPORTADORES DE PETRÓLEO .....	40
TCU LIMITA MUDANÇA SOBRE INDICAÇÕES NA PETROBRAS ÀS VÉSPERAS DA ASSEMBLEIA .....	41



<b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP</b> .....	<b>42</b>
‘EU NÃO QUERIA ESTAR NA PELE DA IMPRENSA’, DIZ MARCO AURÉLIO.....	42
POR QUE MACEIÓ TEM RISCO DE DESASTRE AMBIENTAL E O QUE HÁ NAS MINAS DA BRASKEM .....	43
FINANCIAMENTO CLIMÁTICO E MERCADO DE CARBONO: ENTENDA AS DEMANDAS DAS EMPRESAS NA COP-28.....	43
GOVERNO E CONGRESSO SEGUEM APOSTANDO QUE PODEM MUDAR REGRAS FISCAIS SEM CUSTO DE CREDIBILIDADE .....	46
FOZ DO AMAZONAS: É POSSÍVEL CONCILIAR A PRESERVAÇÃO DA FLORESTA COM A EXPLORAÇÃO DO PETRÓLEO?.....	47
COM OLHAR ATENTO PARA SUSTENTABILIDADE, TIM TEM SÓLIDA JORNADA ESG.....	48
<b>VALOR ECONÔMICO (SP)</b> .....	<b>50</b>
EXCLUSIVO: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES ACUSA VALE DE DESCUMPRIR PRAZO CONTRATUAL EM FERROVIAS.....	50
REFORMA DO ESTATUTO DA PETROBRAS É APROVADA POR 54,98% DOS ACIONISTAS, DIZEM FONTES.....	51
BRASKEM É INTIMADA EM AÇÃO BILIONÁRIA SOBRE POTENCIAL COLAPSO EM MINA DE MACEIÓ .....	51
<b>AGÊNCIA BRASIL - DF</b> .....	<b>52</b>
SENADO APROVA PL DA TAXAÇÃO DOS FUNDOS EXCLUSIVOS E OFFSHORES .....	52
SENADO APROVA PL QUE MUDA TRIBUTAÇÃO DE OFFSHORES .....	54
<b>PORTAL PORTOS E NAVIOS</b> .....	<b>55</b>
ESTALEIROS COREANOS QUEREM EXPANDIR-SE RUMO AO EXTERIOR .....	55
MITSUBISHI POWER CONCLUI DEMONSTRAÇÃO DE COMBUSTÃO ASSOCIADA COM HIDROGÊNIO E GÁS .....	56
ULSTEIN REVELA PROJETO DE EMBARCAÇÃO DE TRANSPORTE PESADO PARA SETOR EÓLICO OFFSHORE .....	56
FRENTE PARLAMENTAR PLANEJA VISITAR ESTALEIROS DO AM E PE EM 2024 .....	57
BNDES VÊ 'GATILHOS' DE NOVOS INVESTIMENTOS NA CONSTRUÇÃO NAVAL E NO SETOR PORTUÁRIO .....	58
EMPRESAS DESENVOLVER NAVIO PARA ABASTECIMENTO DE AMÔNIA A BORDO .....	60
NOVO ARMAZÉM DO PORTO ITAPOÁ TERÁ DIFERENCIAIS DE TECNOLOGIA E INFRAESTRUTURA .....	60
MSC PREPARA MEGAMAX PARA TRATAMENTO DE CAPTURA DE CARBONO .....	61
WINTERSHALL, YPF E DOW SE UNEM PARA CCS NA ARGENTINA .....	61
PETROBRAS RETIRA A P-32 DA LOCAÇÃO PARA DESTINAÇÃO SUSTENTÁVEL .....	62
PPSA LANÇA PAINEL COM INFORMAÇÕES DOS VOLUMES DE ÓLEO E GÁS DA UNIÃO EM CONTRATOS DE PARTILHA.....	63
ROYALTIES: VALORES DE SETEMBRO PARA CONTRATOS DE PARTILHA DE PRODUÇÃO FORAM DISTRIBUÍDOS NESTA QUARTA-FEIRA.....	64
COMITÊ ESPERA USO EFICIENTE DOS ATIVOS DE SANTOS NA EXPANSÃO DOS PRÓXIMOS 10 ANOS.....	65
COMISSÃO DO SENADO ADIA ANÁLISE DE PL DA PRATICAGEM PARA PRÓXIMA SEMANA .....	66
CI PRORROGA ATÉ 2031 ISENÇÃO DE IMPOSTO SOBRE CARGAS DO NORTE E NORDESTE .....	67
JAPÃO CONCLUI CONSTRUÇÃO DO PRIMEIRO NAVIO DE DEMONSTRAÇÃO DE TRANSPORTE DE LCO2.....	68
ESTALEIROS CHINESES VEEM DEMANDA POR EMBARCAÇÕES PARA INSTALAÇÕES EÓLICAS OFFSHORE .....	69
OPERAÇÃO PIONEIRA NO PORTO DO PECÉM EMBARCA 20 PÁS EÓLICAS EM Balsa PARA O RIO GRANDE DO SUL .....	69
EM SETEMBRO, FERROVIAS REGISTRARAM MAIOR VOLUME DE CARGAS TRANSPORTADO DESDE 2018 .....	70
EM 10 MESES, PORTOS DO PARANÁ REGISTRA CRESCIMENTO DE 15% NAS MOVIMENTAÇÕES PARA EXPORTAÇÃO.....	71
MILHO SE DESTACA NA PAUTA DE EXPORTAÇÕES PELO PORTO DE SANTOS EM OUTUBRO.....	71
MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NO PORTO DE IMBITUBA CRESCE 5,5% EM OUTUBRO.....	72
BTP COMPLETA 10 ANOS DE OPERAÇÕES E MIRA NA EXTENSÃO DA SUA CONCESSÃO NO PORTO DE SANTOS.....	73
OPERAÇÃO COM A ALE COMBUSTÍVEIS INSERE VLI EM MERCADO DE CRÉDITOS DE CARBONO .....	74
<b>MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA</b> .....	<b>75</b>
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM .....	75



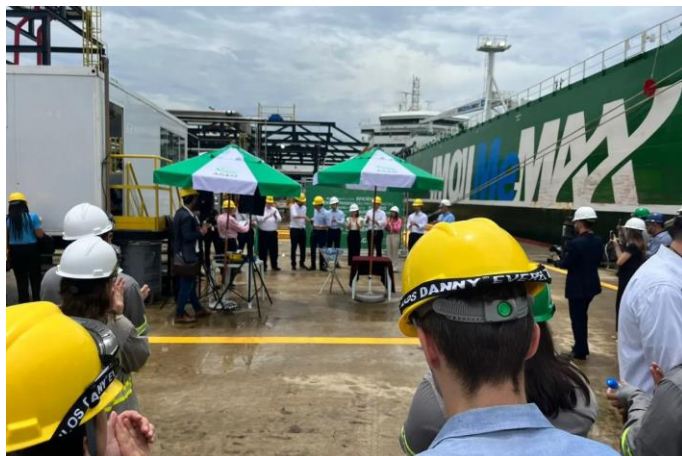


### A TRIBUNA DIGITAL (SP)

## NOVO PÍER AUMENTA OPERAÇÕES EM 25% NO PORTO DE SANTOS

Com investimento de R\$ 187 milhões, ele amplia muito o potencial de recebimento de graneis líquidos

Por: A Tribuna Digital - SP



**Embarcadouro foi inaugurado com a presença de uma comitiva do Ministério de Portos e Aeroportos, incluindo o ministro Silvio Costa**  
Foto: Divulgação

O novo píer inaugurado pela Ageo em Santos, na semana passada, corresponde a um investimento de R\$187 milhões, resultado de um projeto desenvolvido ao longo de dois anos. Com a obra concluída, a capacidade de operações de embarque e desembarque de graneis líquidos na região tem potencial de saltar em 25%.

A estrutura suporta navios classe LR1, transporte de grande porte dedicado a produtos como combustíveis e óleos. O nomeado Píer Ageo São Paulo auxiliará, ainda, na redução do tempo de espera para atracamentos pela escassez de berços especializados. Para o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, o feito da empresa está alinhado “com o tema da expansão e na necessidade de crescimento do porto, especialmente para a movimentação desse tipo de carga”.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, esteve na inauguração e assinou a portaria que autoriza a Ageo a investir na construção da nova bacia de tancagem em seu terminal, reconhecendo o referencial da empresa na área. A bacia ampliará a capacidade de operação do Porto de Santos com o incremento de 12 tanques. “Esse é o tipo de investimento que vai gerar empregos e desenvolvimento para o País”, afirmou o ministro. “Com a adição de 12 novos tanques ao conjunto já existente, contribuímos significativamente para o desenvolvimento econômico de Santos, gerando empregos e renda, além de fortalecer o estado de São Paulo como um todo”, explicou o ministro.

O CEO da Ageo, Matheus Santiago, reconhece que as atuais conquistas da marca são fruto de inspiração profissional deixada como marca pelo pai, o empresário Carlos Alberto de Oliveira Santiago.

“A nossa proposta sempre foi nos dedicarmos a aquilo que é inovador e ao aperfeiçoamento contínuo de nossos serviços, acompanhando as tendências que vão oferecer o melhor ao nosso público”, explicou. “Atender às necessidades dos clientes e, ainda, superar as expectativas destes, continua sendo o nosso maior objetivo”, completou o empresário.

Desde 2004, a Ageo se consolida como líder no mercado de movimentação de graneis líquidos no Porto de Santos, com capital integralmente nacional. Hoje, seus três terminais são compostos por mais de 270 tanques, com capacidade de comportar aproximadamente 521 mil metros cúbicos de conteúdo. Além disso, a Ageo conta com áreas para expansões futuras já licenciadas.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 30/11/2023

### EXPORTAÇÃO DE SUCO DE LARANJA PELO PORTO DE SANTOS CRESCE 10,5%

Quase a totalidade do produto brasileiro que vai para outros países passa pelo cais santista

Por: *Bárbara Farias*



**A LDC está entre as principais companhias que processam suco de laranja no Brasil, que é o maior exportador mundial do produto Foto: Alexander Ferraz/AT**

O Porto de Santos embarcou 2,1 milhões de toneladas de suco de laranja entre janeiro e outubro deste ano, quantidade 10,5% superior ao mesmo período de 2022, quando foram 1,9 milhão de toneladas. Desse total, 316,6 mil toneladas foram escoadas pela Louis Dreyfus Company (LDC), cujo terminal, instalado no Armazém 30 (T-30), na Margem Direita, completou 15 anos.

A LDC está entre as principais companhias que processam suco de laranja no Brasil, que é o maior exportador mundial do produto. “O Brasil é responsável por 65% de todo suco de laranja movimentado no mundo. Temos três grandes empresas no negócio de suco de laranja no País, entre elas a LDC”, afirma o diretor global de Operações da LDC Sucos, Jorge Alexandre Mangussi da Costa. As outras são a Citrosuco e a Cutrale.

De acordo com levantamento da Associação Brasileira de Exportadores de Sucos Cítricos (Citrus), a Europa é a maior consumidora do suco de laranja brasileiro (61,4%), seguida pelos Estados Unidos (30,9%).

Costa diz que o Porto de Santos, o maior do País, é estratégico para as exportações da companhia. “Toda a nossa produção é escoada por Santos. O T-30 é super estratégico para nós”.

Segundo ele, a escolha de Santos foi motivada pela infraestrutura da região, a proximidade com a sede corporativa em São Paulo e pelo fato de já existirem outras equipes das áreas fiscal, de compliance e execução alocadas na Cidade. A Baixada Santista também se destaca como um importante centro de exportação nacional, onde a LDC opera terminais portuários e unidades de negócio dedicadas à comercialização de açúcar, café, soja, suco de laranja, algodão, grãos e oleaginosas.

O diretor global de Operações destaca que a companhia dispõe de toda uma cadeia logística que “garante eficiência, qualidade e redução de custos”.

Ele explica que o suco é transportado das fazendas do interior de São Paulo para Santos por caminhões-tanque até o terminal, onde é pasteurizado (processo de esterilização em que o produto é aquecido e esfriado rapidamente) e embarcado nos navios.

“A gente trocou a frota recentemente (em 2020). Tínhamos três navios, agora são dois, com capacidade 40% maior do que os anteriores e que consomem 40% menos combustível. Isso propiciou uma redução de 85% nas nossas emissões de carbono no transporte marítimo”, ressalta.

As duas embarcações possuem, cada uma, 180 metros de comprimento e 30 metros de largura. Juntos, os navios têm capacidade estática para transportar 50 mil toneladas de sucos e possuem tanques para produtos customizados.



A partir de Santos, a LDC exporta sucos de laranja, lima e limão siciliano a granel – concentrado e não concentrado para mais de 70 países. Também exporta em contêineres produtos derivados, como óleos essenciais e casca seca.

O T-30 tem capacidade de estocagem para 28 mil toneladas de suco concentrado e 72 mil toneladas de não concentrado.

### Histórico

A LDC foi fundada em 1851, na França, e se instalou no Brasil em 1942. Em 1988, iniciou sua primeira unidade de processamento de laranjas no País. Já em 2008, inaugurou o terminal no Armazém 30, do Porto de Santos.

A empresa atua em mais de 100 países, empregando, aproximadamente, 17 mil pessoas, produzindo, processando e transportando 80 milhões de toneladas de produtos no mundo.

### Cadeia logística precisa de perfeição

A LDC cultiva mais de 30 mil hectares de pomares de frutas cítricas distribuídos entre as 38 fazendas gerenciadas pela companhia, localizadas estrategicamente em todo o cinturão citrícola do Brasil, e também adquire frutas cítricas de fornecedores locais.

“Nossos ativos de sucos também incluem três unidades de processamento, em Matão e Bebedouro (SP) e em Paranavaí (PR), e outro terminal logístico localizado em Ghent, na Bélgica. Isso nos permite distribuir sucos de laranja, limão siciliano e lima tahiti, bem como diversos produtos derivados, para todo o mundo”, explicou Costa.

As frutas cítricas são transportadas até as instalações da LDC, onde os sucos são produzidos e enviados a granel ou em tambores até o Porto de Santos, sendo armazenados, pasteurizados e transportados aos dois navios. Os sucos são depositados em 24 tanques com capacidade total para 100 mil toneladas dentro de câmaras refrigeradas com temperatura controlada, sem que o produto entre em contato com o ambiente externo, garantindo a sua segurança e qualidade.

### Seis ativos na Baixada

Ao todo, a LDC atua com seis ativos na Baixada Santista: o Centro de Serviços Compartilhados (CSC), o Terminal de Sucos e Terminal Exportador de Santos (TES), em Santos; um Armazém de Algodão, em Cubatão, que é certificado pelo programa Algodão Brasileiro Responsável para Terminais Retroportuários de Algodão (ABR-LOG); o Terminal Exportador Açúcar do Guarujá (TEAG) e o Terminal Exportador de Grãos do Guarujá (TEG), ambos em Vicente de Carvalho, em Guarujá.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 29/11/2023*

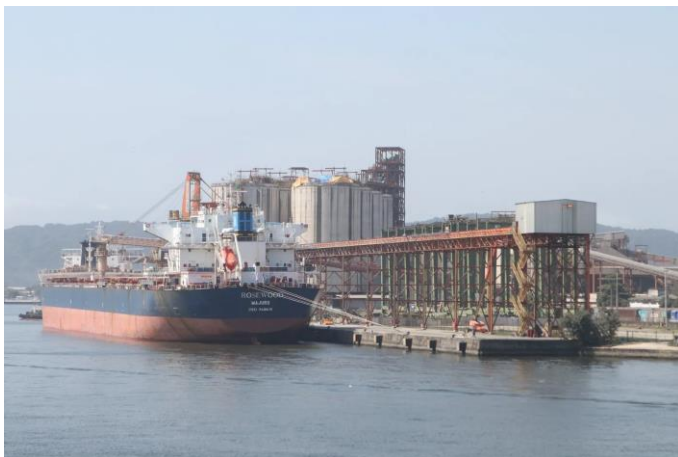
## ANUNCIADO EM SANTOS, PROGRAMA NAVEGUE SIMPLES PODE DESTRAVAR CONCESSÕES

Programa, que será lançado pelo Governo Federal, deve reduzir a burocracia e aumentar o desenvolvimento do setor

*Por: Bárbara Farias*

Destruar concessões para terminais de uso privado (TUPs) e arrendamentos em portos públicos é o objetivo do Ministério de Portos e Aeroportos com o programa Navegue Simples, que deve ser lançado em janeiro de 2024. A notícia agradou especialistas do setor ouvidos por A Tribuna.

O anúncio foi feito na última quinta-feira (23), pelo ministro Silvio Costa Filho, durante o Summit Antaq, promovido pelo Grupo Tribuna, em Santos.



**Terminais e arrendamentos portuários devem ter trâmite agilizado com novo programa a partir de 2024 Foto: Silvio Luiz/9-11-2023**

Segundo o ministro, o programa será feito em conjunto com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o Tribunal de Contas da União (TCU). A Antaq, inclusive, chegou a abrir um questionário para receber sugestões.

Costa Filho havia dito que, nos últimos dez anos, qualquer projeto, seja de um novo porto, terminal ou arrendamento demora de três a quatro anos para ser autorizado. O programa pretende acelerar para até oito meses.

O ministro só vai detalhar a proposta após o seu retorno do Oriente Médio. Ele cumpre agenda em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, onde participará da Conferência do Clima das Nações Unidas (COP 28), integrando a comitiva do presidente Lula (PT). Como parte da missão internacional, o ministro levou à Ásia Ocidental, a carteira de investimentos de R\$ 70 bilhões em busca de interessados em investir no Brasil.

### Opiniões

O advogado Larry Carvalho, mestre em Direito Marítimo e especialista em logística, comércio internacional e agronegócio, acredita que Ministério e Antaq podem melhorar o fluxo para conseguir a desburocratização. “É uma questão de trabalho mais inteligente dos órgãos”.

O especialista aprova o programa. “Sem dúvida, ele é bem visto pelas entidades do segmento que, inclusive, contribuíram na consulta pública. Assim, a ideia toda é permitir que esse investimento no setor portuário não fique represado, aguardando por dois ou três anos para liberar, autorizar a construção do porto etc. Então, o programa permitirá que a empresa interessada em ter o seu próprio TUP, possa fazer o quanto antes o rito, com todos os requisitos legais”.

Carvalho observa ainda que o longo prazo para autorização pode levar ao risco de desistência do investimento. “O programa é fundamental para que as empresas não fiquem paradas aguardando três anos para só depois poder fazer algum investimento, até porque muita coisa pode mudar nesse prazo”.

### Mais eficiência

Consultor portuário, Ivam Jardim diz que a ideia é desburocratizar as práticas dos setores portuário e aquaviário e, assim, ganhar eficiência e agilidade nas análises.

“Temos visto, hoje, alguns processos que perduram por 5 anos. É algo muito ruim para um setor que clama por novos investimentos, e para o empresário, que precisa tomar uma decisão rápida para desenvolver sua empresa, ganhar mercado e aumentar capacidade”

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 29/11/2023



O investimento de mais de R\$ 2,1 bilhões em saneamento deve ocorrer até 2028

Por **Ângela Fernanda Belfort**



**As obras da BRK previstas para os próximos quatro anos vão fazer com que o serviço de saneamento esteja disponível a 55% da população em 2028. Hoje, este percentual é de 42%. Foto: Divulgação/BRK**

Dona de uma concessão para explorar o serviço de saneamento no Grande Recife, a empresa BRK Ambiental planeja investir mais de R\$ 2,1 bilhões para realizar obras nos 14 municípios da Região Metropolitana do Recife (RMR) e Goiana entre 2024 e 2028. Estas obras seriam mais um passo no sentido de universalizar o serviço, o que

deve ocorrer em 2037, para que 90% da população desta área tenha acesso ao serviço.

Com a conclusão desta etapa das obras, os 14 municípios da RMR mais Goiana passarão a ter uma cobertura de saneamento que vai chegar a 55% da população em 2028. Atualmente, esta cobertura é de 42% nos 15 municípios. A concessão do serviço de esgoto foi iniciada em 2013.

Do total a ser empregado nas obras até 2028, R\$ 1,6 bilhão sairá de um benefício obtido via Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). “O restante vai sair de outras fontes ou recursos próprios”, conta o diretor presidente da BRK da RMR, Sérgio Trentini.

Ele afirma também que as obras a serem realizadas com estes recursos vão abranger quase todos os municípios envolvidos na concessão. “O cronograma está sendo discutido com o governo de Pernambuco e a Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa), que vão dar uma divulgação ampla, quando isso for definido”, diz Trentini.

Em 2024, a empresa planeja investir cerca de R\$ 400 milhões em obras. “Em 2025 e 2026, serão empregados cerca de R\$ 500 milhões por ano, quando vai ocorrer o pico das obras. Com isso, serão gerados cerca de 4 mil empregos diretos e indiretos”, comenta Trentini. A construção da rede de saneamento e tratamento do esgoto é intensiva no uso de mão de obra. “Também investimos no tratamento de excelência para cumprir a legislação federal e estadual”, explica.



**Diretor presidente da BRK da RMR, Sérgio Trentini, diz que o pico desta nova etapa das obras ocorrerá em 2025 e 2026. Foto: Divulgação/BRK.**

Até 2037, devem ser investidos um total de cerca de R\$ 5 bilhões para chegar na cobertura de saneamento de 90% nesta área. “Há um volume grande de obras a ser feito”, conta Trentini. A concessionária já investiu cerca de R\$ 2 bilhões em obras de saneamento e o total investido é cerca de R\$ 2,6 bilhões porque inclui

recursos que foram bancados pela Compesa, que é parceira da Parceria Público-Privada que estabeleceu a concessão.

Nesta quarta-feira (29), o superintendente da Sudene, Danilo Cabral, fez uma visita à estação de tratamento de efluentes Prazeres, que beneficia 90 mil pessoas no município de Jaboatão dos Guararapes e entorno. Danilo afirmou que a autarquia tem compromisso com iniciativas que



dialoguem com a agenda da sustentabilidade. “Essa é uma ação prevista em nosso plano regional. É uma responsabilidade nossa fazer com que o Nordeste avance no acesso ao tratamento de esgoto. Temos parcerias não apenas em Pernambuco, mas na Bahia e Alagoas. Nós queremos atuar em todo o Nordeste para garantir cidadania a todos”, comentou o gestor.

A PPP do saneamento também conta com a participação de outro instrumento da Sudene. A primeira fase de implantação do projeto, iniciada em 2014, contou com R\$ 415,5 milhões financiados com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

**Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda**

**Data: 30/11/2023**

## PECÉM EMBARCA 20 PÁS EÓLICAS EM BALSA PARA O RIO GRANDE DO SUL

A operação em Pecém embarcou, em média, uma pá eólica a cada meia hora, utilizando guindastes de terra, uma vez que as balsas, em geral, não têm guindaste de bordo.

**Por Patrícia Raposo**



**Porto de Pecém embarca pás eólicas em ação pioneira/Foto:**

O Porto do Pecém embarcou 20 pás eólicas em uma balsa T7S para o Porto Rio Grande (RS) em uma operação pioneira no Brasil. As pás, produzidas pela Aeris Energy, foram transportadas para o Porto do Pecém ao longo de duas semanas. A Tecer Terminais, que atua como braço operacional do porto, realizou a operação.

O gerente comercial da Tecer, Carlos Alberto Nunes, disse que a operação é pioneira e um grande marco. “Servirá de exemplo para demais movimentações.

Além disso, demonstra a diversidade de operações no terminal portuário, com uma regularidade mensal movimentações, de cerca de 3 milhões nas modalidades de carga geral, projetos solares e eólicos”, ressaltou.

Como exemplo, ele citou a operação de desembarque de tanques de armazenamento de líquidos criogênicos, além do desembarque de carga de projeto de contêineres com cerca de 287 painéis solares e do embarque de granéis sólidos (minério de manganês). “É importante ressaltar que o Porto do Pecém vem se especializando cada vez mais na exportação de pás eólicas”, salienta.

A operação embarcou, em média, uma pá eólica a cada meia hora, utilizando guindastes de terra, uma vez que as balsas, em geral, não têm guindaste de bordo, diferente de um navio, que possui um guindaste próprio. A balsa chegou ao Pecém no início de outubro e a carga chegou ao destino final, cidade de Santana do Livramento (RS), no início de novembro.

### Movimentação em Pecém

A movimentação de cargas de projeto é uma das especialidades do Complexo do Pecém. No ano de 2023, já foram mais de 3 milhões de toneladas movimentadas somente desse segmento de carga. Dentre os principais materiais estão, além das pás eólicas, as placas de aço, bobinas e outros tipos de cargas, como transformadores, aerogeradores completos e pedras de granito.

Há mais de uma década, a Tecer Terminais Portuárias atua como Prestadora de Serviço Operacional (PSO) no Porto do Pecém. “Nós viabilizando soluções para movimentação de diferentes tipos de carga que passam pelo terminal. A inovação está na essência da empresa desde sua fundação até as práticas diárias nas operações”, explica Nunes.

**Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda**

**Data: 30/11/2023**



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

## ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

### ANTAQ ABRE DUAS CONSULTAS PÚBLICAS NA PRÓXIMA SEMANA

Primeira visa aprimorar documentos para o arrendamento de área no Porto de Vila do Conde, enquanto a segunda busca melhorias na norma que estabelece o conteúdo mínimo de ARR da Agência



**Arrendamento de área dentro do Porto de Vila do Conde é um dos processos que passará por Consulta Pública. Crédito CDP**

Brasília 29/11/2023 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) iniciará, na próxima segunda-feira (4), duas Consultas Públicas. Ambas foram aprovadas em Reunião Ordinária de Diretoria (ROD), realizada no dia 16 de novembro.

A primeira Consulta Pública – 08/2023-ANTAQ – tratará da obtenção de contribuições, subsídios e sugestões de aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos, relativos à realização de certame licitatório para o arrendamento da área VDC29, localizada no Porto Organizado de Vila do Conde/AP.

O terminal visa a movimentação e armazenagem de granéis sólidos vegetais, especialmente grãos de soja e milho. O processo foi aprovado no Diário Oficial da União (DOU) do dia 17 de novembro.

A segunda Consulta Pública – 09/2023-ANTAQ – objetiva obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento de proposta normativa que estabelece o conteúdo mínimo dos Relatórios de Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) da ANTAQ. O processo foi publicado no DOU do dia 21 de novembro.

Os dois períodos se estenderão até o dia 17 de janeiro de 2024. Ambas preveem realização de Audiência Pública na forma presencial ou telepresencial, em data, horário e local a serem definidos e comunicados oportunamente.

#### Contribuições

As minutas jurídicas e documentos técnicos das duas consultas públicas estarão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/antaaq/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/participacao-social/>

As contribuições poderão ser dirigidas à ANTAQ até às 23h59 do dia 17/01/2024, exclusivamente por meio e na forma do formulário eletrônico disponível no sítio <https://www.gov.br/antaaq/pt-br>, não sendo aceitas contribuições enviadas por meio diverso.

Será permitido, exclusivamente através dos respectivos e-mails: [anexo\\_audiencia082023@antaaq.gov.br](mailto:anexo_audiencia082023@antaaq.gov.br) e [anexo\\_audiencia092023@antaaq.gov.br](mailto:anexo_audiencia092023@antaaq.gov.br) mediante identificação do contribuinte e no prazo estipulado neste aviso, anexar imagens digitais, tais como mapas, plantas e fotos, sendo que as contribuições em texto deverão ser preenchidas nos campos apropriados do formulário eletrônico.

Caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição por meio do formulário eletrônico, poderá fazê-lo utilizando o computador da Secretaria-Geral (SGE) desta



Agência, em Brasília/DF, ou nas suas Unidades Regionais, cujos endereços se encontram disponíveis no sítio da ANTAQ.

**Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários**  
**Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

**Fone: (61) 2029-6520**

**FAX: (61) 2029-6517**

**E-mail: [asc@antaq.gov.br](mailto:asc@antaq.gov.br)**

**Data: 30/11/2023**



Portos e Aeroportos

**GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF**

### **AVIAÇÃO CIVIL - BRASIL E ARÁBIA SAUDITA FIRMAM ACORDOS DE COOPERAÇÃO EM DEFESA E SEGURANÇA**

Resultados da missão do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, reforçam parcerias estratégicas



**Embraer assinou três acordos de cooperação na Arábia Saudita - Foto: Roosevelt Cassio/Reuters**

Como resultado da missão liderada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Arábia Saudita, a Empresa Brasileira de Aviação (Embraer) assinou três acordos de cooperação, abrangendo aviação civil, defesa e segurança, e mobilidade aérea urbana.

Esses acordos vão promover parcerias entre a empresa brasileira e entidades governamentais e privadas sauditas, o que poderá abrir novas oportunidades de

investimento e fortalecer parcerias com a indústria local, além de impulsionar as exportações do Brasil.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou a importância da agenda internacional para o crescimento do Brasil. "Vamos trabalhar de maneira coletiva para impulsionar investimentos em solo brasileiro", disse reforçando ainda o comprometimento do Governo Federal em promover a geração de empregos e renda para a população.

Bosco da Costa Junior, Presidente e CEO da Embraer Defesa & Segurança, afirmou que esses acordos representam o primeiro passo para fortalecer a cooperação em Defesa e Segurança entre os dois países, abrangendo as cadeias de produção. O acordo de cooperação é considerado um avanço significativo para a Embraer em um mercado estratégico.

Os acordos firmados englobam:

1. Memorando de Entendimento de Cooperação e Parcerias com o Governo Saudita (Ministério de Investimento da Arábia Saudita e a GACA - Autoridade Aeronáutica Saudita).
2. Memorando de Entendimento com a SAMI - empresa saudita de Defesa.
3. Memorando de Entendimento da EVE, o "carro voador", com a FlyNas, sobre operações de táxi aéreo naquele país.

Assessoria Especial de Comunicação Social  
Ministério de Portos e Aeroportos

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF**

**Data: 30/11/2023**



### RELAÇÕES EXTERIORES - SILVIO COSTA FILHO: “O BRASIL HOJE PASSOU A SER UMA JANELA DE OPORTUNIDADES

Afirmação foi feita durante evento Brasil-Arábia Saudita realizado na capital do país Árabe



#### **Comitiva brasileira em Riade busca novos investimentos para os modais de transportes no país**

Durante seu discurso no seminário empresário Brasil-Arábia Saudita, realizada nesta quarta-feira (29) em Riade, que tem por objetivo buscar novos investimentos para o desenvolvimento dos modais de infraestrutura do país, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, afirmou que “o Brasil é hoje

uma grande janela de oportunidade para novos investimentos estrangeiros”. De acordo com o ministro, isso se explica por diversos fatores, entre eles: o fortalecimento das instituições brasileiras, a segurança jurídica, a estabilidade econômica, a previsibilidade e um ambiente de negócios favorável.

De acordo com relatório do Banco Mundial, o Brasil é o segundo país mais procurado por investidores internacionais. “Isso demonstra que temos alta rentabilidade para os investidores, maior do que qualquer investimento na Europa ou no mercado americano. Isso, sem dúvida alguma, é um instrumento que fortalece a possibilidade de novos investimentos”, afirmou Costa Filho.

#### **Novos aportes**

Para o setor portuário, o Governo Federal trabalha para criar, nos próximos cinco anos, mais de 30 novos portos. Para isso, por meio do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), o objetivo é ampliar a parceria bilateral e atrair novos investimentos de países Árabes, com a finalidade de ampliar o transporte de cabotagem e aperfeiçoar a infraestrutura do modal, para ampliar os investimentos e o escoamento da produção brasileira.

Para captar novos aportes privados e alavancar a agenda portuária, o MPor está finalizado o programa Navegue Simples. Atualmente em fase de estruturação, o programa tem como escopo simplificar processos que envolvam a análise conjunta de processos entre Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA) e a Antaq. “É uma iniciativa que, certamente, causará impacto positivo na atividade econômica e na atração de investimentos”, ressaltou Silvio Costa Filho.

É através dos nossos portos que nós queremos ampliar as nossas exportações. Todas as parcerias são muito bem-vindas ao país, por isso queremos nos colocar à disposição de todos para compartilhar os projetos e, de maneira objetiva, tentar desburocratizar para trazer esses investimentos ao Brasil, conclui o titular da pasta de Portos e Aeroportos.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF**

**Data: 30/11/2023**

### RELAÇÕES EXTERIORES - NA ARÁBIA SAUDITA, COMITIVA BRASILEIRA APRESENTA PROJETOS PORTUÁRIOS E AEROPORTUÁRIOS A INVESTIDORES INTERNACIONAIS



Expectativa é de investimentos de cerca de US\$ 10 bilhões no Brasil

Nesta terça-feira (28), a comitiva presidencial teve encontros bilaterais em Riade, na Arábia Saudita, onde apresentou projetos de investimento no Brasil com o objetivo de aumentar as relações comerciais e de parceria entre nossos países nos setores de infraestrutura portuárias, aeroportuárias, de energia, agricultura e também na indústria.

O objetivo é fortalecer as relações comerciais e de parceria entre o Brasil e os países visitados, neste caso, Arábia Saudita e Catar.

O ministro de Portos de Aeroportos, Silvio Costa Filho, ressaltou a importância da agenda internacional do presidente Lula, enfatizando que o Brasil, atualmente a décima maior economia global, é o segundo destino mais procurado por investidores estrangeiros.

"Mais investimentos significam mais desenvolvimento, gerando emprego e renda para o País".

Além disso, o ministro destacou os investimentos brasileiros em projetos sustentáveis, evidenciando as boas práticas ambientais do MPor. Entre eles, mencionou o início da produção do combustível renovável para a aviação civil (SAF), corredores hidroviários verdes e o processo de descarbonização dos portos.

"O Brasil tornou-se uma janela de oportunidade em um mundo com quase três trilhões de dólares à procura de investimentos".

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, informou durante entrevista, em Riad, que a Arábia Saudita e o Governo Federal vão constituir um grupo ministerial de trabalho para alavancar as oportunidades de aplicação dos US\$ 10 bilhões que o país árabe quer investir no Brasil.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 30/11/2023



Após divulgação da Pesquisa CNT 2023, ministro dos Transportes defendeu integração entre indicadores para aprimorar monitoramento das estradas brasileiras

**Ministro Renan: "No ano que vem vamos ter a melhor qualidade dos últimos oito anos" - Foto: Marcio Ferreira/MT**

O ministro dos Transportes, Renan Filho, defendeu nesta quarta-feira (29) que Confederação Nacional dos Transportes (CNT) e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) tenham



indicadores similares de condição das rodovias federais. Com dados unificados, será possível somar esforços para garantir estradas melhores no Brasil.

“Nós vamos usar alguns indicadores da CNT na metodologia do DNIT, como esse dos pontos críticos, por exemplo. Precisamos unificar os dados, somar esforços para garantir rodovias melhores”, disse Renan Filho, após participar da apresentação da Pesquisa CNT de Rodovias. Pela primeira vez, um ministro dos Transportes participou do evento.

A última pesquisa da CNT mostra interrupção na piora da qualidade das rodovias federais nos últimos anos. Em 2022 o índice de rodovias consideradas regulares, ruins e péssimas era de 66% e em julho deste ano, quando o levantamento foi realizado, chegou a 67,5%.

### Condições

Porém, segundo o DNIT, os mais de 61 mil quilômetros que compõem a malha federal pavimentada atingiram o melhor índice de qualidade dos últimos cinco anos. O Índice de Condição de Manutenção (ICM) de outubro mostra que 65% das rodovias federais estão em bom estado. A atual gestão assumiu com 52%.

“A malha rodoviária brasileira vinha piorando ao longo dos últimos anos e isso aumenta o custo logístico do país, além de reduzir nossa competitividade internacional. Hoje a gente observa uma interrupção na piora de nossas rodovias e no ano que vem vamos ter a melhor qualidade dos últimos oito anos”, afirmou o ministro dos Transportes, Renan Filho.

Após a apresentação, o presidente da CNT, Vander Costa, destacou o incremento orçamentário de 2023, que possibilitou a retomada de cerca de 1 mil contratos paralisados ou em ritmo lento de execução. “Nos últimos anos o Brasil optou por não investir em infraestrutura, mas isso começou a mudar e é importante para garantir que a sociedade possa transitar por rodovias seguras, mais inteligentes”, declarou.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF  
Data: 30/11/2023*



**BE NEWS – BRASIL EXPORT**

### EDITORIAL – UNIFORMIDADE E ESTATÍSTICAS

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

O ministro dos Transportes, Renan Filho, quer uniformizar os indicadores de qualidade e conservação das rodovias federais do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), que passará a adotar a metodologia da Confederação Nacional dos Transportes (CNT). A proposta para alinhar essas métricas é um passo significativo na busca por uma avaliação mais coesa e abrangente da infraestrutura de transporte do Brasil.

A Pesquisa CNT de Rodovias revelou que 67,5% das rodovias avaliadas têm uma classificação de regular, ruim ou péssima. Esses números ressaltam a urgência de ações para melhorar a qualidade das vias. A proposta de incorporar indicadores da CNT à metodologia do Dnit, como os relacionados a pontos críticos, é um esforço para consolidar e otimizar os dados disponíveis.

Essa unificação é crucial para uma análise mais precisa e para orientar investimentos estratégicos. A estabilidade nos percentuais de classificação em relação ao ano anterior destaca a necessidade de intervenções constantes e consistentes. A qualidade das rodovias é uma peça-chave para a eficiência logística e o desenvolvimento econômico do país.

A defesa da CNT por investimentos contínuos na infraestrutura é pertinente, especialmente considerando a redução de recursos projetada para 2024. A preocupação com essa diminuição





reflete a importância de manter um fluxo adequado de investimentos para a manutenção, reconstrução e melhoria das rodovias.

O índice de qualidade apresentado pelo Dnit, indicando que 65% das rodovias federais estão em bom estado, é animador, especialmente quando comparado aos números anteriores. No entanto, a coerência e a uniformidade nas métricas utilizadas pela CNT e pelo Dnit permitiriam uma análise mais integrada, enriquecendo a compreensão do estado atual das rodovias brasileiras.

Alinhar essas metodologias não apenas aprimoraria a avaliação da infraestrutura viária do Brasil, mas também possibilitaria uma gestão mais eficaz e orientada por dados sólidos. A infraestrutura de transporte é um pilar fundamental para o desenvolvimento, e uma avaliação unificada é um passo positivo em direção a um sistema de transporte mais eficiente e resiliente.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 30/11/2023*

### **NACIONAL - HUB – CURTAS**

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES [leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br](mailto:leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br)

#### **CANAL FECHADO**

O canal de navegação dos portos de Itajaí e Navegantes, em Santa Catarina, voltou a ficar fechado ontem, desde às 10 horas. A medida foi necessária devido à forte correnteza na via fluvial e aos ventos costeiros, que prejudicam a atracação e a desatracação de navios no complexo marítimo.

#### **SANTOS BRASIL**

A operadora portuária e logística Santos Brasil conta com um novo diretor de logística. Trata-se de Alfredo Nunes, que já atuava como gerente de logística 3PL da empresa. Nunes substituiu José Roberto Croce Campos na função.

#### **FERROVIA**

O ministro dos Transportes, Renan Filho (PMDB) afirmou que poderá recorrer à Justiça para rever os termos das renovações antecipadas das concessões ferroviárias. Ele critica a renovação dos contratos de dois trechos ferroviários da Vale, inclusive da Estrada de Ferro Carajás, além dos termos firmados pela Rumo e pela MRS.

#### **CONSULTAS PÚBLICAS**

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) dará início, na próxima semana, a duas consultas públicas. A primeira delas possibilitará o debate sobre a licitação para o arrendamento da área CD29, no Porto de Vila do Conde (AP), destinada à movimentação e à armazenagem de grãos sólidos vegetais, especialmente soja e milho. A segunda consulta vai tratar do conteúdo mínimo dos relatórios de avaliação de resultado regulatório (ARR) da Antaq.

#### **CONSULTAS PÚBLICAS 2**

As duas consultas vão se estender até 17 de janeiro de 2024. Nos dois casos, será realizada uma audiência pública presencial ou a distância, mas essa sessão ainda não foi agendada.

#### **RISCO DE DESABAMENTO**

Uma mina de sal-gema da Braskem em Maceió (AL) corre o risco de desabar, após abalos sísmicos terem sido registrados nas suas proximidades. O alerta partiu da Defesa Civil da capital no início da tarde dessa quarta-feira, dia 29. "Estudos mostram que há risco iminente de colapso em uma das minas monitoradas", comunicou o órgão. A mina localiza-se na região do Mutange, um dos cinco bairros afetados e evacuados da cidade devido ao processo de afundamento do solo, causado pela mineração local.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 30/11/2023*

### NACIONAL - MINISTRO PEDE PADRONIZAÇÃO DE DADOS PARA MELHORAR RODOVIAS

Renan Filho defende que CNT e Dnit tenham indicadores similares  
Por **MARÍLIA SENA** [marilia@portalbenews.com.br](mailto:marilia@portalbenews.com.br)



**O ministro dos Transportes, Renan Filho, falou sobre as metodologias do CNT e do Dnit após participar da apresentação da pesquisa realizada pela confederação nacional Crédito: Marcio Ferreira/MT**

O ministro dos Transportes, Renan Filho, defendeu que a Confederação Nacional dos Transportes (CNT) e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) tenham indicadores similares de condição das rodovias federais.

“Nós vamos usar alguns indicadores da CNT na metodologia do Dnit, como esse dos pontos críticos, por exemplo. Precisamos unificar os dados, somar esforços para garantir rodovias melhores”, disse Renan Filho após participar da apresentação da Pesquisa CNT de Rodovias, na quarta-feira, dia 29.

A pesquisa divulgada indica que 67,5% das rodovias brasileiras têm sua extensão classificada como regular, ruim ou péssima, enquanto 32,5% foram classificadas como ótima ou boa.

“Os percentuais demonstram uma relativa estabilidade no estado geral da malha rodoviária brasileira, em comparação com os resultados do ano passado, que apresentavam, respectivamente, 66% e 34% para os mesmos níveis de classificação”, avaliou a CNT.

Esta é a 26ª Pesquisa CNT de Rodovias, O levantamento deste ano avaliou 111.502 quilômetros de rodovias pavimentadas, o número corresponde a 67.659 quilômetros da malha federal e a 43.843 quilômetros dos principais trechos estaduais.

Em 2023, 56,8% do pavimento, 63,4% da sinalização e 66% da geometria dessas vias foram avaliados como regular, ruim e péssima, percentuais que também ficaram próximos aos registrados no ano passado: 55,5%, 60,7%, 63,9%, respectivamente.

A CNT defende a necessidade da continuidade de investimentos em infraestrutura para viabilizar a reconstrução, restauração e a manutenção das rodovias. A Confederação reforçou que as aplicações podem diminuir no próximo ano.

“Os investimentos em infraestruturas, no Ploa (Projeto de Lei Orçamentária Anual) de 2024, sofreram uma redução de 4,5% no volume de recursos para o setor em relação ao autorizado no orçamento para infraestrutura de transporte em 2023. Diante desse cenário, a CNT trabalha para viabilizar um aumento na dotação, por meio de emendas para intervenções prioritárias em 2024, em consonância com as prioridades do transporte e da logística do país”, afirmou em nota a CNT.

No entanto, para o Dnit, os cerca de 61 mil quilômetros que compõem a malha federal pavimentada atingiram o melhor índice de qualidade dos últimos cinco anos. O Índice de Condição de Manutenção (ICM) de outubro mostra que 65% das rodovias federais estão em bom estado. A atual gestão assumiu com 52%.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**  
Data: 30/11/2023

### NACIONAL - CÂMARA APROVA MARCO LEGAL DO HIDROGÊNIO VERDE

Texto concede às empresas produtoras do combustível incentivos tributários previstos em lei

Por **MARÍLIA SENA** [marilia@portalbenews.com.br](mailto:marilia@portalbenews.com.br)

A Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira, dia 28, o Projeto de Lei (PL) que regulamenta a produção de hidrogênio considerado de baixa emissão de carbono. Com isso, o texto institui uma certificação voluntária e incentivos federais tributários. O Projeto de Lei 2308/23, de autoria dos deputados Gilson Marques (Novo-SC) e Adriana Ventura (Novo-SP), foi encaminhado ao Senado.

O texto concede às empresas produtoras de hidrogênio de baixo carbono incentivos tributários previstos em lei estabelecendo o Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixo Carbono (Rehidro), concedendo suspensão de PIS, Cofins, PIS-Importação e Cofins-Importação na compra ou importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos e de materiais de construção destinados aos projetos de hidrogênio. O benefício poderá ser usado ainda para os bens alugados e poderão ser estendidos ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi).

### Classificação

Segundo o texto aprovado, será considerado hidrogênio de baixa emissão de carbono aquele que, no ciclo de vida do processo produtivo, resulte em valor inicial menor ou igual a 4 quilogramas de dióxido de carbono equivalente por quilograma de hidrogênio produzido (4 kgCO<sub>2</sub>eq/kgH<sub>2</sub>). O número representa a intensidade e emissão de gases do efeito estufa, e segundo a matéria, deverá ser adotado até 31 de dezembro de 2030, devendo ser regressivo a partir dessa data.

O PL também considera o hidrogênio renovável como aquele obtido com o uso de fontes renováveis, incluindo solar, eólica, hidráulica, biomassa, biogás, biometano, gases de aterro, geotérmica, das marés e oceânica.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 30/11/2023**

## REGIÃO NORDESTE - TERMINAL SALINEIRO DO RN ESTUDA AMPLIAR ÁREA PARA MOVIMENTAR PEÇAS EÓLICAS

Porto-Ilha de Areia Branca quer receber equipamentos dos futuros parques e oferecer hospedagem às equipes

Por **VANESSA PIMENTEL** [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br)



**A ideia é duplicar a área de 38 mil m<sup>2</sup> e adquirir guindastes para movimentar as peças e todo o material necessário à montagem das torres e fundações dos parques eólicos** Crédito: Divulgação

desembarcar no Rio Grande do Norte para implantação dos futuros parques eólicos offshore.

Segundo a Intersal, consórcio que assumiu a operação do terminal salineiro há um ano, a ideia é duplicar a área de 38 mil metros quadrados e adquirir guindastes de 500 a 700 toneladas para movimentar as peças e todo o material necessário à montagem das torres e fundações dos parques eólicos.

Além do apoio logístico para cargas, existe a intenção de oferecer instalações para hospedagem das equipes que atuarão nos empreendimentos.



A estimativa de investimento para a ampliação é de R\$ 500 milhões e está sendo discutida entre a Intersal e o grupo norte-americano Edison Chouest Offshore.

O Porto de Areia Branca é uma ilha artificial implantada a 20km da costa de Areia Branca. Ele foi instalado no mar, há 50 anos, e até hoje é o único polo de exportação de sal a granel do Brasil, movimentando 2 milhões de toneladas do produto por ano.

Valmir Araújo, diretor executivo da Intersal, explicou que hoje o grupo enxerga “uma grande possibilidade de o Porto ser apoio marítimo para o desenvolvimento da indústria eólica offshore na costa do Rio Grande do Norte”.

Segundo ele, o espaço disponível ao armazenamento e escoamento do sal do estado (responsável por 95% da produção nacional do produto) vai seguir como está. A ideia é implantar uma espécie de anexo à infraestrutura para atender, também, à demanda da indústria eólica.

O ativo, resalta o diretor, seria complementar e não concorrente ao Porto-Indústria Verde – projeto do governo do estado do RN que envolve a construção de um complexo entre os municípios de Caiçara do Norte e Galinhos.

“O projeto que o governo desenvolve é de um porto onde vão ser construídas as estruturas, fabricados materiais. Nós serviríamos como plataforma de instalação avançada onde o material chega e é armazenado, aguardando o momento certo de ir para o local de instalação”, explicou.

O Rio Grande do Norte é o maior gerador de energia eólica em terra e tem dez projetos de parques eólicos offshore, somando 18 gigawatts com pedidos de licenciamento no Ibama.

A expectativa do mercado é que os primeiros parques entrem em operação até 2030, porém o setor ainda aguarda a publicação do marco regulatório.

### Senai

O terminal offshore de Areia Branca também está sendo utilizado como base dos estudos do Instituto Senai de Inovação em Energias Renováveis (ISI-ER), que está realizando pesquisas focadas no potencial eólico do estado e também ligadas às variáveis oceanográficas. O Senai pretende ainda implantar um espaço de testes para a indústria offshore no local.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/11/2023

## REGIÃO NORDESTE - EM OPERAÇÃO PIONEIRA, PORTO DO PECÉM EMBARCA 20 PÁS EÓLICAS EM BALSA

Segundo executivo, iniciativa deve servir de exemplo para próximas movimentações

Por VANESSA PIMENTEL [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br)



**A operação no Pecém embarcou, em média, uma pá eólica a cada meia hora, utilizando guindastes de terra, uma vez que as balsas, em geral, não têm guindaste de bordo Crédito: Divulgação**

O Porto do Pecém (CE) embarcou 20 pás eólicas em uma balsa T7S para o Porto Rio Grande (RS) em uma operação pioneira no Brasil. As pás, produzidas pela Aeris, foram transportadas para o Porto do Pecém ao longo de duas semanas. A Tecer Terminais, que atua como braço

operacional do porto, foi a responsável por realizar a movimentação.

De acordo com o gerente comercial da Tecer, Carlos Alberto Nunes, a operação foi considerada um marco e será utilizada como exemplo e modelo para as próximas movimentações deste tipo de carga.

A operação embarcou, em média, uma pá eólica a cada meia hora, utilizando guindastes de terra, uma vez que as balsas, em geral, não têm guindaste de bordo, diferente de um navio, que possui um guindaste próprio. A balsa chegou ao Pecém no início de outubro e a carga chegou ao destino final, cidade de Santana do Livramento (RS), no início de novembro.

Nunes explicou ainda a complexidade que envolve as operações com carga geral. “Como exemplo, realizamos a operação de desembarque de tanques de armazenamento de líquidos criogênicos, o desembarque de carga de projeto de contêineres com cerca de 287 painéis solares e embarque de granéis sólidos como minério de manganês”, disse, ressaltando que o Porto do Pecém vem se especializando na exportação de pás eólicas.

A movimentação de cargas de projeto é uma das especialidades do Complexo do Pecém. Neste ano, foram mais de 3 milhões de toneladas movimentadas somente desse segmento de carga.

Dentre os principais materiais estão, além das pás eólicas, as placas de aço, bobinas e outros tipos de cargas, como transformadores, aerogeradores completos e pedras de granito. E há mais de uma década, a Tecer Terminais Portuários é a empresa que atua como Prestadora de Serviço Operacional (PSO) no Porto do Pecém, para viabilizar as soluções necessárias para a movimentação desses diferentes tipos de carga que passam pelo terminal.

As soluções são personalizadas para todos os modais que se conectam ao Porto, seja marítimo, rodoviário, ferroviário ou dutoviário.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 30/11/2023**

## REGIÃO SUDESTE - SAFRA DO MILHO AJUDA PORTO DO SANTOS A QUEBRAR RECORDE DE MOVIMENTAÇÕES NO ANO

De janeiro a outubro, cais movimentou 142 milhões de toneladas, 2,7% a mais do que o mesmo período de 2022

Por CÁSSIO LYRA [cassio@portalbenews.com.br](mailto:cassio@portalbenews.com.br)



**A safra de milho elevou os embarques do produto pelo Porto de Santos em 29,6% no mês de outubro, totalizando, segundo a Autoridade Portuária, 3,2 milhões de toneladas Crédito: Divulgação/APS**

Os bons resultados da safra de milho ajudaram a bater o recorde de movimentação de cargas no Porto de Santos (SP), segundo informou a Autoridade Portuária de Santos (APS). No período de janeiro a outubro deste ano, o cais santista movimentou 142 milhões de toneladas, registrando um

crescimento de 2,7% em relação ao mesmo período do ano passado.

A safra de milho elevou os embarques do produto pelo Porto de Santos em 29,6% no mês de outubro, totalizando, segundo a APS, 3,2 milhões de toneladas. Com isso, o acumulado do ano subiu para 14,8 milhões de toneladas, representando um aumento de 34,5%.



De acordo com o diretor-presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini, os resultados poderiam ter alcançado números maiores devido ao clima.

“Outubro foi um mês com muita chuva, o que não favorece o embarque de grãos. Ainda assim, foi o melhor resultado da história no embarque de grãos sólidos vegetais, o que demonstra a capacidade de recuperação e de produtividade do Porto de Santos”, comentou.

O embarque de grãos vegetais, tais como milho, açúcar e soja, dentre outros, alcançou a marca de 7,1 milhões de toneladas em outubro. É um tipo de carga que tem sido impactada pelo período chuvoso no litoral de São Paulo durante todo o mês. Nos períodos em que o tempo firme tem sido providenciado, há um esforço conjunto para acelerar os embarques e liberação dos navios carregados nos terminais e a organização dos comboios de entrada e saída de navios do canal do porto.

O total de cargas em outubro somou 14,3 milhões de toneladas, apresentando leve redução de 0,8% em relação ao mesmo período do ano passado. Mesmo assim, se mantém como a segunda melhor marca entre os meses de outubro. Os embarques totalizaram 10,7 milhões de toneladas, apresentando um crescimento de 2,7%, e as descargas atingiram 3,5 milhões de toneladas, queda de 10%.

A carga containerizada somou no mês de outubro 439.743 TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés), enquanto que o acumulado do ano é de 3,9 milhões de TEU, reduções de 2,6% e 6,9%, respectivamente, segundo a APS.

Os grãos sólidos somaram no acumulado do ano 77,5 milhões de toneladas, registrando um aumento de 10,5% sobre o mesmo período de 2022 e melhor marca para o período. Ganharam destaque nesse segmento a soja, com 37,5%; o açúcar, com 19,7%; o milho, com 19,1%; a soja peletizada, com 9,9%; e o adubo, com 8,2%.

Os líquidos a granel atingiram no acumulado de janeiro a outubro 15,9 milhões de toneladas, queda de 0,5% em relação ao acumulado nesse mesmo período do ano passado.

Na composição dos líquidos a granel destacam-se: óleo diesel e gasóleo, com 22,5%; óleo combustível, com 19,9%; outras mercadorias, com 15,6%; sucos cítricos, com 14,5%; soda cáustica, com 6,9%; gasolina, com 6,8%; e álcool, com 6,3%.

As atracções de navios no ano somam 4.496 nos dez primeiros meses de 2023, crescimento de 3,8%.

### **Corrente comercial**

A participação do Porto de Santos na corrente comercial brasileira foi de 28,4%. Com relação às transações comerciais nacionais com o exterior por meio do Porto de Santos, 30,4% tiveram a China como parceiro. O estado de São Paulo apresenta a maior participação nas transações comerciais com o exterior por meio do complexo portuário santista (54,6%).

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 30/11/2023*

### **REGIÃO SUDESTE - RECEITA LOCALIZA COCAÍNA ESCONDIDA DURANTE VISTORIA NO AEROPORTO DE GUARULHOS**

Operação fez parte dos trabalhos de Garantia da Lei e da Ordem no terminal paulista

Por Cássio Lyra [cassio@portalbenews.com.br](mailto:cassio@portalbenews.com.br)





***A droga estava oculta em 117 frascos de graxa branca, cada um contendo um invólucro de 300g, e foi localizada durante vistoria de uma carga de exportação destinada a Hong Kong Crédito: Divulgação/Receita Federal***

Equipes da Receita Federal e dos demais órgãos que participam da Operação da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) apreenderam na última segunda-feira (27) aproximadamente 35 quilos de cocaína durante uma fiscalização no Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo.

Segundo a Receita, o entorpecente foi localizado durante a vistoria de uma carga de exportação destinada a Hong Kong (China), com conexão em Madrid, capital da Espanha. A droga estava oculta em 117 frascos de graxa branca, cada um contendo invólucro de 300 gramas.

A cocaína foi recolhida e levada para a sede da Polícia Federal, na Capital paulista, que dará continuidade aos trabalhos de investigação.

### **Poder de polícia**

As operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) concedem aos militares das Forças Armadas, em caráter provisório, a possibilidade de atuar com poder de polícia até o restabelecimento da normalidade, de forma episódica, em área restrita e por tempo limitado, com objetivo de, em conjunto com órgãos de segurança pública, preservar a ordem pública e a integridade da população e garantir o funcionamento regular das instituições.

A GLO ocorre nos portos do Rio de Janeiro, Itaguaí (RJ) e Santos (SP), além dos aeroportos internacionais de Guarulhos (SP) e Galeão (RJ).

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 30/11/2023**

## **REGIÃO SUL - MOVIMENTAÇÃO NOS PORTOS DO RS REGISTRA CRESCIMENTO DE QUASE 14%**

Operações somam pouco mais de 37,5 milhões de toneladas nos portos gaúchos

Por **CÁSSIO LYRA** [cassio@portalbenews.com.br](mailto:cassio@portalbenews.com.br)



***Nos dez meses de 2023, passaram pelos portos do Rio Grande do Sul 3.066 embarcações, com os graneis sólidos liderando o ranking de cargas ao atingir 24.835.171 toneladas. Crédito: Divulgação/Portos RS***

Os portos do Rio Grande do Sul apresentaram um crescimento significativo nas movimentações de cargas entre os meses de janeiro e outubro de 2023. De acordo com a Portos RS, Autoridade Portuária dos portos gaúchos, as operações somaram 37.544.373 toneladas, registrando um aumento de 13,94% em comparação com as

32.951.803 toneladas do ano passado.

Segundo a Portos RS, os dados de movimentação levam em consideração a produtividade dos três portos públicos e das empresas instaladas no distrito industrial de Rio Grande. Separadamente, as unidades também registraram crescimento.

Nos dez meses do ano, passaram pelos portos gaúchos 3.066 embarcações, sendo 2.508 delas apenas no complexo de Rio Grande. O Porto de Pelotas recebeu nesse período 437 barcas e o Porto de Porto Alegre operou 121 navios de janeiro a outubro. Os graneis sólidos lideram o ranking de cargas, atingindo 24.835.171 toneladas.

No Porto do Rio Grande, que obteve variação positiva de 14,44%, foram registrados aumentos nas movimentações de soja em grão (73,40%), milho (72,14%), demais mercadorias (19,79%), farelo de soja (13,73%) e fumo (2,67%). A soja em grão passou de 4.806.008 toneladas para 8.333.501 toneladas e o milho passou de 344.453 toneladas para 592.934 toneladas.

Já no complexo de Porto Alegre, o crescimento foi de 4,47%. A movimentação de fertilizantes permanece liderando as operações, com 459.458 toneladas. As cargas de cevada atingiram 96.832 toneladas, sendo seguidas pelo sebo bovino, com 70.550 toneladas, trigo, com 53.003 toneladas, sal, com 34.701 toneladas, farelo de soja, com 1.974 toneladas e carga geral, com 1.603 toneladas.

A movimentação de contêineres no Tecon Rio Grande teve aumento de 19,02% em relação ao mesmo período do ano passado. Em 2022, foram movimentadas 434.304 TEUs e em 2023 o número chegou a 516.905. TEUs é a unidade de medida utilizada para esse tipo de operação, onde um TEU equivale a um contêiner de 20 pés e dois TEUs a um contêiner de 40 pés.

### **Mercado internacional**

Os portos do Rio Grande do Sul são responsáveis por conectar a produção estadual com o mundo e atualmente 30% do produto interno gaúcho ganha o mercado internacional através das unidades operacionais da Portos RS. O principal catalisador dessa relação comercial é o Porto do Rio Grande, que recebe as embarcações que navegam pelo mundo.

Os destinos das exportações são os países como a China, o Vietnã, a Indonésia, os Estados Unidos, Marrocos, Coreia do Sul, Espanha, México, Portugal e Irã, respectivamente. Já as importações são oriundas da China, Argentina, Rússia, Canadá, Arábia Saudita, Marrocos, Estados Unidos, Peru, Bélgica e Catar, nesta ordem.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 30/11/2023

## **REGIÃO SUL - DRAGA UTRECHT CHEGA A RIO GRANDE PARA SEGUNDA ETAPA DE OBRAS DE DRAGAGEM**

Embarcação vai ser responsável pela remoção de 2,7 milhões de m<sup>3</sup> de sedimentos do canal de acesso

Por **CÁSSIO LYRA** [cassio@portalbenews.com.br](mailto:cassio@portalbenews.com.br)



***O objetivo principal da dragagem é manter a eficiência do calado operacional, para assim trazer segurança às operações de entrada e saída de navios na área do complexo Crédito: Divulgação/Portos RS***

Chegou em Rio Grande (RS) na última semana, a draga Utrecht que, segundo a Autoridade Portuária, realizará a segunda etapa das obras de dragagem de manutenção do canal de acesso ao complexo portuário. A embarcação da frota da



empresa Van Oord Serviços de Operações Marítimas, que foi a vencedora da licitação, irá trabalhar na manutenção das profundidades do canal de navegação com a remoção de 2,7 milhões de metros cúbicos de sedimentos.

Ainda de acordo com a Autoridade Portuária, o objetivo principal da dragagem é manter a eficiência do calado operacional, para assim trazer segurança às operações de entrada e saída de navios na área do Complexo Portuário de Rio Grande.

De acordo com a Diretoria de Infraestrutura da Portos RS, serão investidos R\$ 94,5 milhões e serão contempladas pela dragagem as áreas dos canais externo, interno e do Porto Novo. A estimativa da Autoridade Portuária é de que as atividades comecem em breve, logo após a conclusão dos procedimentos burocráticos necessários. A estimativa da Autoridade Portuária é que os trabalhos sejam executados em 80 dias.

A quantidade de material que será retirado foi estabelecida por meio de uma batimetria prévia que auxiliou no planejamento da obra. Já durante sua realização, o sedimento dragado será descartado em área licenciada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), com o monitoramento desse sedimento sendo feito pelo sistema SiMCosta.

A execução da obra terá o acompanhamento do monitoramento ambiental realizado pelos técnicos da Portos RS, assim como dos programas de monitoramento continuados do Porto do Rio Grande.

Junto ao contrato assinado para a execução da obra está incluída a realização do monitoramento da qualidade da água, o qual teve início no último dia 16, marcando o pré-dragagem, e seguirá ao longo de todo o processo.

A draga Utrecht, de bandeira holandesa, foi construída no ano de 1996 e tem capacidade de cisterna (armazenamento) de 18.292 metros cúbicos de sedimentos.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 30/11/2023*



## **O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP**

### **CANAL DE ACESSO AOS PORTOS DE ITAJAÍ E NAVEGANTES É NOVAMENTE FECHADO**

*Informações: ND Mais (30 de novembro de 2023)*

Entrada aos portos está impraticável por conta de uma forte correnteza; quatro navios fazem fila para acessar o complexo, mas ainda não há previsão de reabertura

O canal de acesso aos portos de Itajaí e Navegantes foi novamente fechado na manhã desta quarta-feira (29), pouco mais de um mês depois de bater recorde de bloqueio. O motivo do novo fechamento, assim como o de outubro, é uma forte correnteza no mar.

De momento, há quatro navios esperando para entrarem no complexo desde a proibição, às 10h. Não há, no entanto, qualquer previsão de quando o canal será reaberto.

A administração portuária não confirmou se as recentes chuvas contribuíram para a condição. O bloqueio se dá pelas condições de praticagem, que é a condução de embarcações em atracação e desatracação. Essa manobra só pode ser feita durante o dia e quando a correnteza está fraca.

Como as condições marítimas não permitem o procedimento, os navios não podem acessar os portos em segurança. Com isso, opta-se pelo fechamento.





O canal de acesso foi foco de ações da superintendência do Porto de Itajaí em novembro. No dia 17 deste mês, o complexo recebeu uma nova draga para manutenção da profundidade da via de entrada que ainda trabalhará por, pelo menos, 30 dias.

Fechamento de acesso aos portos em outubro trouxe quase R\$ 500 milhões de prejuízo

Em outubro, o canal dos portos ficou 18 dias fechado por conta das fortes chuvas que atingiram o Litoral Norte de Santa Catarina. Isso trouxe prejuízo financeiro significativo aos municípios.

Especialistas do ramo portuário estimam que, na época, a gestora do complexo de Navegantes deixou de ter uma receita de 100 milhões de dólares (cerca de R\$ 489 milhões na cotação atual).

O impacto econômico, no entanto, não deve chegar ao mesmo patamar. Isso porque, diferentemente de outubro, as chuvas devem perder força nos próximos dias e, conseqüentemente, o canal de acesso pode ser reaberto mais rapidamente.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*  
*Data: 30/11/2023*

## **ANTT PREMIA CONCESSIONÁRIAS DE FERROVIAS E RODOVIAS QUE FORAM DESTAQUES EM 2023**

*Informações: ANTT (30 de novembro de 2023)*

Em noite comemorativa, boas práticas em infraestrutura foram reconhecidas

a noite desta quarta-feira (29), a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) promoveu a aguardada cerimônia de premiação do Prêmio ANTT – Destaques 2023, um evento que destacou e reconheceu as melhores práticas, projetos e iniciativas da infraestrutura rodoviária e ferroviária no Brasil. A celebração ocorreu na sede da ANTT, em Brasília, com o apoio da Melhores Rodovias do Brasil (Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR) e da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF) e reuniu representantes de todas as concessionárias que prestam serviço no país.

O prêmio que recebeu mais de 130 projetos, visa incentivar o desenvolvimento de iniciativas inovadoras e reconhecer esforços positivos que impactam significativamente o setor, tornou-se um importante marco no cenário de transporte terrestre no país. A cerimônia premiou projetos e ações que proporcionam benefícios aos usuários, colaboradores das concessionárias, ao meio ambiente e à sociedade em geral. O principal objetivo é estimular o benchmarking, promovendo a adoção de práticas exemplares em toda a indústria.

O diretor-geral, Rafael Vitale, em suas palavras durante o evento, falou sobre a importância das parcerias com as concessionárias e com a Confederação Nacional do Transporte (CNT), Tribunal de Contas da União (TCU) e Congresso Nacional. “A ANTT vive de parcerias, tudo que fazemos é com parceiras. Por isso queremos solidificar cada vez mais esses elos, para consagrar o PROREV. E lembrar que as práticas regulatórias e tecnológicas serão premiadas esta noite. Mas o que merece o maior prêmio são nossos servidores pelo comprometimento, responsabilidade e senso de urgência”, ressaltou Vitale.

O Prêmio ANTT – Destaques é um impulsionador fundamental para inovações e renovações contínuas para o transporte terrestre. De acordo com o diretor Luciano Lourenço, a iniciativa é uma pauta positiva, onde as boas práticas de uma concessionária são não apenas reconhecidas, mas também divulgadas e replicadas em todo o setor. “Não muito tempo atrás as concessionárias eram pautas negativas, conseguimos com muito trabalho e dedicação reverter isso. E hoje são extremamente positivas nas notícias. E esse prêmio vem coroar isso, celebrar as boas práticas”, afirmou o diretor.



Guilherme Segalla, presidente na MRS Logística, foi um dos premiados da noite. A empresa de logística e transporte ferroviário foi premiada em diversas categorias. Para ele, o Prêmio Destaques coroa o trabalho consistente que tem sido desenvolvido pela concessionária. “É uma grande oportunidade de aprender com as demais ferrovias, compartilhar o que fizemos de bom e estar sempre se desenvolvendo no setor ferroviário. Foi um setor que ficou muito tempo sem crescer e empregar pessoas, mas que precisamos atrair engenheiros e investimentos para alcançar a pujança que o setor merece”, frisou Segalla.

## Conheça os vencedores

### Concessionárias de Rodovias Destaques 2023

<b>1. Gestão de Obras e Investimentos</b> Eco050 – EcoRodovias – Cobrança de eixos suspensos de veículos de carga não vazios com MDF-e
<b>2. Atenção ao Usuário</b> Ecovias do Cerrado – HS-WIM – Pesagem de veículos na velocidade da via
<b>3. Desenvolvimento Sustentável</b> Autopista Fernão Dias – Arteris – Reciclagem de Pavimentos a Frio In Situ com Emulsão Asfáltica
<b>4. Gestão Interna e Desenvolvimento de Pessoas</b> EcoSul – Ecorodovias – Rádio Vivaeco
<b>5. Interação com a Sociedade</b> MSVIA – CCR Humanização do atendimento aos andarilhos
<b>6. Inovação e Tecnologia</b> RIO SP – CCR – Free Flow – Sua viagem vai que vai
<b>7. Engenharia</b> ViaCosteira – CCR – Recuperação estrutural da ponte Anita Garibaldi
<b>8. Segurança Viária</b> Ecovias do Cerrado – Ecorodovias

**Classe Especial:** Destaque Regulatório 2023 – Rodovias

**Ouro:** Ecovias do Araguaia S.A – Ecorodovias

**Prata:** Nova Rota do Oeste S.A – MTPAR

### Concessionárias de Ferrovias Destaques 2023

<b>1. Gestão de Obras e Investimentos</b> Ferrovia Centro-Atlântica S.A – VLI – CCPN VLI – Centro de Controle de Passagem em Nível
<b>2. Atenção ao Usuário</b> MRS Logística AS – MRS – Detecção de anomalia em carregamentos de bobinas
<b>3. Desenvolvimento Sustentável</b> Rumo Malha Sul – Rumo – Passagens de escape para tartarugas em ferrovias sob concessão da Rumo
<b>4. Gestão Interna e Desenvolvimento de Pessoas</b> EFC – Vale – Carreira e Desenvolvimento de Mulheres
<b>5. Interação com a Sociedade</b> MRS Logística – MRS – Remoção e Reassentamento na Baixada Santista/SP
<b>6. Inovação e Tecnologia</b> Rumo Malha Sul – Rumo – Descarga acelerada de vagões de carga
<b>7. Engenharia</b> MRS Logística S/A – MRS – Cancelas Automáticas: Integração entre duas ferrovias e operações
<b>8. Segurança Viária</b> EFVM – Vale

**Classe Especial:** Destaque Regulatório 2023 – Ferrovias

**Ouro:** MRS Logística S/A – MRS

**Prata:** Transnordestina – TLSA

### Critérios

Os critérios estabelecidos para avaliação das medidas de destaque foram rigorosos, incluindo a análise dos resultados obtidos, o grau de replicabilidade, a utilização eficiente dos recursos e o nível de inovação implementado. Somente as medidas de destaque implementadas no ano de 2023 foram elegíveis para concorrer e cada concessionária teve a oportunidade de submeter apenas uma medida por categoria.



**Assista, na íntegra, ao Prêmio Destaques ANTT 2023**

<https://youtu.be/cyKRaP1BqLQ>

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 30/11/2023*

## PRATICAGEM REALIZA SEMINÁRIO INTERNACIONAL NO DIA 6

**Informações: Praticagem do Brasil (30 de novembro de 2023)**

O Conselho Nacional de Praticagem realiza, no dia 6 de dezembro, o Seminário Internacional Praticagem do Brasil – Convenções internacionais, acidentes e suas consequências. O evento ocorrerá, das 9h às 18h, no Centro de Convenções Brasil 21, em Brasília.

O seminário integra a programação do 45º Encontro Nacional de Praticagem e focará em instrumentos internacionais de resposta a acidentes com grandes navios, como a Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil por Danos Causados por Poluição de Óleo (CLC) e a Convenção Internacional sobre Remoção de Destroços no Mar (Convenção de Nairobi).

O objetivo é sensibilizar sobre a importância da adesão a esses instrumentos e suas atualizações. Na ocasião, também serão apresentados estudos de casos relacionados ao tema, como os do Exxon Valdez (Alasca) e Haidar (Pará).

– Infelizmente, o Brasil não assinou as atualizações da CLC e nem a Convenção de Nairobi. Esses arcabouços são importantes pois asseguram base jurídica, agilidade e recursos para mitigação de acidentes. Em 2019, por exemplo, a CLC teria garantido acesso imediato a mais de US\$ 1 bilhão para arcar com as despesas da poluição do óleo derramado nas praias do Nordeste – ressalta o presidente da Praticagem do Brasil, prático Ricardo Falcão.

A CLC foi criada, em 1969, no âmbito da Organização Marítima Internacional (IMO), após o acidente com o petroleiro Torrey Canyon dois anos antes, na costa da Grã-Bretanha. A embarcação transportava cem mil toneladas de óleo cru. Foi a primeira grande catástrofe envolvendo um navio-tanque.





O Brasil, no entanto, não aderiu à CLC-92 e aos fundos de compensação complementares, que ampliaram o montante de indenização. Apenas a Líbia e o Cazaquistão estão na mesma condição. Os recursos para cobertura de danos são provenientes de seguro compulsório sobre os petroleiros dos países signatários e dos clubes de P&I (associações internacionais de seguro mútuo para proprietários de navios-tanque).

A Convenção de Nairobi foi firmada em 2007, no Quênia, com o intuito de acelerar a remoção de naufrágios, já que uma embarcação que vai ao fundo pode se tornar um perigo para a navegação e o meio ambiente. Na prática, ela também torna os armadores responsáveis e fornece as bases legais para os países removerem destroços.

O Seminário Internacional Praticagem do Brasil terá a participação de palestrantes estrangeiros referências no tema, além de convidados das autoridades portuárias, da indústria, do governo e do Legislativo. **Confira a programação.**

<https://sopesp.com.br/wp-content/uploads/2023/11/image-6.png>

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 30/11/2023

## VLI E ALE TRANSFORMAM EMISSÕES EM SUSTENTABILIDADE NO TRANSPORTE FERROVIÁRIO

Informações: Guia Marítimo (29 de novembro de 2023)

O fato é pioneiro no transporte ferroviário no Brasil e soma esforços a iniciativas de descarbonização das duas empresas

No mês passado, a VLI realizou o transporte de 751 mil litros de gasolina e diesel da ALE Combustíveis, marcando a entrada da empresa de logística no mercado de créditos de carbono. Essa ação, pioneira no transporte ferroviário no Brasil, visa compensar as emissões de gases de efeito estufa geradas por essa operação específica. O projeto, chamado SemC, originou-se no programa de intraempreendedorismo da VLI, o Inova VLI.

Embora o transporte ferroviário seja considerado mais sustentável do que o modal rodoviário, gerando menos emissões de gases de efeito estufa, a VLI reconhece os impactos ambientais associados à queima de combustíveis fósseis. A empresa possui um compromisso de reduzir em 15% as emissões de gases de efeito estufa por tonelada transportada até 2030.

A gerente-geral de Sustentabilidade da VLI, Francielle Pedrosa, destaca que a compensação das emissões é uma parte crucial dessa jornada, permitindo à empresa mitigar os impactos enquanto avança em seus compromissos de inovação e tecnologia.

O SemC vincula diretamente créditos de carbono às operações ferroviárias da VLI, tornando as informações rastreáveis e auditáveis, e proporcionando otimização de recursos para os clientes. João Carlos Apolônio de Souza, gerente comercial da VLI, vê o SemC não apenas como uma iniciativa ambiental, mas também como uma potencial nova frente de negócios para a companhia, planejando expandir para outros segmentos, como grãos, açúcar e industrializados.

A parceria com a ALE Combustíveis destaca-se como uma contribuição significativa para iniciativas sustentáveis. Elmer Vinhote, gerente executivo de Logística da ALE, ressalta que ações pioneiras como essa devem impulsionar a demanda por soluções sustentáveis no setor.

Além da compensação de carbono, a VLI implementou várias iniciativas para reduzir as emissões de suas operações, incluindo o sistema Leader, de condução semiautônoma de locomotivas, e o Fuelytics, uma ferramenta de eficiência energética que proporcionou uma economia de mais de 2,5 milhões de litros de diesel desde 2020.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 30/11/2023



### **SAIBA COMO A MARINHA PRODUZ ÁGUA POTÁVEL DENTRO DOS NAVIOS**

*Informações: Agência Marinha de Notícias (29 de novembro de 2023)*

Navios da Marinha do Brasil (MB) podem navegar por vários dias em alto-mar, com centenas de pessoas a bordo, como é o caso do Capitânia da Esquadra brasileira, o Navio-Aeródromo Multipropósito (NAM) “Atlântico”. Em casos como esse, para permanecer tanto tempo sem atracar em algum porto e ainda atender às demandas da cozinha, produção de alimentos, consumo da tripulação, lavagem de roupa de cama, entre outros, ter autonomia para produção de água potável no próprio navio torna-se essencial, explica o Oficial do Departamento de Máquinas do NAM “Atlântico”, Capitão-Tenente Thiago Cavalcante.

O militar afirma que, para conseguir produzir água potável, nesse e em outros navios da MB, é utilizado um sistema chamado de Grupo de Osmose Reversa (GOR). “O NAM tem capacidade de armazenamento de 550 mil litros de água potável, tendo uma média de consumo diário de 150 mil litros, com 1.000 pessoas a bordo. E, para garantir a permanência no mar por longos períodos, o navio possui quatro GOR, que transformam a água do mar em água potável, cada um com uma capacidade nominal de produzir 75 mil litros por dia. Esses grupos são compostos por membranas que funcionam como uma barreira física aos sais e moléculas orgânicas existentes na água, que, por meio do processo de osmose reversa, seguido pela passagem por filtros e outros tipos de tratamentos, garantem a produção de água própria para o consumo humano”, detalhou.

A diferença entre a água que é utilizada no banho e a de ingestão se refere apenas aos filtros dos equipamentos dos bebedouros. “A água produzida pelo navio já vem praticamente preparada para o consumo. Então, é só um refino a mais que fazemos por meio dos filtros dos bebedouros”, conta o fiel da aguada do NAM “Atlântico”, Terceiro-Sargento Heric Vieira dos Santos, que é responsável por monitorar o funcionamento dos equipamentos diariamente.

Além da supervisão diária feita pelo fiel da aguada, existe um grupo de militares a bordo que fazem turnos alternados de monitoramento dos quatro GOR. “Os equipamentos são supervisionados de hora em hora, para certificar o funcionamento da pressão, conferir a qualidade dessa água, atestando se ela está no padrão apto para ser depositada nos tanques a bordo”, complementou o Sargento Heric.

#### ***Transformação da água***

A osmose reversa tem seu processo padrão de realização, ou seja, é o mesmo em todos os navios da Força. “A água vem salgada, do jeito que vemos no mar, porém, ao entrar no equipamento, ela sofre três processos de filtragem, e cada filtro tem uma capacidade maior de retenção de sólidos. Então, quando essa água está praticamente sem sólido, só com o sal, ela chega na membrana e, através de uma pressão muito alta, conseguimos retirar todo esse sal da água, tornando-a apta para o consumo”, explicou o fiel da aguada.

Existe diferença do tratamento de água no navio para a tratada em cidades, afirma o Sargento Heric. “Empresas de grande porte utilizam, geralmente, processos químicos e outros mecanismos de transformação da água, porque eles abastecem cidades. Aqui nós estamos utilizando para um grupo menor de pessoas, mas a qualidade não se diferencia em nada da água em terra para a que temos aqui”, compara.

#### ***Diferenças da água de mar e de rio***

Difícilmente a água do rio vai passar por um processo de dessalinização por já ser doce, explica o Capitão-Tenente Cavalcante. Nos navios da Marinha, a água de rio é utilizada somente para banho e outros processos de limpeza. “Geralmente, os navios que atuam nos rios possuem capacidade de armazenamento suficiente para ter água potável, pelo número de pessoas e quantidade de dias navegando, e, caso haja necessidade, podem reabastecer em portos ou outros meios próximos às comunidades”, pontuou.

Caso os navios dos rios precisassem utilizar o GOR, ficaria inviável, visto que, na maioria das vezes, os rios não obedecem a uma profundidade ideal e distância suficiente da costa marítima. “No rio, não

se usa o grupo de osmose reversa, porque, pela falta de profundidade, haveria probabilidade grande de a bomba aspirar sólidos muito grandes e também pelo fato de as margens serem muito próximas e, às vezes, as populações ribeirinhas acabarem jogando dejetos no rio, que podem trazer algum mal funcionamento ao equipamento”, exemplificou o Oficial.

### **Equipe de monitoramento do GOR e da água**

Um oficial monitora o funcionamento e manutenção do GOR, outro militar especializado monitora a qualidade da água e uma equipe qualificada é preparada para operar e realizar as manutenções efetivamente. “Para que o navio tenha autonomia nas missões, independente da distância a ser percorrida no mar e do tempo de navegação, trabalhamos para que o equipamento esteja sempre

impecável, com alta capacidade de produção, para que possamos atender todas as demandas do navio. É um equipamento extremamente importante e sensível a bordo e que faz com que todos os outros departamentos e divisões consigam exercer, da melhor maneira possível e sem preocupações, suas diversas tarefas a bordo”, avaliou o Capitão-Tenente Cavalcante.



<https://youtu.be/bmrlTpqm9JA>

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo  
Data: 30/11/2023



## **AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS**

### **BRASIL ANALISA CONVITE PARA INTEGRAR OPEP+**

Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, participou da reunião do cartel nesta quinta-feira (30/11), que definiu corte voluntário de 2 milhões de barris

*Por epbr 30 de novembro de 2023 Em Petróleo e gás, Política energética*



O Brasil anunciou nesta quinta-feira (30/11) que foi convidado e analisa a adesão à Organização dos Países Exportadores de Petróleo e Aliados (Opep+). O Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, participou de reunião do cartel no início da tarde e fez elogios ao cartel, que reúne 23 países exportadores de petróleo.

Silveira disse que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, “confirmou nossa carta de cooperação com a Opep+ a partir de janeiro de 2024”.





“É um momento histórico para o Brasil e a indústria energética, abrindo um novo capítulo de diálogo e cooperação internacional do campo de energia”, disse o ministro.

Silveira ressaltou o papel da Opep+ para manter a “estabilidade dos mercados de petróleo e energia”. E afirmou que está “estabilidade traz consigo benefícios não só a países produtores de petróleo, mas também aos consumidores”.

O ministro afirmou que agora haverá uma etapa de análise pela equipe técnica do governo da carta de cooperação, como parte do protocolo governamental.

“Apenas um detalhe adicional. Está tudo certo, de acordo. Há uma etapa de análise detalhada pela nossa equipe técnica do documento recebido agora há pouco, que faz parte do protocolo do Brasil. E como o Brasil vai presidir no G20, e eu especialmente o trilha de energia e também a COP30 em 2025, é importante que essa adesão do Brasil seja realizada, se possível, em evento presencial em Viena com os demais colegas ministros.”

### **Corte da produção**

Durante a reunião, os países-membros definiram um corte voluntário de cerca de 2 milhões de barris por dia (bdp) na produção de petróleo. A redução é puxada pela Arábia Saudita, que vai estender o corte de 1 milhão de bpd até o primeiro trimestre de 2024, e pela Rússia, que deve produzir 500 mil bpd a menos.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias*  
*Data: 30/11/2023*

## **ESTADOS PRECISAM AVANÇAR NA REGULAÇÃO DO BIOMETANO, DIZ MANUELA KAYATH**

Presidente da MDC, diz que governos começam a se mobilizar para facilitar o desenvolvimento do mercado

*Por estúdio epbr 30 de novembro de 2023 Em Biocombustíveis, Mercado de gás, Transição energética, Vídeos*

SÃO PAULO – Um dos entraves para o desenvolvimento do mercado de biometano é a complexidade das regras existentes em cada estado. Por isso, as autoridades estaduais precisam avançar na regulação da atividade para incentivar a produção, distribuição e consumo do gás, disse Manuela Kayath, presidente da MDC, em entrevista ao estúdio epbr durante 10º Fórum do Biogás, promovido pela Abiogás, em São Paulo (veja a íntegra acima).

“Como qualquer setor ainda muito incipiente você tem muitos desafios. Então, você tem desafios do ponto de vista regulatório, muito grandes. Quando a gente fala em produção e distribuição de gás natural e o biometano, também está falando de regulação estadual, então aí você já tem uma complexidade muito maior do que o setor elétrico. Você já tem que estar negociando, conversando com dezenas de agências reguladoras distintas.”

A executiva afirma que os estados, assim como o governo federal, estão começando a se mobilizar para criar um arcabouço regulatório que estimule o desenvolvimento do mercado de biometano. Entre eles, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Pará.

“O que a gente tem visto hoje, quando a gente vê aqui no painel de abertura, a gente viu o estado de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Pará, diversos estados aqui. E do próprio Ministério de Minas e Energia sendo representado, justamente tentando essa construção. Acho que a boa notícia é que a gente está num momento que está todo mundo entendendo que essa construção precisa acontecer e ter essa boa vontade. Agora, demora.”

Outros pontos que precisam avançar, de acordo com Manuela Kayath, são o escoamento do biometano e a precificação dos seus benefícios ambientais.

“Então você tem uma questão regulatória, uma questão de conexão na rede de gasoduto, uma capilaridade da nossa rede de gasoduto baixíssima, praticamente só concentrada na costa. Então a própria viabilização de projetos de biometano no Brasil, você não pode contar com o modal do dutoviário, você tem que pensar fora da caixa. Como é que você vai fazer esse escoamento? Você vai comprimir, vender via GNC, vai liquefazer? Então, você tem todas as complexidades logísticas de escoamento”, explicou.

A executiva defende o desenvolvimento de um mercado de certificação no Brasil, a exemplo dos Estados Unidos e Europa, que remunere os produtores pela redução das emissões. De acordo com ela, esse é o principal incentivador do desenvolvimento em outros países.

“Hoje ainda não tem um mercado de certificação, certificado de origem, com liquidez no Brasil, como tem nos Estados Unidos e na Europa, Hoje, na Europa, quando você vende um biometano, o prêmio verde vale mais do que a molécula. E isso ainda não é uma realidade no Brasil.”

A MDC atua no mercado de biometano por meio da Ecometano, que produz o combustível renovável no aterro Dois Arcos, em São Pedro da Aldeia (RJ), com capacidade de 15 mil m<sup>3</sup>/dia; e no aterro sanitário de Caucaia, 85 mil m<sup>3</sup>/dia, operado pelo grupo Marquise na Região Metropolitana de Fortaleza (CE).

Tem também dois outros projetos do tipo em desenvolvimento, ambos com produção estimada da ordem de 60 mil m<sup>3</sup>/dia: um em Caieiras (SP), em parceria com a Solví, previsto para 2024; e um segundo em Manaus (AM), com o grupo Marquise.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias*

*Data: 30/11/2023*

## MERCADO DE CARBONO AJUDARÁ EMPRESAS BRASILEIRAS EM NOVA FASE DO COMÉRCIO GLOBAL, AVALIA ICC BRASIL

Entrevista com Gabriella Dorlhiac, diretora executiva da ICC Brasil

*Por Nayara Machado 30 de novembro de 2023 Em Agendas da COP, Entrevista, Transição energética*



**Gabriella Dorlhiac, diretora executiva da ICC Brasil (Foto: Divulgação)**

BRASÍLIA — Estudo da ICC Brasil (sigla em inglês para Câmara de Comércio Internacional) estima que, até 2030, investimentos de baixo carbono podem adicionar R\$ 2,8 trilhões ao PIB nacional e criar dois milhões de empregos no país.

A análise elaborada com a WayCarbon observa que parceiros comerciais do Brasil como União Europeia, Estados Unidos, China, Japão e Reino Unido estão

avançando com a implementação de mecanismos de proteção ambiental que terão impactos nas exportações.

Algo que pode afetar a competitividade de produtos brasileiros no curto prazo, mas, no longo prazo, a tendência é que as empresas que investem na descarbonização da produção tenham vantagem nesse cenário.

Gabriella Dorlhiac, diretora executiva da ICC Brasil, explica que existe uma discussão sobre esses mecanismos serem justos e que ainda vai passar pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Mas o fato é que eles começaram a ser implementados inaugurando uma nova fase do comércio global.



“As empresas vão ter que saber navegar isso. É importante que seja uma prioridade para o governo brasileiro entender qual é esse novo mar que as empresas têm que navegar, como isso vai impactá-las e que políticas podem ajudar”.

O estudo da ICC afirma que o Brasil se destaca por apresentar diversas opções de investimentos em projetos de mitigação com baixo custo marginal de abatimento, o que aumenta a atratividade da redução de emissões para os setores que serão regulados, caso o país aprove um mercado de carbono.

“O mercado de carbono ajuda nesse contexto dos novos mecanismos. No longo prazo, se a nossa visão é de ter um país com uma economia mais verde e também contribuindo globalmente para menos emissões, a gente vai ter que passar por um mercado regulado e isso vai nos ajudar a ser competitivos”, defende.

A criação de um mercado regulado de carbono no Brasil está em discussão na Câmara dos Deputados, no projeto de lei 2148/2015 relatado por Aliel Machado (PV/PR). A expectativa era que o texto fosse aprovado a tempo da COP28, principal conferência climática global, que começou nesta quinta (30/11) em Dubai.

É uma discussão que se arrasta há anos e, embora conte com apoio de diferentes segmentos da indústria, ainda esbarra em resistências de outros setores da economia, como o agronegócio.

“Precisamos de um mercado de carbono. Estamos em um momento em que o que precisa ser aprovado são os princípios básicos e norteadores desse mercado. O tempo está passando e o Brasil não pode mais ficar atrás dessa agenda, até porque tem um potencial muito significativo”.

Na visão de Dorlhiac, definições como que tipo de indústrias serão submetidas ao teto de emissões e outros detalhes mais técnicos devem ser deixados para a fase de regulação.

Além disso, defende que a lei siga benchmarks internacionais para facilitar uma futura interoperabilidade (quando o Artigo 6 do Acordo de Paris estiver plenamente implementado).

“A ideia é fazer algo que possa eventualmente absorver o mercado voluntário, que utilize benchmarks internacionais, ou seja, não pode ser um mecanismo único e exclusivo ao Brasil. A transparência e credibilidade na gestão desses créditos precisa ser muito bem feita”, resume.

### **Três pontos para observar na COP28**

Essa é a COP de balanço das emissões (Global Stocktake) e elas não estão na curva necessária para limitar o aquecimento a 1,5°C. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) também estão longe de serem alcançados até 2030: até agora, só 5% das metas foram atingidas, destaca a diretora da ICC, que embarcou para os Emirados Árabes esta semana onde participará da cúpula da ONU.

“Para o setor privado, é o momento de entender onde estamos e como vamos calibrar essa nossa jornada. Será importante para redobrar os esforços, reforçar os compromissos que estão sendo feitos e achar uma maneira de acelerar esse processo”.

A delegação brasileira deste ano será a maior comitiva oficial na COP28, com 2,4 mil representantes do setor público, privado e sociedade civil, além de nove ministros e o presidente Lula (PT).

“É a maior delegação oficial e isso é um dado super interessante. O setor privado brasileiro vê a importância do momento da COP, de participação, de integração global, de discussões”.

Além do Global Stocktake, Dorlhiac elenca outros dois pontos que terão destaque na agenda do setor privado: definições do Artigo 6 do Acordo de Paris e financiamento.



“Um dos pontos é a finalização e avanço de definições de artigo 6, que trata do mercado de carbono. O Brasil tem o potencial de ser um dos principais, senão o maior, ofertante de créditos de carbono no mercado voluntário e no mercado internacional do artigo 6.2. Então, para as empresas brasileiras é um ponto importante”, avalia a executiva.

Estimativas da ICC Brasil e WayCarbon apontam que o país pode suprir quase metade da demanda global de créditos de carbono até 2030, e gerar receitas de até US\$ 120 bilhões – considerando um cenário otimista de US\$ 100 dólares por tonelada de CO<sub>2</sub>.

O terceiro fator é financiamento. “Essa parte é super importante porque é o que vai destravar investimentos em uma série de tecnologias e novos formatos de produção”, defende Dorlhiac.

Ela conta que muito se fala sobre os US\$ 100 bilhões prometidos pelos países ricos para transição justa e que até agora não se materializaram, mas que o setor privado tem se movimentado para encontrar outros caminhos também.

“Existe uma pressão política para que isso [os US\$ 100 bilhões] se materialize. Mas o que a gente viu nas últimas COPs foi conversas muito interessantes de empresas, com instituições financeiras, sobre novos produtos e mecanismos, e como eles conseguem entender os riscos e oportunidades [da transição]”.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias*

*Data: 30/11/2023*

## NOVO PLANO PARA FERTILIZANTES MIRA REDUÇÃO DA REINJEÇÃO E DE TARIFAS DO GÁS NATURAL

Versão atualizada não faz menção ao Gás para Empregar, mas necessidade de reformas e projetos da Petrobras

*Por André Ramalho 30 de novembro de 2023 Em Mercado de gás, Política energética*



**Reunião do Confert aprova atualização do Plano Nacional de Fertilizantes (Foto: Divulgação/MDIC)**

RIO — O Conselho Nacional de Fertilizantes (Confert) aprovou nesta quarta (29/11) a revisão do Plano Nacional de Fertilizantes, estipulando como meta a redução da reinjeção de gás natural e das tarifas de transporte, além de indicar a necessidades de reformas na tributação e regulação estaduais.

A nova versão do PNF não faz menção direta ao Gás para Empregar, programa do governo federal que estuda como elevar a oferta e aumentar a competitividade do gás natural, matéria-prima para produção de fertilizantes nitrogenados (veja na íntegra, em .pdf).

O Gás para Empregar foi prorrogado em outubro por mais 120 dias.

No aspecto internacional, o PNF cita a importância da integração regional do gás natural com os vizinhos do Cone Sul – principalmente Bolívia e Argentina — para acesso ao gás natural competitivo.

Traz, ao todo, 168 ações de curto, médio e o longo prazos. Dentre as novidades, em relação ao plano anterior, publicado em 2022, no governo de Jair Bolsonaro (PL), está, por exemplo, a previsão de adoção de mecanismos que incentivem a redução de reinjeção de gás.

### Petrobras de volta aos fertilizantes

O Confert é o colegiado responsável por revisar, debater e implementar o Plano Nacional de Fertilizantes. O conselho é presidido pelo ministro da Indústria e Comércio (MDIC) e vice-presidente



da República, Geraldo Alckmin, e conta com o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, e ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, além de outras pastas.

O MDIC destacou em nota nesta quarta (29/11) que as principais ações de curto e médio prazo visam a reativação, conclusão ou ampliação das fábricas de fertilizantes estratégicas para o Brasil.

Nesse sentido, a pasta cita a volta da Petrobras ao setor de fertilizantes. O novo plano de negócios 2024-2028, da estatal, prevê a retomada da Ansa (PR) em 2024; e conclusão da UFN 3 (MS) para 2028, investimento ainda em avaliação.

A petroleira também negocia um contrato de tolling com a Unigel para viabilizar as fafens da Bahia e Sergipe. Nesse modelo, a estatal entra com o gás e fica com os fertilizantes, pagando pelo uso das plantas.

Ainda de acordo com o MDIC, o setor privado também está aumentando investimentos, como nas obras do complexo da Serra do Salitre (MG), para produção de fosfatados.

Atualmente, mais de 87% dos fertilizantes usados pela agricultura são importados, ao custo de US\$ 25 bilhões anuais. A meta do PNF é que o Brasil chegue a 2050 com uma produção nacional capaz de atender entre 45% e 50% da demanda interna.

O Confert também citou a retomada do Regime Especial da Indústria Química (Reiq) como parte do pacote de apoio à produção nacional. São R\$ 500 milhões neste ano e R\$ 1 bilhão em 2024. Decreto publicado em agosto e regulamentado na semana passada amplia os benefícios do Reiq para indústrias que investirem em novas plantas de fertilizantes.

O plano propõe, ainda, a realização de um amplo mapeamento geológico que avalie o potencial de fosfato e potássio no Brasil – indicando a realização de pesquisas regionais em até 60 áreas nas próximas décadas, sobretudo em Goiás, Tocantins, Bahia e Mato Grosso.

### **O gás no novo Plano Nacional de Fertilizantes**

Em nota, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) informou que, a partir de agora, serão construídos indicadores de acompanhamento para cada uma das metas e uma carteira de projetos para todas as ações previstas.

Dentre as 168 ações listadas pelo PNF, algumas dizem respeito ao mercado de gás natural e à indústria do hidrogênio verde. São elas:

- Conclusão de rotas de escoamento para aumento da disponibilidade de gás natural;
- Adoção de mecanismos que incentivem a redução de reinjeção de gás, mantendo as melhores práticas da indústria e a segurança jurídica;
- Redução de tarifas de transporte de gás natural no Brasil;
- Harmonização das normas federais e estaduais sobre o setor de gás natural, buscando a uniformização dos critérios técnicos e regulatórios entre os entes federativos;
- Articulação para incremento dos modelos de contratação de gás natural;
- Elaboração de estudo específico sobre o impacto da atual regulamentação de transporte e distribuição de gás natural matéria-prima e benchmarks internacionais para produção de fertilizantes nitrogenados;
- Estudo de política nacional de incentivos fiscais relativas à aquisição de gás natural, biogás ou biometano (e outros insumos) para produção de fertilizantes;
- Integração regional do mercado de gás natural com os países vizinhos do Cone Sul que possuem reservas e produção de gás natural;
- Integração das Política Nacional de Gás Natural e de Hidrogênio com a cadeia de fertilizantes no Brasil;
- Fomento do desenvolvimento tecnológico para a implantação de plantas de nitrogenados baseadas em hidrogênio verde/azul;

- Integração da cadeia de fertilizantes com soluções energéticas que aproveitam o potencial de geração de energia limpa (potencial eólico/solar) para produção de hidrogênio/amônia verde, via rotas de eletrólise (ou processos correlatos)

### Preço do gás é impeditivo

Preços mais competitivos para o gás, em especial para o gás usado como matéria-prima, são uma das promessas do governo, nas discussões do programa Gás para Empregar.

O preço do gás natural necessário para viabilizar novas fábricas de fertilizantes nitrogenados, no Brasil, pode variar de US\$ 3 a US\$ 9 o milhão de BTU, a depender das condições do mercado e tamanho do investimento, dentre outros fatores, de acordo com estudo da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

A estatal do planejamento energético destaca que essa faixa de preços é “substancialmente inferior” ao preço praticado ao consumidor industrial (US\$ 19 o milhão de BTU), no Brasil; e ao valor cobrado pela Petrobras junto às distribuidoras (de US\$ 12 o milhão de BTU), segundo os dados mais atualizados do MME, de junho.

De acordo com a EPE, a análise de fluxo de caixa simplificado sugere que os preços atuais do gás no Brasil, quando comparados aos preços praticados pelos principais fornecedores de fertilizantes, podem representar um desafio para o desenvolvimento econômico de fazendas no país.

“Caso a dependência internacional no mercado de fertilizantes seja considerada elemento crítico para as estratégias nacionais, pode ser necessário o desenvolvimento de políticas públicas para viabilização de empreendimentos”, conclui a análise de viabilidade publicada pela EPE.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 30/11/2023



## JORNAL O GLOBO – RJ

### LULA DEVE SE ENCONTRAR COM PRESIDENTE DA COMISSÃO EUROPEIA PARA FECHAR ACORDO MERCOSUL E UE

Presidente brasileiro e Ursula von der Leyen pretendem se reunir no sábado durante a COP28 para dar impulso na reta final de negociações. Objetivo é selar entendimento na cúpula do bloco sul-americano que ocorrerá no Rio

Por Alice Cravo e Bloomberg — Bruxelas, Dubai e Brasília



**Lula e Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, pretendem se reunir durante a COP28 — Foto: Simon Wohlfahrt/Bloomberg**

A União Europeia e o Mercosul estão mais perto do que nunca de concluir o acordo comercial que os dois blocos preparam há mais de duas décadas, com líderes de ambas as partes otimistas de que poderão chegar a um entendimento na semana que vem.

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva



pretendem se reunir durante a COP28, em Dubai, para dar um impulso político final para o acordo, segundo pessoas a par do assunto. Na semana passada, Lula e Ursula conversaram por 30 minutos por telefone para falar do acordo.

A reunião, que poderá acontecer no sábado, ocorrerá depois que avanços significativos nas negociações técnicas deixaram os dois lados mais perto de superar as diferenças em relação ao meio ambiente que inviabilizaram uma tentativa anterior nos estágios finais, segundo as fontes, que pediram anonimato porque não estavam autorizadas a falar publicamente sobre o assunto.

O pacto comercial entre UE e Mercosul - um bloco aduaneiro composto pela Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai - criaria um mercado integrado de 780 milhões de consumidores, tornando-se o maior acordo da história do bloco europeu e uma das maiores zonas de livre comércio do mundo.

O Itamaraty afirmou nesta quinta-feira que houve "avanços significativos" no acordo entre Mercosul e União Europeia e que fará um "trabalho intenso" até a cúpula do Mercosul, marcada para a próxima semana, para anunciar o acordo na ocasião.

Apesar de não detalhes sobre os impasses atuais nas tratativas, o Itamaraty afirma que ainda há "alguns pontos" a serem negociados, mas que os avanços foram "significativos" e que "dificuldades vistas como insuperáveis não se materializaram".

O acordo é negociado oficialmente desde 1999 e, depois de anunciado, teria ainda outras etapas, como a assinatura e aprovação pelo parlamento.

Um dos pontos que travava a negociação era a questão envolvendo compras governamentais. A União Europeia defendia a participação de empresas dos países-membros dos dois blocos em licitações governamentais nos países que estivessem no acordo. O governo brasileiro defendia a retirada desse ponto.

Sem detalhar, o Itamaraty afirma que houve um "avanço significativo em entendimento e compromisso entre as partes" sobre este ponto.

Como mostrou o GLOBO, a avaliação do governo brasileiro é que haverá tanto oportunidades técnicas quanto políticas até a cúpula do Mercosul para acertar os pontos finais do acordo. Haverá às margens da cúpula reuniões presenciais para negociações.

Além disso, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e o presidente Lula estarão na COP, abrindo uma janela de oportunidade para um encontro entre os dois, ainda não confirmado. Até o momento, Ursula von der Leyen não participará da cúpula do Mercosul, marcada para o Rio de Janeiro.

Os exportadores europeus economizariam cerca de € 4 bilhões (US\$ 4,4 bilhões) em tarifas de importação, ao mesmo tempo em que teriam mais acesso a matérias-primas críticas para o desenvolvimento de tecnologias verdes e digitais.

Para o bloco sul-americano, o acordo daria um impulso a setores que buscam acesso mais amplo aos mercados europeus e consolidaria a região como principal exportadora mundiais de carne bovina, soja, café e outros produtos.

O acordo também aproximaria as duas regiões no meio de uma competição global mais ampla pela influência, na qual a China e a Rússia têm procurado fazer incursões em nações ricas em recursos em todas as Américas.

### **Obstáculos Ambientais**

Alguns países da UE manifestaram preocupações com o aumento do desmatamento da floresta amazônica durante o governo de Jair Bolsonaro, e as exigências continuaram a ser um desafio para



Lula, que chamou os termos ambientais da Europa de “ofensivos” e disse que qualquer acordo deve tratar a América do Sul “em termos iguais”.

Mas o presidente brasileiro, que prometeu unir novamente o Mercosul e levar o acordo à conclusão, intensificou seus esforços nas últimas semanas, buscando uma conclusão antes do fim do mandato brasileiro na presidência rotativa do bloco, no início de dezembro.

Ursula Von der Leyen também busca uma vitória comercial após o colapso de um acordo com a Austrália e o fracasso da Comissão em alcançar uma solução permanente para uma disputa sobre aço e alumínio com os Estados Unidos no mês passado.



**Proteção. Lula com a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen: discordância sobre compras públicas — Foto: JEAN-CHRISTOPHE VERHAEGEN /AFP**

Nos últimos meses, os negociadores discutiram um instrumento adicional para abordar algumas das preocupações ambientais da Europa. Em troca, a UE considerou algumas exigências específicas do Mercosul, inclusive em questões de compras governamentais. O Brasil busca proteger o acesso das empresas nacionais a contratos públicos.

### **'Restam muito poucos problemas técnicos'**

As conversações têm ocorrido pessoalmente e remotamente a cada poucos dias, e há uma forte vontade de selar o acordo de ambos os lados, disseram diplomatas dos dois blocos.

- Restam muito poucos problemas técnicos - disse a principal autoridade comercial da Espanha, Xiana Mendez, durante entrevista coletiva na segunda-feira em Bruxelas, acrescentando que esforços “importantes” para chegar a uma conclusão foram feitos nas últimas semanas.

As negociações estão tão avançadas que Valdis Dombrovskis, vice-presidente de comércio da Comissão Europeia, está considerando uma viagem para a cúpula do Mercosul, no dia 7 de dezembro, no Rio de Janeiro, acrescentaram as fontes.

- As negociações técnicas estão prontas para o impulso político final - disse Dombrovskis durante a coletiva com Xiana Mendez.

Mesmo assim, as autoridades permanecem cautelosas, à medida que as negociações entram em uma fase crítica, com importantes questões pendentes para resolver. As surpresas de última hora são uma preocupação depois de tantas situações difíceis.

A vitória do presidente eleito Javier Milei na Argentina suscitou dúvidas sobre o futuro do acordo, depois de ele ter criticado o Mercosul durante sua campanha. Mas o novo governo não irá inviabilizar o acordo e quer ver uma conclusão “em breve, de preferência antes de 7 de dezembro”, disse a futura ministra das Relações Exteriores, Diana Mondino, em entrevista à Bloomberg na quarta-feira.

A Alemanha também está confiante de que um avanço poderá ser alcançado e anunciado muito em breve, segundo autoridades que falaram sob condição de anonimato.

Lula e o chanceler alemão Olaf Scholz devem discutir o progresso atual na segunda-feira em Berlim, onde participarão de uma cúpula Brasil-Alemanha que incluirá uma reunião conjunta de gabinete e uma grande conferência empresarial, acrescentaram as autoridades.

**Fonte: O Globo - RJ**

**Data: 30/11/2023**

## HADDAD DIZ QUE VAI SEGUIR DÉFICIT ZERO 'OBSTINADAMENTE'

Ministro comemora avanço de medidas de arrecadação

Por Renan Monteiro — Brasília



**O ministro da Fazenda, Fernando Haddad — Foto: Diogo Zacarias/MF**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta quinta-feira que a equipe econômica vai perseguir de forma “obstinada” a meta de zerar o rombo nas contas públicas no próximo ano.

Ele comemorou o avanço de medidas no Congresso. Nesta quarta-feira, o Senado Federal aprovou uma das principais propostas do ministro para aumentar a arrecadação em 2024. Os senadores deram aval à proposta que

muda a cobrança de imposto sobre os chamados fundos exclusivos (voltados para a alta renda no Brasil) e offshore (no exterior). O governo espera arrecadar R\$ 20 bilhões com a medida no ano que vem.

Também na quarta-feira, deputados e senadores instalaram a comissão mista especial para analisar a medida provisória (MP) que tributa grandes empresas que possuem benefícios fiscais de ICMS para custeio, e pode render R\$ 35 bilhões.

Haddad foi questionado se as medidas em tramitação já seriam suficientes para atingir a meta do governo de zerar o rombo fiscal.

— Se não der para alcançar, nós vamos tomar outras medidas. Nós não podemos parar. Nós temos que perseguir essa meta obstinadamente, que o Brasil pode ser o país com melhores condições de investimento sustentável no mundo, tanto do ponto de vista social quanto do ponto de vista ambiental — afirmou, em coletiva no Catar.

O titular da Fazenda está no Oriente Médio, na comitiva do presidente Lula. A principal agenda será a participação na Conferência do Clima das Nações Unidas (ONU), a COP 28, nos Emirados Árabes Unidos. Arábia Saudita foi a primeira parada e, agora, a comitiva está no Catar. Fora isso, está prevista uma passagem pela Alemanha.

### Meta em xeque

O compromisso de zerar o déficit fiscal em 2024 foi colocado em xeque pelo presidente Lula no fim de outubro.

Houve movimentação do Planalto para mudança nesse alvo, incluindo, por exemplo, um déficit de até 0,50% do PIB.

Após negociações internas, o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias no Congresso, deputado Danilo Forte (União-CE), anunciou neste mês que a meta inicial do governo seria mantida.

Esse compromisso para as contas em 2024 depende de um adicional de receitas próximo de R\$ 169 bilhões. Ou seja, um acréscimo de arrecadação em relação a 2023.

### Agenda até o fim do ano

Está prevista para a próxima semana a votação, no Senado, do projeto de lei que regulamenta as apostas esportivas on-line, as chamadas “bets”. A previsão é do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco, segundo o ministro da Fazenda.

Ao taxar um conjunto de empresas de apostas on-line, críticos do texto alegam que a medida pode “liberar” os cassinos virtuais sem fiscalização. A proposta seria votada ontem, e acabou sendo editada pela discussão em Plenário. A estimativa, tida como conservadora pelo Fazenda, é de uma arrecadação de R\$ 2 bilhões em 2024.

No pacote de propriedade também está a proposta que busca acabar ou limitar a remuneração de acionistas de uma empresa por meio da modalidade de Juros sobre Capital Próprio (JCP), que permite um pagamento menor de impostos. A equipe econômica estima um ganho de até R\$ 10 bilhões.

O JCP é uma forma de distribuição de lucros das empresas, como os dividendos. A diferença é que os acionistas, ao receberem esses valores, têm desconto de imposto na fonte. Já a empresa que distribui classifica esses recursos como despesas e, na prática, pode deduzir os valores da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

— Nós vamos trabalhar até o último dia para tudo isso ser aprovado. Nós temos o apoio do presidente da Câmara e do Senado. Eu penso que o Congresso Nacional está empenhado em ajudar o país a equilibrar suas contas — declarou Haddad. — Nós estamos gerando emprego, melhorando o PIB, diminuindo a inflação. Tudo está acontecendo. Mas isso vai parar de acontecer se nós deixarmos de tomar as medidas necessárias para corrigir esses desequilíbrios — complementa.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 30/11/2023*

## ACIONISTAS DA PETROBRAS APROVAM MUDANÇAS NO ESTATUTO QUE FACILITAM INDICAÇÕES POLÍTICAS PARA A ESTATAL

Alterações propostas pela direção da empresa altera critérios da Lei das Estatais

*Por Bruno Rosa*



**Acionistas da Petrobras se reúnem hoje**  
— Foto: Reprodução

Os acionistas da Petrobras aprovaram todas as mudanças no estatuto da Petrobras. O resultado, no entanto, foi apertado: 54,98% dos presentes deram aval às novas regras que flexibilizam a política de indicações a cargos na estatal.

O Assembleia Geral Extraordinária, que ocorreu de forma híbrida, contou com a presença de 93,27% do capital social com direito a voto. A Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, votou a favor.

### O polêmico artigo 21

A mudança mais “controversa” no estatuto envolve a alteração no artigo 21, que trata do “conflito de interesses”. A mudança no texto do artigo diz que “a companhia somente considerará hipóteses de conflito de interesses formal nos casos expressamente previstos em lei”.

O problema é que a lei de conflito de interesse não especifica de forma expressa todos os casos que podem ser caracterizados assim. Isso pode, segundo essas fontes, abrir espaço para qualquer indicação.

As outras alterações no Estatuto vão permitir que possam ser indicados para o Conselho de Administração ministros e secretários estaduais e até municipais, além de titulares de cargos em comissões na administração pública e até representantes do órgão regulador ao qual a Petrobras está sujeita, a Agência Nacional de Petróleo (ANP).

Podem ser ainda nomeados dirigentes estatutários de partidos políticos e titulares de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente federativo, ainda que licenciado, pessoas que exerçam cargo em organização sindical, além de pessoas que comandem empresas que forneceram para a estatal nos últimos três anos.

Além disso, cai a proibição de pessoas que trabalharam nos três anos anteriores à indicação como participante de estrutura decisória de partido político, em trabalho vinculado à organização, estruturação e realização de campanha eleitoral.

Se o representante dos empregados no Conselho de Administração não completar seu mandato, será preciso uma nova eleição. Hoje, o segundo colocado assume o posto.

Outra alteração prevista é a exclusão da cobertura no contrato de seguro dos custos de defesa em processos judiciais decorrentes de atos ilícitos. Hoje, ex-gestores, mesmo acusados de desvios financeiros, têm os custos de defesa pagos pela estatal.

*Fonte: O Globo - RJ*  
*Data: 30/11/2023*

## **BRASIL ANALISA CONVITE PARA ENTRAR NA OPEP+, GRUPO QUE REÚNE GRANDES EXPORTADORES DE PETRÓLEO**

Técnicos são contra entrada do país no clube  
*Por Manoel Ventura — Brasília*



*Plataforma de petróleo no Rio — Foto: Getty Images*

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva analisa um convite feito pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo e Aliados (Opec+) para se tornar um dos "aliados" do grupo. O tema está em análise pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. O convite foi feito nesta quinta-feira. O ministro disse à Arábia Saudita que o convite era importante, agradeceu, mas ficou de analisar.

Técnicos do governo e diplomatas, porém, são contra a adesão do Brasil ao grupo. A avaliação é que o país ainda tem uma produção de petróleo em ascensão e não pode entrar num grupo, mesmo como observador, cujo objetivo é definir preços via cortes de produção.

Além disso, há diversas empresas atuando no Brasil — e não haveria como determinar cortes ou aumento de produção mesmo à Petrobras, uma estatal de capital misto.

O Brasil é um dos 10 maiores exportadores de petróleo do mundo.

A Opec, criada em 1960, reúne hoje 13 grandes países ofertantes de óleo no mundo como Arábia Saudita, Irã, Iraque, Emirados Árabes Unidos e Venezuela. Não participam do grupo, no entanto, outros grandes produtores como Estados Unidos, Canadá, Brasil, China e Catar.





Petróleo: Brasil tem 52% dos projetos em estudo ou concessão na Amazônia. A sigla "Opep+", com o símbolo de adição, inclui também os chamados "países aliados"— que não integram a organização propriamente, mas atuam de forma conjunta em algumas políticas internacionais ligadas ao comércio de petróleo e na mediação entre membros e não membros.

Entre os aliados que compõem a Opep+ estão, atualmente, países como **Azerbaijão, Bahrein, Malásia, México e Rússia.**

Fonte: *O Globo - RJ*  
Data: 30/11/2023

## TCU LIMITA MUDANÇA SOBRE INDICAÇÕES NA PETROBRAS ÀS VÉSPERAS DA ASSEMBLEIA

Estatual não poderá registrar mudança no estatuto antes de julgamento final do caso  
*Por Geralda Doca — Brasília*

O ministro Jorge Oliveira, do Tribunal de Contas da União (TCU), concedeu medida cautelar impedindo que a Petrobras registre alterações em sua política de indicações, caso aprovadas em assembleia de acionistas na tarde desta quinta-feira, até que o órgão julgue denúncia de irregularidades.

Segundo o despacho, somente após a decisão do plenário da Corte, a estatal poderá efetuar o registro na Junta Comercial do Rio de Janeiro o trecho da ata da assembleia.

O TCU também determinou promover a oitiva da Petrobras para, no prazo de 15 dias, se manifeste quanto a alguns "indícios de irregularidades"

Dentre os indícios, o TCU citou a possível ocorrência de falha procedimental, pontuando que a decisão pela proposta tomada pelo conselho teria ocorrido "sem que houvesse o concurso de parecer jurídico ou manifestação de área técnica da companhia, já que teria suporte tão somente no que constou em recomendação do Comitê de Pessoas (Cope), em possível afronta ao dever de diligência".

Os acionistas da Petrobras se reúnem nesta quinta-feira para debater as polêmicas mudanças no estatuto social da estatal aprovadas pelo Conselho de Administração, mas que precisam do aval dos acionistas para entrarem em vigor.

As alterações no estatuto têm como base uma decisão do ministro Ricardo Lewandowski, do Superior Tribunal Federal (STF), em março, que suspendeu os efeitos da Lei das Estatais quanto à restrição a indicações de conselheiros e diretores que sejam titulares de cargos públicos ou que tenham atuado, nos três anos anteriores, na estrutura decisória de partido político ou de campanha eleitoral. Essa liminar será analisada na semana que vem pelo plenário do STF.

Nesta quinta, o TCU atendeu a um pedido do partido Novo.

O partido pediu no dia 25 de outubro a suspensão da Assembleia Geral Extraordinária para discutir a mudança no estatuto. O ministro, contudo, não interferiu nessa questão. Na ação, o Partido tenta impedir que a União aprove a medida, argumentando que ela é inconstitucional e infringe a Lei das Estatais.

Na representação, o partido alegou que a revisão do estatuto altera os critérios para indicação dos administradores da companhia, em prejuízo às regras de governança.

"Essa é uma grande vitória para o Novo, assim como para o Brasil. O TCU dar um parecer favorável ao nosso pedido demonstra que o Tribunal também não quer a flexibilização das leis em vigor", disse em nota Carolina Sponza, advogada e secretária jurídica do partido Novo, responsável pela representação no TCU.

Fonte: O Globo - RJ  
Data: 30/11/2023

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

#### ‘EU NÃO QUERIA ESTAR NA PELE DA IMPRENSA’, DIZ MARCO AURÉLIO

Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal avalia que decisão da Corte que autoriza responsabilização de veículos jornalísticos por denúncias de entrevistados pode criar ‘embaraços’ ao exercício da profissão

*Por Rayssa Motta*

O ministro Marco Aurélio Mello, aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF), era o relator do recurso que levou a Corte a autorizar nesta quarta-feira, 29, a responsabilização de veículos da imprensa por acusações de entrevistados a terceiros. Quando votou no julgamento, o ministro foi contra a tese agora aprovada por maioria pelo tribunal. Ao Estadão, Marco Aurélio afirma que a decisão vai na contramão da liberdade jornalística. “Eu não queria estar na pele da imprensa”, afirma.

O ministro avalia que a decisão é um “embaraço” ao exercício da profissão. “Eu fui relator, já me aposentei há dois anos e agora é que concluíram o julgamento. Fiquei vencido”, conclui.

O julgamento teve início em maio de 2020, mas entre idas e vindas, por pedidos de vista dos ministros Alexandre de Moraes, que herdou a relatoria do processo após a aposentadoria de Marco Aurélio, e Luís Roberto Barroso, só foi concluído hoje.

Ao votar, Marco Aurélio defendeu que os jornais não podem responder, sem emitir opinião, por declarações dos entrevistados.

“Não se concebe que o Judiciário implemente censura prévia”, escreveu na ocasião. “O que deve haver é a responsabilização de algum desvio de conduta cometido pela imprensa, o que não ocorre quando se limita a divulgar entrevista.”



**Marco Aurélio Mello votou contra responsabilização de veículos jornalísticos por declarações e denúncias de entrevistados. Foto: Dida Sampaio/Estadão**

O STF decidiu que jornais, revistas e portais jornalísticos podem ser responsabilizados na esfera cível por declarações de seus entrevistados contra terceiros se houver “indícios concretos” de que a informação é falsa.

A tese fixada foi a seguinte: “Na hipótese de publicação de entrevista em que o entrevistado imputa falsamente prática de crime a terceiro, a empresa jornalística somente poderá ser responsabilizada civilmente se: (i) à época da divulgação, havia indícios concretos da falsidade da imputação; e (ii) o veículo deixou de observar o dever de cuidado na verificação da veracidade dos fatos e na divulgação da existência de tais indícios.”

O Supremo também reiterou que a censura prévia é proibida. Se ficar comprovado que os veículos divulgaram “informações injuriosas, difamantes, caluniosas ou mentirosas” o conteúdo poderá ser removido por ordem judicial.

“Os direitos à honra, intimidade, vida privada e à própria imagem formam a proteção constitucional à dignidade da pessoa humana, salvaguardando um espaço íntimo intransponível por intromissões ilícitas externas”, diz outro trecho da tese.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 30/11/2023*

## **POR QUE MACEIÓ TEM RISCO DE DESASTRE AMBIENTAL E O QUE HÁ NAS MINAS DA BRASKEM**

Prefeito da capital alagoana decretou estado de emergência por 180 dias após alerta para “risco iminente de colapso” da mina 18 da empresa no bairro de Mutange

*Por Renata Okumura*



***Maceió decreta estado de emergência após alerta para ‘risco de colapso’ em mina da Braskem. Após tremores de terra no bairro de Mutange, a defesa civil já tinha intensificado o monitoramento. Foto: Ailton Cruz/Estadão - Foto: 08/05/2019***

Maceió decretou estado de emergência após o alerta de “risco iminente de colapso” da mina 18 da Braskem, próximo à lagoa, no bairro de Mutange, na capital de Alagoas. Foram registrados na região tremores de terra na noite de quarta-feira, 29. A Defesa Civil de Maceió reforçou o monitoramento, assim como criou um gabinete

de crise.

As 35 minas da companhia começaram a ser fechadas em 2019, depois que a empresa foi responsabilizada pelo surgimento de rachaduras em casas e ruas de alguns bairros de Maceió no ano anterior. O abalo foi causado pelo deslocamento do subsolo causado pela extração de sal-gema, um cloreto de sódio que é utilizado para produzir soda cáustica e policloreto de vinila (PVC), pela Braskem. A fabricação na região teve início em 1976.

Com o registro de novos tremores, as atividades na Área de Resguardo foram paralisadas. Os sismos sentidos nos últimos dias foram registrados em áreas já desocupadas. Por segurança, a Defesa Civil recomenda que seja evitada a circulação de pessoas e de embarcações na lagoa perto de Mutange.

“A Defesa Civil de Maceió informa que os últimos sismos ocorridos se intensificaram e houve agravamento do quadro na região já desocupada, próximo ao antigo campo do CSA. Estudos mostram que há risco iminente de colapso em uma das minas monitoradas”. alertou o órgão.

Em nota, a empresa disse que acompanha, de forma ininterrupta, os dados de monitoramento, que são compartilhados em tempo real com a Defesa Civil.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 30/11/2023*

## **FINANCIAMENTO CLIMÁTICO E MERCADO DE CARBONO: ENTENDA AS DEMANDAS DAS EMPRESAS NA COP-28**

Brasil terá 2,4 mil participantes na Conferência do Clima, um número recorde

*Por Luciana Dyniewicz e Beatriz Bulla*

O financiamento climático será um dos principais temas para o setor produtivo durante a 28ª Conferência do Clima das Nações Unidas (COP-28) . Na COP-15, realizada em Copenhague em 2009, ficou estabelecido que os países desenvolvidos chegariam a 2020 pagando US\$ 100 bilhões por ano às nações mais vulneráveis para elas se adaptarem aos efeitos da mudança climática.



Em 2020 e 2021, porém, o valor desembolsado ficou em US\$ 83,3 bilhões e US\$ 89,6 bilhões. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), estima que, “provavelmente”, a meta será atingida em 2023, com um atraso de quatro anos. A expectativa é que, nesta COP, seja anunciado algum mecanismo que permita ao setor privado participar desse financiamento a partir de 2025, o que poderia impulsioná-lo.

“O financiamento climático é um dos grandes temas da COP. Se isso for aprovado (a participação do setor privado), deverão ser criadas regras para que os investimentos feitos pelas empresas não impliquem em dupla contagem”, diz Viviane Romeiro, diretora de clima, energia e finanças sustentáveis do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS).

Apesar de ainda não haver detalhes de como o financiamento privado funcionaria, uma ferramenta para evitar a dupla contagem impediria uma multinacional na Holanda, por exemplo, de contabilizar um projeto de descarbonização realizado no Brasil como parte da meta dos dois países, explica Romeiro.



**COP-28 acontece em Dubai. EFE/EPA/ALI HAIDER**  
**Foto: ALI HAIDER/EFE**

De acordo com a executiva, empresas brasileiras estão tendo um papel mais participativo nas discussões ambientais desde a COP-26, realizada em Glasgow, na Escócia, em 2021. Naquele momento, houve uma pressão das companhias para que a meta de zerar as emissões líquidas de carbono do País fosse antecipada de 2060 para 2050, o que acabou acontecendo. “Os eventos climáticos extremos que o Brasil vem vivenciando vão fazer o

setor empresarial ser demandado por ações ainda mais ambiciosas e de vanguarda”, diz Romeiro.

O biólogo e presidente do Conselho do Instituto Arapyaú, Roberto Waack, acredita que as empresas brasileiras conseguirão anúncios de investimentos na área de economia verde nesta COP. “O setor privado brasileiro aprendeu que a COP é um espaço para comunicação de estratégias ligadas a mudanças climáticas, transição energética e transição alimentar. Ele é um espaço de encontro com a comunidade financeira e essa é uma das expectativas dessa inundação de brasileiros e de empresas brasileiras. A expectativa é uma aproximação com esse mercado de capitais”, afirma Waack.



**Área de desmatamento na região de Altamira, no Pará**  
**Foto: Nacho Doce/Reuters**

Ele diz que deve haver conversas entre o setor de alimentação e o de restauração florestal, avanços no relacionamento entre companhias de baterias e mineradoras brasileiras, além de investimentos em hidrogênio verde.

Wack acrescenta que podem surgir anúncios relevantes de empresas na área de sistemas de rastreabilidade. “O setor privado brasileiro é muito menos dependente de políticas públicas, multilaterais ou nacionais, do que era há um

tempo”, diz Waack.

A realidade atual já mostra que o custo da inação é alto; mas é possível reduzir a vulnerabilidade da população brasileira aos impactos da crise climática com gestão de riscos, planejamento e investimento





A delegação brasileira na COP tem 2,4 mil inscritos, número recorde, e pode ser a maior entre os países presentes nesta edição do evento. Um dos sinais do crescente interesse do setor produtivo na Conferência veio do setor industrial: pela primeira vez, a Confederação Nacional da Indústria terá um estande próprio durante a COP, para atrair as atenções dos estrangeiros.

“A presença de algumas empresas parceiras na COP nos dá uma ideia bem interessante”, afirma Roberto Muniz, diretor de Relações Institucionais da CNI. Ele cita, por exemplo, a confirmação de participação de companhias como Vale, Suzano, Marfrig, JBS e Latam. “Muitas vezes, pensa-se que a indústria é a chaminé, é a carbonização. Mas o Brasil tem feito um esforço muito grande para que essa agenda (de descarbonização) fique viva. Temos alguns setores em que o Brasil já coloca iniciativas para discussão no mercado internacional, como o mercado de cimento, de papel e celulose”, diz o representante da CNI.

### **Mercado de carbono**

Na área de comercialização de crédito de carbono, a expectativa das empresas é que sejam aprovadas as regras que guiarão o mercado de venda entre o setor privado e os países. Recomendações para esse mercado já foram feitas, mas elas precisam de um aval final.

Também é esperado que os países se comprometam com metas de redução de carbono mais agressivas para impedir que a elevação da temperatura média do planeta fique acima de 1,5°C. Se isso ocorrer, companhias de todo o mundo terão de adotar, também, medidas mais severas para reduzir suas emissões, o que pode levá-las a recorrer ao mercado de carbono. “Isso pode alavancar o setor”, diz Janaina Dallan, sócia da Carbonext, empresa que desenvolve e monitora projetos de carbono.

Para a diretora de sustentabilidade Natura &Co América Latina, Angela Pinhati, qualquer medida que impulse o mercado de carbono pode ajudar as empresas no controle de emissões feitas por seus fornecedores - um dos maiores desafios do mundo corporativo na área de sustentabilidade. “Na Natura, temos o compromisso de descarbonizar 42% do escopo 3 (que engloba fornecedores) até o fim da década, com a priorização da aquisição de créditos em projetos na Amazônia, prioritariamente das comunidades agroextrativistas da nossa rede de relacionamento, mostrando que é possível conciliar conservação e prosperidade econômica.”

Na COP, um grupo de grandes empresas brasileiras irá lançar pilares da Iniciativa Brasileira para o Mercado Voluntário de Carbono. O projeto, liderado pela McKinsey, é uma tentativa de o setor privado prevenir fraudes na comercialização de crédito de carbono e firmar as práticas de integridade para o funcionamento deste mercado no Brasil, o que pode alavancar os investimentos na área.

“Integridade é fundamental nesse mercado”, afirma Henrique Ceotto, líder de sustentabilidade no Brasil da McKinsey. Segundo ele, uma parte da integridade pode vir do governo, mas reformas estruturantes são lentas e o setor privado busca caminhos para avançar enquanto isso.

A iniciativa é patrocinada por Amaggi, B3, Bayer, Dow, Equinor, Itaú, Natura, Rabobank, Systemica e Vale. Durante a COP-28, será lançado o Conselho Brasileiro do MVC que fará a governança deste mercado voluntário, uma organização guarda-chuva para apoiar o desenvolvimento do setor. Também será lançado o repositório nacional de projetos, um banco de dados voluntário para compilar todos os projetos de crédito de carbono e otimizar processos de diligência sobre cada uma das iniciativas.

“O mercado de carbono regulado no Brasil pode ser um acelerador do mercado voluntário. É um mercado que pode chegar a US\$ 200 bilhões em 2050. O Brasil tem uma competência relevante e pode ser um mercado de US\$ 70 bilhões para o Brasil em 2050”, afirma Ceotto.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 30/11/2023**

## GOVERNO E CONGRESSO SEGUEM APOSTANDO QUE PODEM MUDAR REGRAS FISCAIS SEM CUSTO DE CREDIBILIDADE

'Acordão' fez Senado aprovar projeto que deixa despesas para financiar bolsas para alunos do ensino médio fora do limite de gastos da nova regra fiscal

*Por Adriana Fernandes - EXCLUSIVO PARA ASSINANTES*

É acordão que se chama a aprovação pelo Senado de projeto de lei complementar que altera artigo do arcabouço fiscal para tirar do teto de gastos deste ano as despesas que vão financiar a bolsa poupança de incentivo à permanência de estudantes de baixa renda no ensino médio.

Governo e oposição se uniram e aprovaram nessa quarta-feira o projeto, de autoria do senador petista Humberto Costa, relatado pelo líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP). O placar foi de 61 votos a favor e nenhum contrário.

Com a aprovação do projeto, que precisa passar por mais uma votação na Câmara, acabou a aura em torno do arcabouço em apenas três meses desde a sanção da lei, no dia 30 de agosto passado.

Ficou muito claro também que, com uma rápida negociação de acordos para atender interesses de curto prazo, é possível mudar a regra fiscal, numa votação rápida, sem nenhuma discussão séria. Para mudar o antigo teto de gastos criado pelo governo Temer, era preciso alterar a Constituição, o que é muito mais difícil e exige quantidade de votos maior e dois turnos de votação.



***Governo pretende dar bolsa para alunos de baixa renda permanecerem no ensino médio como forma de reduzir evasão escolar Foto: TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO***

Resultado: temos um arcabouço que foi sancionado faz poucos meses e já estamos discutindo riscos fiscais no Brasil. O arcabouço previu um modelo de transição para o limite de despesas neste ano após a extinção do teto de gastos.

A leitura no Senado é de que o acordo com a oposição ainda reflete o aceno ao líder do governo no Senado, Jaques Wagner, pelo voto favorável à PEC que limita os poderes do Supremo Tribunal Federal em decisões monocráticas. Mas, sem dúvida, estão sendo costurados muito mais acordos por trás, que garantiram também a aprovação do projeto que altera os investimentos em fundos dos super-ricos no Brasil (exclusivos) e no exterior (offshore). Renegociação mais favorável de dívida de Estados e novos "jabutis" a encarecer a conta de luz certamente estão nesses acertos de votações na reta final do ano.

Às vésperas do ano de eleições municipais, o que está acontecendo agora com o programa não é lá muito diferente do que aconteceu no governo Bolsonaro, em 2021, com a aprovação da MP que criou o Auxílio Brasil – que, na época, substituiu o Bolsa Família, e que já se sabia que tinha sido desenhado de olho nas eleições do ano seguinte.

O desenho do Auxílio Brasil foi um horror e seu estrago ainda não foi totalmente consertado com a recriação do Bolsa Família no governo Lula.

O Senado está aprovando a mudança das regras fiscais para passar o programa sem saber o seu desenho, porque o governo quer acelerar a sua implementação.

É lamentável, porque esse tipo de programa é altamente meritório e, em tese, se bem desenhado, sai barato quando comparado ao enorme benefício que pode alcançar para diminuir o elevado

abandono escolar no País. Mas os interesses de curto prazo, sobretudo os eleitorais, sempre se sobrepõem.

Governo e Congresso seguem apostando que podem mudar as regras fiscais e que não há custo de credibilidade, bastando repetir o mantra da responsabilidade fiscal. Daqui a pouco esse custo vai ficar mais claro para os investidores. Aliás, já está ficando. É só aguardar um pouco mais com as manobras em curso. Mudar ou não a meta nesse cenário vai virando discussão secundária.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 30/11/2023*

## **FOZ DO AMAZONAS: É POSSÍVEL CONCILIAR A PRESERVAÇÃO DA FLORESTA COM A EXPLORAÇÃO DO PETRÓLEO?**

As decisões sobre este tipo de investimento no Brasil, independentemente da sua localização, deveriam ser pautadas por uma estratégia nacional de transição energética

*Por Roberto Waack - EXCLUSIVO PARA ASSINANTES*

A COP-Clima, Conferência das Partes para o Clima, está começando. A 28ª edição é em Dubai, no coração do mundo petrolífero. O Brasil vai se preparando para ser o anfitrião, em 2025, da efeméride dos 10 anos da COP mais emblemática de todas, Paris. Do coração do mundo petrolífero para o centro do mundo biodiverso. Nesta viagem, um túnel a ser iluminado: a exploração de petróleo na Margem Equatorial, nas cercanias amazônicas. Essa estrada, bastante neblinosa, tem uma parada no G-20, frente geopolítica que o Brasil liderará em 2024. Não faltam ambiguidades e contradições nesse debate.

A denominação “foz do Amazonas”, amplamente utilizada, é uma das zonas nebulosas que cercam essa controvérsia. A localização dos potenciais poços se situa a mais de 500 km da foz do rio. Este é um dos argumentos dos que são favoráveis ao prosseguimento das atividades exploratórias. No entanto, pouco se discute sobre o efetivo impacto desta distância. O debate deveria incluir, com maior profundidade, o entendimento dos impactos ambientais de um eventual vazamento, não só na foz do Amazonas, mas na costa equatorial como um todo e, obviamente, nos países vizinhos afetados (especialmente Guiana Francesa).

Poderia tratar do fato de que explorações semelhantes já ocorrem na mesma região. Precisaria incluir como esta iniciativa se insere nas relações entre países potencialmente afetados e que tipo de acordos sobre medidas de segurança deveria ser articulados.



***País tem oportunidade para buscar modelo inovador de contraposição das alternativas combustível fóssil versus reconhecimento concreto do valor da natureza Foto: Daniel Teixeira/Estadão***

Mas, muito mais do que a localização do empreendimento, a estrada que liga Dubai a Belém, envolve o conceito de transição energética. Neste caso, o túnel é ainda mais nebuloso. No âmbito global, o debate sobre o assunto é cheio de imprecisões. Quais são os horizontes temporais para que a transição da economia fundamentada em combustíveis fósseis se

consolide em fontes renováveis, minimamente emissoras de carbono?

As decisões sobre este tipo de investimento no Brasil, independentemente da sua localização, deveriam ser pautadas por uma estratégia nacional de transição energética. E esta deveria indicar premissas de volumes de petróleo a serem consumidos anualmente, com metas alinhadas com a disponibilização de fontes alternativas apresentadas com concretude. Mais precisamente no que



tange ao petróleo na margem equatorial, como esta iniciativa se insere nas previsões de oferta e demanda do produto?

Mais do que o debate sobre onde poderiam ser localizadas as explorações, a pauta deveria tratar das ambições nacionais de descarbonização energética. Além das ambições, que políticas públicas, quais as sinalizações sobre investimentos em desenvolvimento tecnológico e operações, que alternativas de fontes de capital financeiro para essas iniciativas, que regiões prioritárias, que tipos de incentivos, que modais para distribuição de royalties e benefícios, que impactos a transição energética terá no campo social?

A agenda social neste caso é central. O principal Estado impactado, Amapá, detém índices socioeconômicos entre os mais baixos do País. Eventuais royalties seriam um “cavalo selado” passando pela região. Não há como ignorar o componente político associado a esta decisão, este sim bastante exposto na mídia. O caldo ferve ao constatar-se que os fracos índices sociais se contrapõem aos altíssimos índices daquele Estado relacionados ao capital natural.

O Amapá é um dos mais preservados do País, com mais de 80% de florestas conservadas, num mosaico que integra Unidades de Conservação, territórios indígenas e áreas privadas sujeitas ao Código Florestal, com exigências relevantes de áreas de proteção permanentes e reservas legais. É preciso buscar encaminhamentos concretos para a ambiguidade dos mais baixos índices sociais em uma região com os mais altos índices ambientais.

A exploração do petróleo na margem equatorial próxima ao rio Amazonas evidencia a urgência e amplitude deste debate: mudanças climáticas, transição energética, justiça e inclusão social, valorização e proteção do capital natural. Os desafios sociais, a riqueza ambiental do Amapá e oportunidade de usufruir dos benefícios econômicos da indústria dos combustíveis fósseis trazem uma inquietude: por que não aproveitar essa oportunidade para efetivar modelo de remuneração pela conservação de capital natural? Não parece ser justo com a população local negar uma oportunidade de usufruir de benefícios econômicos, ainda que não concretos (como ocorreu em várias regiões que sonharam com royalties), e não oferecer nada em troca. Esta situação se agrava ainda mais diante do incontrolável crescimento da criminalidade profissional na região.

Há grande controvérsia sobre a pertinência de monetizar o capital natural como forma de explicitar e estimular o seu reconhecimento e distribuição de benefícios para as populações que vivem nessas regiões. A pressão social e política para transformação dos péssimos índices socioeconômicos da região com royalties do petróleo é uma oportunidade para exercitar um modelo inovador de contraposição das alternativas combustível fóssil versus reconhecimento concreto do valor da natureza. Um bom desenho de estratégia para transição energética poderia incorporar esse desafio, propondo ao mundo no trajeto entre Dubai e Belém, com o Brasil num dos principais assentos condutores da geopolítica mundial, o G-20, alternativas de políticas combinadas para as duas frentes.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP  
Data: 30/11/2023*

## **COM OLHAR ATENTO PARA SUSTENTABILIDADE, TIM TEM SÓLIDA JORNADA ESG**

Comprometida com as melhores práticas ambientais, sociais e de governança, empresa ganha Prêmio Estadão Empresas Mais na categoria Telecomunicações e é top 5 na categoria ESG Governança

*Por TIM e Estadão Blue Studio*

Operadora com a maior cobertura móvel do Brasil e líder no 4G e no 5G, a TIM ficou em primeiro lugar na categoria Telecomunicações do Prêmio Estadão Empresas Mais, além de ser top 5 na categoria ESG Governança da premiação. Esse é mais um reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela TIM, que tem uma história de investimento nessas práticas, presentes no cotidiano da empresa, impactando não somente colaboradores e colaboradoras, mas também seus milhões de clientes, sua cadeia de valor e a sociedade como um todo.



A TIM é a empresa do setor de telecomunicações que está há mais tempo - 15 anos - na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores Brasileira, a B3, e desde 2011 faz parte voluntariamente do Novo Mercado, maior nível de governança corporativa da B3. Listada no

Sustainability Yearbook, que reúne as empresas mais sustentáveis do mundo, a TIM foi a primeira operadora a obter a certificação ISO 37001, de combate ao suborno. No âmbito governamental, foi a primeira e única do ramo nomeada com o Selo Pró-Ética pela Controladoria-Geral da União (CGU).



***Tim conta com 94 usinas de fontes renováveis arrendadas de parceiros, que promovem o abastecimento da rede com energia limpa Foto: Divulgação/ TIM***

Com olhar atento para os desafios da gestão responsável dos recursos ambientais e os impactos das mudanças climáticas, a TIM investe no uso de energia limpa. A empresa alcançou, já em 2021, a meta de 100% de energia limpa em seu consumo total, por meio de um projeto que combina geração distribuída, aquisição no mercado livre e compra de certificados de energia renovável. A operadora conta com 94 usinas de fontes renováveis arrendadas de parceiros, que promovem o abastecimento da rede com energia solar, hídrica ou biogás - em operação. Recentemente, passou a oferecer aos colaboradores o Clube de Energia, que dá descontos na conta de luz em troca de consumo de energia proveniente dessas fontes renováveis. O programa está disponível para cerca de 5 mil pessoas no Rio de Janeiro, no Paraná, em Minas Gerais e em parte de São Paulo, e a expansão para toda a empresa acontecerá em 2024.

No âmbito social, a TIM vem atuando na promoção da inclusão e do desenvolvimento humano e já beneficiou mais de 700 mil pessoas em cerca de 500 cidades, alcançando todos os Estados do Brasil e o Distrito Federal por meio dos projetos e ações do Instituto TIM. Em parceria com a Gerando Falcões (GF) - que tem atuação em mais de 5 mil comunidades e uma rede que conta com mais de 1,1 mil organizações não governamentais, a TIM iniciou o projeto da primeira favela 5G do País e lançou seu primeiro produto social, destinando uma parte da receita do plano pós-pago TIM Black para projetos da GF - os clientes não precisam fazer qualquer adesão, o repasse é automático. Além disso, destinará o total de R\$ 1 milhão para projetos da Gerando Falcões por meio do edital Fortalecendo Redes, do Instituto TIM.

Diversidade e representatividade também são assuntos presentes no cotidiano da TIM. Ao longo de sua história, a companhia vem implementando iniciativas nas temáticas de gênero, raça, pessoas LGBTI+, gerações e pessoas com deficiência. Seu quadro profissional conta com 40% de pessoas negras e cerca de um terço dos cargos de liderança são ocupados por mulheres. A TIM é uma das 13 empresas brasileiras dentre as mais de 400 organizações do planeta a fazer parte do Índice de Equidade de Gênero da Bloomberg, que avalia igualdade de gênero e raça no ambiente de trabalho, e entrou na carteira do IDIVERSA B3, primeiro índice da bolsa brasileira a considerar critérios de gênero e raça. Além disso, pela terceira vez consecutiva, é considerada a operadora mais inclusiva e diversa pelo Refinitiv Diversity & Inclusion Index, índice que avalia mais de 15 mil companhias nesse assunto.

Em 2023, a TIM conquistou a ISO 27001, certificação internacional que é referência em segurança da informação - o que atesta a preocupação e o foco da empresa na segurança de dados. No Brasil, apenas 279 organizações obtiveram esse reconhecimento.

Ao investir nas melhores práticas ambientais, sociais e de governança, a TIM vem reduzindo distâncias e transformando tecnologia em liberdade, evoluindo com a sociedade brasileira. “Acreditamos que ESG não é uma alternativa ao negócio, mas sim parte estruturante dele. A TIM vai sempre evoluir incorporando essas premissas na concepção dos seus serviços, produtos e tecnologias”, afirma Mario Girasole, vice-presidente de Assuntos Regulatórios e Institucionais da TIM.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP  
Data: 30/11/2023



### VALOR ECONÔMICO (SP)

#### EXCLUSIVO: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES ACUSA VALE DE DESCUMPRIR PRAZO CONTRATUAL EM FERROVIAS

Ministro Renan Filho tenta acordo com as concessionárias para recalcular — e aumentar — o valor das outorgas cobradas na assinatura dos novos contratos

Por Rafael Bitencourt, Valor — Brasília



— Foto: Pixabay

O Ministério dos Transportes acusa a Vale de descumprir prazo definido nos novos contratos de concessão da Estrada de Ferro Carajás e da Estrada de Ferro Vitória-Minas. O alerta foi feito em ofício da Secretaria Nacional de Transportes Ferroviários enviado na quarta-feira ao comando da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A interação entre os órgãos federais é mais um desdobramento da briga travada pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, com as concessionárias que assinaram a renovação antecipada dos contratos no mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro. O ministro tenta acordo com as concessionárias para recalcular — e aumentar — o valor das outorgas cobradas na assinatura dos novos contratos. O montante, alega, foi estimado em patamar reduzido por ter sido aplicado desconto de todo o investimento não amortizado no prazo da concessão antiga.

Em entrevista ao Valor, o ministro dos Transportes disse esta semana que, diante do desinteresse da Vale em rever os termos da renovação antecipada, considera levar o caso à Justiça, com a possibilidade de responsabilização criminal de gestores públicos e executivos que assinaram os novos contratos.

O Valor apurou que o movimento da Secretaria Nacional de Transportes de junto à ANTT visa antever qualquer influência que a mineradora possa tentar exercer sobre o comando da agência, formado em grande parte por indicações do governo anterior.

O envio do ofício à ANTT ocorreu às vésperas do julgamento do processo relacionado ao tema pela diretoria. Na próxima semana, o comando da agência analisará o caso em “reunião deliberativa eletrônica”, marcada para ocorrer entre os dias 4 a 12 de dezembro.

Conforme a pauta divulgada pelo órgão regulador, a decisão da diretoria envolverá a “celebração de aditivo aos contratos” das duas ferrovias da Vale. O objetivo é “formalizar a prorrogação dos prazos para cumprimento das obrigações não financeiras pela concessionária”.

O ofício do Ministério dos Transportes pondera que o prazo de 18 meses para a Vale apresentar informações econômicas vinculadas ao contrato acabou no dia 19 de junho. A secretaria também contesta o fato do processo na ANTT fazer referência ao “cumprimento das obrigações não financeiras”, o que permitiria o alongamento do período definido para cumprimento das obrigações contratuais.



“A obrigação contratual de apresentação do detalhamento da base de ativos e passivos tem caráter eminentemente financeiro, visto que a sua apresentação ou não apresentação tem o condão de impactar diretamente o valor da outorga”, informou o documento, assinado pelo secretário nacional de transportes ferroviários do Ministério dos Transportes, Leonardo Ribeiro. O ofício é endereçado nominalmente ao diretor-geral da ANTT, Rafael Vitale.

Se a decisão for desfavorável à Vale, a companhia pode perder o argumento de não aceitar a revisão dos termos da renovação, proposta pelo governo atual, por estar cumprindo 100% das obrigações.

O ministério tem buscado o respaldo jurídico de procuradores da União nas decisões sobre as ferrovias. O documento ressalta que a “secretaria realizará tratativas e assessoramento jurídico com a Conjur/MT, unidade da AGU [Advocacia-Geral da União] junto ao Ministério, para avaliar a necessidade de adoção de providências ulteriores, que visem a resguardar o interesse da política pública desta Pasta dos Transportes”.

Ainda de acordo com o documento, o Ministério dos Transportes, com órgão definidor de “diretriz de política pública” no setor, recomendou que a ANTT “suspenda qualquer deliberação acerca de aditamento contratual referente à obrigação de apresentação da base de ativos por parte da Concessionária”. Para a Pasta, “dado o caráter financeiro” da decisão, existe “risco de prejuízo ao erário”, além de que a agência só deveria voltar a deliberar sobre o tema após “apresentação de nova diretriz de política pública ministerial”.

Questionadas, a Vale e a ANTT não responderam ainda ao pedido de posicionamento.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 30/11/2023*

## **REFORMA DO ESTATUTO DA PETROBRAS É APROVADA POR 54,98% DOS ACIONISTAS, DIZEM FONTES**

*Por Kariny Leal e Fábio Couto, Valor — Rio*

A Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Petrobras aprovou nesta quinta-feira (30) a alteração do estatuto social da companhia, por 54,98% dos votos, o que corresponde a 3.815.833.030 ações, dizem fontes a par do tema. Votaram contra acionistas que totalizaram 31,96% dos votos, ou 2.218.671.219 ações. Abstenções somaram 906.516.090 ações, ou 13,06% dos votos.

Antes do resultado, o presidente da assembleia, Francisco Costa e Silva, disse que o que Tribunal de Contas da União (TCU) pode suspender a decisão cautelar que trata da exclusão de parágrafo do estatuto referente à Lei das Estatais (13.303/2016). “A Petrobras cumprirá decisão do TCU seja qual for”, disse, explicando que a cautelar do tribunal de contas é equivalente ao que está sendo decidido na assembleia.

Uma liminar do TCU estabelece que a Petrobras não registre na junta comercial trecho da ata que exclui o parágrafo que reproduz trecho da Lei das Estatais sobre as indicações políticas, bem como a adição de redação segundo a qual considerará hipóteses de conflito de interesses formal nos casos expressamente previstos em lei.

Todas as propostas de reforma do estatuto foram agrupadas em um só item de pauta. A AGE durou cerca de 1h20.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 30/11/2023*

## **BRASKEM É INTIMADA EM AÇÃO BILIONÁRIA SOBRE POTENCIAL COLAPSO EM MINA DE MACEIÓ**

A ação foi ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado de Alagoas (MPF-AL) e Defensoria Pública da União (DPU) contra a companhia e o município de Maceió

*Por Victoria Netto, Valor — São Paulo*





— Foto: Bloomberg

A Braskem comunicou que foi intimada, nesta quinta-feira (30), em deferimento de tutela de urgência em ação civil pública sobre potencial colapso em mina da companhia localizada em Maceió, capital de Alagoas. O valor atribuído à causa pelos autores da ação é de R\$ 1 bilhão.

A ação foi ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado de Alagoas (MPF-AL) e Defensoria Pública da União (DPU) contra a companhia e o município de Maceió.

A prefeitura de Maceió decretou estado de emergência na quarta-feira (29), diante do risco em um dos poços da antiga mina de sal-gema da Braskem. A companhia encerrou a extração em 2019, após o aparecimento de rachaduras em imóveis e vias de quatro bairros na região da mina. Milhares de imóveis tiveram de ser desocupados e as famílias, realocadas para outras regiões. A área sob risco de colapso está entre as que foram desocupadas, mas há moradores em bairros próximos.

De acordo com a petroquímica, na ação foi aprovada a inclusão “da nova área de criticidade 00 da versão 5” do mapa da Defesa Civil no programa de compensação financeira e apoio à realocação (PCF) instituído pela companhia em Maceió e a inclusão facultativa de todos os atingidos, cujos imóveis estão localizados na área de criticidade 01 do mesmo mapa, com a atualização monetária correspondente.

Também foi aprovada a criação de um programa de reparação do dano material provocado pela possível desvalorização do imóvel, além de dano moral sofrido pela inclusão do imóvel no mapa.

Além disso, foi solicitada a contratação de empresa independente e especializada para a identificação do possível dano material dos imóveis, caso o atingido decida pela permanência na área de criticidade, bem como a contratação de assessoria técnica para dar suporte na avaliação dos cenários e tomada de decisão sobre a realocação ou permanência dos atingidos na área.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 30/11/2023*



## AGÊNCIA BRASIL - DF

### SENADO APROVA PL DA TAXAÇÃO DOS FUNDOS EXCLUSIVOS E OFFSHORES

Aposta do governo para aumentar arrecadação, projeto vai à sanção

*Por Carolina Pimentel e Wellton Máximo - Repórteres da Agência Brasil - Brasília*



Os senadores aprovaram na tarde desta quinta-feira (29) o projeto de lei que muda a tributação de rendas obtidas com fundos exclusivos de investimento e offshores - empresas no exterior que administram fundos de investimentos. O texto segue para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A taxação é uma das principais apostas do governo federal para aumentar a arrecadação de





impostos, elevando os tributos dos mais ricos do Brasil. No parecer, o relator do projeto, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), estima montante de R\$ 13 bilhões somente em 2024.

Pelo projeto aprovado, as regras dos fundos exclusivos serão igualadas às dos demais fundos. Com isso, os super-ricos pagarão o “come-cotas” (recolhimento periódico do imposto de renda) a partir de 2024 de 15% sobre o rendimento para fundos de longo prazo, sendo 20% no caso dos investimentos de até 1 ano (curto prazo). Os fundos serão tributados a cada 6 meses.

Atualmente, apenas 2,5 mil brasileiros aplicam em fundos exclusivos, que somam R\$ 756 bilhões em patrimônio e respondem, sozinhos, por 12,3% da indústria de fundos do Brasil.

Em relação aos fundos offshores, muito usado por investidores super-ricos que entregam bens no exterior para terceiros administrarem, o projeto prevê uma cobrança anual de 15% de IR a partir de 2024. A tributação será feita uma vez ao ano, no dia 31 de dezembro.

Hoje, quem tem dinheiro em offshore só paga 15% de IR sobre o ganho de capital quando e se o dinheiro voltar ao Brasil.

### **Confira o projeto aprovado:**

#### ***Fundos exclusivos***

- Como funciona atualmente: tributação apenas no momento do resgate do investimento;
- Instrumento: originalmente era medida provisória, mas texto foi incorporado a projeto de lei;
- Tributação: alíquota de 15% (fundos de longo prazo) ou de 20% (fundos de curto prazo, de até um ano) de Imposto de Renda sobre os rendimentos uma vez a cada semestre por meio do mecanismo chamado “come-cotas” a partir do ano que vem. Fundos com maiores prazos de aplicação têm alíquotas mais baixas por causa da tabela regressiva de Imposto de Renda;
- Atualização antecipada: quem optar por começar a pagar o “come-cotas” em 2023 pagará 8% sobre o estoque dos rendimentos (tudo o que rendeu até 2023). O governo propôs dois modelos de pagamento:
  - 8% para quem parcelar em quatro vezes, com a primeira prestação a partir de dezembro. Na medida provisória, o governo tinha proposto alíquota de 10% nessa situação;
  - 15% para quem parcelar em 24 vezes (dois anos), com primeira prestação a partir de maio de 2024.

#### ***Offshore e trusts***

- Como funciona atualmente: recursos investidos em offshores, empresas no exterior que abrigam fundos de investimentos, só pagam 15% de Imposto de Renda sobre ganho de capital se voltarem ao Brasil.
- Instrumento: projeto de lei.
- Tributação: 15% de cobrança anual de rendimentos a partir de 2024, mesmo se dinheiro ficar no exterior. Governo tinha proposto alíquotas progressivas de 0% a 22,5%, conforme os rendimentos anuais.
- Apuração: lucros das offshores serão apurados até 31 de dezembro de cada ano.



- Forma de cobrança: tributação dos trusts, relação jurídica em que dono do patrimônio transfere bens para terceiros administrarem.
- Como funcionam os trusts: atualmente, legislação brasileira não trata dessa modalidade de investimento, usada para reduzir o pagamento de tributos por meio de elisão fiscal (brechas na legislação) e facilitar distribuição de heranças em vida.
- Atualização antecipada: quem optar por atualizar o valor do estoque dos rendimentos (tudo o que rendeu até 2023) pagará menos. Nesse caso, a adesão é voluntária. O governo propôs dois modelos de pagamento:
  - 8% para quem parcelar em quatro vezes, com a primeira prestação a partir de dezembro. Na medida provisória, o governo tinha proposto alíquota de 10% nessa situação;
  - 15% para quem parcelar em 24 vezes (dois anos), com primeira prestação a partir de maio de 2024.
- Variação cambial: lucro com alta do dólar não será tributado em duas situações:
  - variação cambial de depósitos em conta corrente ou em cartão de crédito ou débito no exterior, desde que os depósitos não sejam remunerados;
  - variação cambial de moeda estrangeira para vendas de moeda de até US\$ 5 mil por ano.

### ***Fiagro e fundos de investimentos imobiliários***

- Definição: Fiagros são fundos de investimento em cadeias agroindustriais, fundos de investimentos imobiliários são fundos que aplicam em imóveis.
- Como funciona atualmente: fundos com pelo menos 50 cotistas e com cotas negociadas na bolsa de valores ou em mercados de balcão de derivativos têm isenção de Imposto de Renda.
- O que muda: para obter isenção de IR, número mínimo de cotistas sobe para 100, com limite de cotas entre familiares a 30% do patrimônio líquido total, incluindo parentes até o segundo grau. Receita Federal tinha proposto 500 cotistas, depois reduziu proposta para 300.
- Impacto: segundo relator, de 70 fundos do tipo, apenas quatro perderiam a isenção do IR.

Edição: Marcelo Brandão

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 30/11/2023

### **SENADO APROVA PL QUE MUDA TRIBUTAÇÃO DE OFFSHORES**

*Por Daniella Longuinho - repórter da Rádio Nacional - Brasília*

O plenário do Senado aprovou, nessa quarta-feira (29), o projeto de lei que muda a tributação de fundos exclusivos e de investimentos de brasileiros em paraísos fiscais, as chamadas offshores.

De autoria do Poder Executivo, o texto agora vai à sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A taxação é uma das principais apostas do governo federal para aumentar arrecadação de impostos, elevando a cobrança de tributos dos mais ricos no Brasil. No parecer, o relator do projeto, senador Alessandro Vieira, MDB (SE), estima o montante da tributação chegue R\$ 13 bilhões, somente em 2024.

Atualmente, os fundos exclusivos só pagam Imposto de Renda na hora de sacar o dinheiro, enquanto os demais fundos do país pagam imposto todo semestre, cobrança conhecida como 'come-cotas'.

Pelo projeto aprovado, as regras dos fundos exclusivos serão igualadas às dos demais fundos. Com isso, a partir de 2024, os super ricos pagarão o come-cotas, com taxas de 15% sobre o rendimento para fundos de longo prazo, que sobe para 20% no caso de investimentos de até um ano, ou seja, de curto prazo.

Segundo o governo federal, apenas 2.500 brasileiros aplicam em fundos exclusivos, que somam R\$ 756 bilhões em patrimônio e respondem, sozinhos, por 12,3% da indústria de fundos do Brasil.

Em relação aos fundos offshores, o texto prevê cobrança anual de 15% de Imposto de Renda, a partir de 2024. A tributação será feita uma vez ao ano, no dia 31 de dezembro.

Até então, quem tem dinheiro em offshore só paga 15% de Imposto de Renda sobre o ganho do capital quando e se o dinheiro voltar ao Brasil.

*Fonte: Agência Brasil - DF*

*Data: 30/11/2023*

## portosenavios

### PORTAL PORTOS E NAVIOS

#### ESTALEIROS COREANOS QUEREM EXPANDIR-SE RUMO AO EXTERIOR



As empresas de construção naval sul-coreanas consideram investir na construção de bases de produção no estrangeiro para resolver a escassez de mão de obra, segundo a Business Korea. Um senão seriam as preocupações sobre a potencial "fuga de tecnologia" resultante da construção de estaleiros no estrangeiro.

De acordo com a publicação, a HD Hyundai Heavy Industries inicia agora operações experimentais do estaleiro IMI, estabelecido em colaboração com uma empresa local na Arábia Saudita. O IMI estará em pleno

funcionamento no segundo semestre do próximo ano. A HD Hyundai Heavy Industries também está planejando estabelecer uma fábrica de motores para navios nas proximidades.

A HD Hyundai também considera arrendar o estaleiro Subic, nas Filipinas. A empresa garantiu um contrato para construir um total de 10 navios nas Filipinas, incluindo dois navios de escolta, duas fragatas de patrulha e seis navios de patrulha offshore. A manutenção e conservação dessas embarcações será realizada no estaleiro Subic.

A Hanwha Ocean aprovou a proposta para estabelecer uma subsidiária nos EUA, a Hanwha Ocean USA Holdings. A subsidiária norte-americana investirá em bases de produção na região norte-americana no futuro.

A razão pela qual a expansão para o exterior está na mesa deve-se à escassez de mão de obra indústria naval coreana. Há atualmente um esforço em curso para expandir a força de trabalho nos estaleiros, mas o problema tornou-se crônico.

De acordo com o Ministério do Comércio, Indústria e Energia, as empresas nacionais de construção naval contrataram 14.359 trabalhadores até o terceiro trimestre deste ano, ultrapassando o número inicialmente previsto de 14.000. Desses, 85,9% são trabalhadores estrangeiros. A indústria lida ainda com desafios devido à escassez de trabalhadores qualificados.

A Business Korea estima que haverá um boom de construção de estaleiros no exterior no futuro próximo. Com os desafios constantes de uma baixa taxa de natalidade e do envelhecimento da população, espera-se que a escassez de mão de obra se agrave e que os custos laborais aumentem.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 30/11/2023*

## MITSUBISHI POWER CONCLUI DEMONSTRAÇÃO DE COMBUSTÃO ASSOCIADA COM HIDROGÊNIO E GÁS

*Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 30/11/2023 - 19:21*



A Mitsubishi Power, uma marca de soluções de energia da Mitsubishi Heavy Industries (MHI), conduziu o primeiro teste de geração de energia do mundo em uma turbina a gás de grande porte usando uma mistura de combustível de 30% de hidrogênio enquanto conectada à rede elétrica local e usando hidrogênio produzido e armazenado no mesmo site.

Nesta quinta-feira (30), a Mitsubishi informou ter executado uma demonstração de mistura de combustível de 30% de hidrogênio e gás natural em carga parcial e carga total usando

uma turbina a gás refrigerada a ar conectada à rede.

A demonstração foi conduzida usando resultados obtidos através de um projeto subsidiado pela Organização de Desenvolvimento de Novas Energias e Tecnologia Industrial do Japão (Nedo). O experimento verificou a obtenção de baixas emissões de óxido de azoto (NOx) e combustão estável durante a co-combustão de hidrogênio. Revelou também que a mudança de combustíveis de gás natural para mistura de combustível de hidrogênio é possível durante o funcionamento em carga parcial e em plena carga.

O teste foi realizado na Instalação de Validação de Usina de Ciclo Combinado T-Point 2 com uma potência nominal de 566 MW dentro do Takasago Hydrogen Park, dentro de sua Takasago Machinery Works na cidade de Takasago, província de Hyogo, no centro-oeste do Japão.

Takashi Tozawa, membro sênior, gerente geral sênior da divisão de negócios GTCC de sistemas de energia da MHI, disse: "É uma contribuição significativa para a implementação da geração de energia a hidrogênio por meio de melhorias na confiabilidade do produto com base em verificações e comercialização acelerada. A demonstração de co-combustão de 30% de hidrogênio com a turbina a gás é um marco significativo e sem precedentes em direção à transição energética, e estamos orgulhosos de que a MHI seja capaz de desempenhar um papel tão importante".

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 30/11/2023*

## ULSTEIN REVELA PROJETO DE EMBARCAÇÃO DE TRANSPORTE PESADO PARA SETOR EÓLICO OFFSHORE

*Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 30/11/2023 - 19:14*





O construtor naval e projetista norueguês Ulstein expandiu seu portfólio de projetos com uma nova embarcação de transporte pesado para atender às crescentes necessidades logísticas do crescente setor eólico offshore.

A atual frota de navios de transporte pesado não atende à demanda futura do segmento eólico offshore, avalia a Ulstein.

Com mais de 380 GW de capacidade eólica offshore prevista para serem adicionados nos próximos dez anos, além de uma frota substancial de embarcações de instalação, será

necessária nova tonelagem para transportar as fundações e turbinas eólicas dos locais de fabricação para os portos de triagem ou campos offshore.

A unidade de design da Ulstein com sede na Holanda desenvolveu o chamado HX121 – o maior e mais recente projeto do portfólio de navios de transporte pesado da Ulstein, capazes de operar com metanol como combustível.

“Tradicionalmente, o setor eólico offshore tem utilizado barcaças ou embarcações semissubmersíveis de carga pesada para o transporte de componentes de turbinas eólicas, mas o mercado procura embarcações mais eficientes e de baixas emissões para transportar grandes componentes. O Ulstein HX121 foi desenvolvido em estreito contato com parceiros da indústria para encontrar os principais requisitos para esta próxima geração de embarcações de transporte pesado”, disse Edwin van Leeuwen, diretor administrativo da Ulstein Design & Solutions.

A Ulstein informa que o projeto apresenta seu conhecido X-BOW para melhorar a navegação, maximizar o espaço do convés e otimizar o navio de popa para baixo consumo de combustível, resultando em um projeto eficaz e equilibrado, baseado em tecnologias comprovadas, que opcionalmente podem fornecer o DP2.

“O método 'Ulstein Blended Design' foi usado para encontrar as dimensões principais e a velocidade de serviço ideais para o transporte eficiente de grandes componentes eólicos. Este método de design permitiu-nos minimizar o consumo de combustível por componente transportado. Além disso, nos concentramos em carregar e descarregar cargas utilizando a tecnologia roll on roll off”, acrescentou Dolf Manschot, gerente de projetos da Ulstein Design & Solutions.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 30/11/2023

## FRENTE PARLAMENTAR PLANEJA VISITAR ESTALEIROS DO AM E PE EM 2024

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 29/11/2023 - 19:11



### Divulgação

Após presença em instalações em Santa Catarina, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Bahia com representantes da indústria, grupo prepara relatório para impulsionar atividades ligadas à indústria naval

A Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Naval Brasileira deve realizar novas visitas técnicas em 2024, no Amazonas e Pernambuco. Na última segunda-feira (27), o grupo visitou os estaleiros Brasil Sul



(Thyssenkrupp) e Detroit Brasil, em Itajaí (SC). Ao longo do ano, a comitiva da Frente também realizou visitas técnicas nos estaleiros de Rio Grande (RS), São José do Norte (RS) e Rio de Janeiro. Em Maragogipe (BA), ao lado de deputados da Comissão de Finanças da Câmara, a Frente visitou o estaleiro Enseada. A agenda tem como objetivo a elaboração de um relatório das atividades ao longo do ano, indicando sugestões construídas em conjunto com as diversas entidades colaborativas que compõem o colegiado no Congresso Nacional. O documento apontando um diagnóstico e as propostas para a retomada da indústria naval será entregue em dezembro à presidência da República.

O presidente da Frente, deputado federal Alexandre Lindenmeyer (PT-RS), destacou que os estaleiros em Itajaí contam com infraestrutura de padrão internacional e tecnologia de ponta para atender às diversas necessidades de seus clientes, o que contribui para a retomada dos empregos nesse setor, que já empregou mais de 80 mil trabalhadores no final de 2015, segundo dados do Sinaval. “Estamos trabalhando muito através da Frente Parlamentar para que vejamos a retomada com força desse setor estratégico que é a indústria naval, que gera emprego e renda, agrega tecnologia nacional, gera impostos e é fundamental para a soberania nacional”, disse Lindenmeyer.

Participaram da visita técnica representantes dos estaleiros (Sinaval), fornecedores de equipamentos (Abimaq), da Petrobras, da Transpetro, da Emgepron [Empresa Gerencial de Projetos Navais], do Instituto Brasileiro do Petróleo (operadoras de petróleo e gás), além de representantes do Sesi/Senai-SC e sindicatos locais e nacionais que vêm acompanhando as agendas da Frente e verificado in loco a capacidade instalada ociosa da nossa indústria naval.

Durante a visita aos estaleiros catarinenses, os parlamentares e os representantes de empresas e entidades colaborativas conheceram as estruturas das instalações, bem como os desafios do setor e a rotina dos trabalhadores que realizam atividades no reparo, modernização e na construção de embarcações de médio e grande porte. “Visitamos os estaleiros para conhecer suas estruturas e capacidades, mas também para ouvir as demandas do setor, daquilo que é estratégico para que a nossa indústria se torne mais competitiva. Queremos gerar construções para dentro do Brasil, mas também disputar mercados internacionais”, afirmou o deputado.

A vice-regional da Frente, deputada federal Ana Paula Lima (PT-SC) destacou que a nova edição do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançada em agosto, incluiu a construção de 4 fragatas classe Tamandaré e mais 10 navios patrulha. “Temos mão de obra qualificada e parques fabris de excelência. Mas infelizmente, nos últimos anos, tivemos uma grande destruição dessa economia tão importante, afetando nossa soberania nacional”, comentou a parlamentar.

### **Carteira dos estaleiros de Itajaí**

No começo de novembro, a thyssenkrupp Estaleiro Brasil Sul realizou um evento interno para marcar o início do corte de aço do segundo navio da Classe Tamandaré, que será batizado de fragata Jerônimo de Albuquerque (F201). A construção desta embarcação seguirá em paralelo à edificação da fragata Tamandaré (F200), cujo lançamento está previsto para ocorrer em meados de 2024. O Programa Fragatas Classe Tamandaré (PFCT), gerenciado pela Emgepron, prevê a construção, em território nacional, de quatro navios de defesa de alta complexidade tecnológica para a Marinha do Brasil.

A carteira atual do Detroit Brasil conta quatro rebocadores azimutais, além de alguns reparos já previstos para 2024. No curto prazo, a principal aposta do Detroit Brasil está no mercado de apoio marítimo. A avaliação do grupo é que a chegada de novas plataformas e a necessidade de renovação dos ativos para atendimento de novos requisitos operacionais resultará na contratação de novas embarcações junto aos estaleiros nacionais.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 29/11/2023*

## **BNDES VÊ 'GATILHOS' DE NOVOS INVESTIMENTOS NA CONSTRUÇÃO NAVAL E NO SETOR PORTUÁRIO**

*Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 29/11/2023 - 16:42*



### Arquivo/Divulgação

Departamento de transporte e logística do banco avalia que possibilidade de utilização de recursos do FMM para terminais portuários pode representar oportunidade para setor de funding

A perspectiva de um novo ciclo de construção na indústria naval e a possibilidade do uso do Fundo da Marinha Mercante (FMM) também para terminais portuários são alguns dos potenciais identificados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no setor.

O banco de fomento também tem no radar projetos de arrendamentos portuários, terminais de uso privado (TUPs) e monitora o desenvolvimento da cabotagem.

O chefe do departamento de transporte e logística do BNDES, Tiago Toledo Ferreira, acredita que as expectativas que vêm sendo discutidas para a construção naval deverão ser estimuladas principalmente pela demanda da indústria offshore, tendo desdobramentos para a navegação. Ele disse que existem recursos e investidores interessados e que um dos desafios é a apresentação de bons projetos.

"Há um gatilho forte de investimentos no setor (...). Precisamos de bons projetos, que sejam financiados e façam sentido e tenham bom balanço de risco", afirmou Ferreira durante o Fórum de Portos - Desafios e Oportunidades nos Portos Brasileiros, promovido pela FGV Transportes e pela Amcham, na última terça-feira (28), no Rio de Janeiro.

Na ocasião, ele destacou a possibilidade de utilização de recursos do FMM também para terminais portuários, concedida em novembro do ano passado. "Está em regulamentação ainda. Esperamos novidades em breve. Mas é uma grande possibilidade para o setor de funding", comentou Ferreira.

O chefe do departamento de transporte e logística do BNDES, também destacou os novos arrendamentos pipeline do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI), totalizando 34 projetos e cerca de R\$ 30 bilhões de investimentos previstos. Segundo Ferreira, a carteira do PPI é fundamental para mobilizar recursos e atrair investidores. Ele também chamou a atenção para autorizações para o potencial de terminais de uso privado. "Acreditamos muito nos TUPs. Esse será um grande driver de crescimento. As projeções 2030-2040 apontam para grandes investimentos", projetou.

O banco vê como desafios a estruturação de bons projetos, com equacionamento de riscos e financiabilidade, bem como a conversão de autorizações em investimento. Ferreira citou um estudo da Antaq que revela que apenas 13% dos investimentos em 94 autorizações foram realizados. Outro desafio é a regulamentação do BR do Mar, com normativos para plena aplicação do programa.

A carteira do banco trabalha com embarcações, portos e hidrovias. Ferreira citou algumas operações relacionadas a armadores de apoio portuário para construção de rebocadores azimutais de maior capacidade, além de financiamento para projetos de navegação interior. "Apostamos muito no crescimento do Arco Norte", destacou. Ele também contou que o BNDES vem dialogando junto ao governo de São Paulo sobre a ampliação da capacidade de movimentação de cargas esperado para a hidrovia Tietê-Paraná.

**Fonte: Portal Portos e Navios - RJ**

**Data: 29/11/2023**



### EMPRESAS DESENVOLVER NAVIO PARA ABASTECIMENTO DE AMÔNIA A BORDO

Da Redação **INDÚSTRIA NAVAL** 29/11/2023 - 16:00



A Azane Fuel Solutions e a Amogy Inc anunciaram nesta quarta-feira (29) a assinatura do memorando de entendimento para desenvolver uma solução de fornecimento de amônia a bordo de um navio conceitual. A Azane é uma empresa norueguesa que desenvolve o primeiro terminal de abastecimento de amônia do mundo. Já a Amogy Inc é fornecedora de tecnologia.

Pelo acordo, as empresas verificarão a viabilidade técnica e comercial do uso de sistema de produção de amônia da Amogy a

bordo de um navio desenvolvido pela Azane para fornecimento de combustível.

A Azane procura soluções para permitir a propulsão livre de carbono do navio. Quando estiver totalmente desenvolvido, a empresa planeja colocar em serviço navios de abastecimento de amônia em portos como Hamburgo, Roterdã, Antuérpia e Cingapura.

A Amogy e a Azane começam agora a verificar a compatibilidade de suas tecnologias e o potencial comercial das soluções combinadas. A partir do projeto piloto, as empresas pretendem também oferecer a solução de conversão de amônia em energia para aplicações comerciais.

**Fonte:** Portal Portos e Navios - RJ

**Data:** 29/11/2023

### NOVO ARMAZÉM DO PORTO ITAPOÁ TERÁ DIFERENCIAIS DE TECNOLOGIA E INFRAESTRUTURA

Da Redação **PORTOS E LOGÍSTICA** 29/11/2023 - 16:00



O Porto Itapoá inaugura em breve um novo armazém, com diversas inovações de segurança e ambientais. Com 8 mil m<sup>2</sup> de área coberta, a estrutura vai somar-se aos novos 150 mil m<sup>2</sup> de pátio, recém-construídos. Com isso, o terminal terá um pátio de 455 mil m<sup>2</sup>, o que vai proporcionar uma capacidade de movimentar até dois milhões de TEUs por ano.

O diretor de Operações, Tecnologia e Meio Ambiente do Porto Itapoá, Sergni Pessoa Rosa Jr., afirma que o armazém foi idealizado para dar celeridade nas operações, mas também segurança a todos os envolvidos.

“Será um espaço multiuso com diversos diferenciais de tecnologia e infraestrutura para atingir alto desempenho operacional de forma sustentável”, avalia.

A estrutura compreende 12 portões laterais, três docas para caminhões com rampas niveladoras para operações crossdocking (quando o descarregamento do contêiner é feito no terminal), 2.271 posições para pallets, entre outros itens, como uma câmara fria com espaços dedicados a cargas resfriadas e congeladas separadamente.

A expectativa, explica Rosa Jr., é que seja feita a movimentação de até 2,4 mil contêineres por mês no armazém de operações crossdocking. Além disso, o terminal espera fazer até 150 operações



mensais de cargas LCL (Less Container Load -- quando um contêiner é preenchido com mais de um tipo de carga). “Obviamente, haverá um tempo de adequação para se chegar ao nível que esperamos, mas a estrutura contribuirá muito para essa melhoria”, diz Rosa Jr.

O armazém será equipado com 80 câmeras com imagem em resolução 4K. Interligadas em uma rede de monitoramento que conta com um sistema de inteligência artificial, as câmeras serão capazes de identificar movimentos suspeitos e alertar os responsáveis. Este circuito terá um data center próprio para salvar as informações coletadas.

As câmeras terão ainda a função de auxiliar a fiscalização da Receita Federal, que poderá contar com imagens de alta resolução para fazer vistorias on-line. Nesses casos, o fiscal pode fazer a avaliação de forma remota, tornando essa operação mais eficaz.

No quesito meio ambiente, o armazém traz uma série de diferenciais a começar pela sua arquitetura inteligente, que visa aproveitar a luz natural, reduzindo assim o consumo de energia elétrica.

Outro diferencial importante é a estação de tratamento de água da chuva, com capacidade para tratar até mil litros por hora. A água será destinada para os vasos sanitários do armazém, que também terá uma estação de tratamento de efluentes, capaz de tratar 100% da água consumida.

O armazém terá também um sistema de comportas com fechamento automático em caso de emergência, evitando que fluidos poluentes entrem em contato com rios e lençóis freáticos da região.

Os órgãos fiscalizadores terão instalações para que seus profissionais tenham mais comodidade no dia a dia. O canil da Receita Federal também será realocado para este espaço, onde os animais poderão desfrutar de um ambiente mais tranquilo.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 29/11/2023*

## MSC PREPARA MEGAMAX PARA TRATAMENTO DE CAPTURA DE CARBONO

*Da Redação NAVEGAÇÃO 29/11/2023 - 16:00*



A Mediterranean Shipping Co (MSC), maior armadora de porta-contêineres do mundo, destacou grande navio onde será instalado um sistema de captura e utilização de carbono (CCUS) fabricado na China.

Segundo a Alphaliner, o "MSC Mia", de 23.756 TEUs, é o navio provável para a instalação quando entrar em doca seca daqui a um ano.

A tecnologia está sendo fornecida pela Zhejiang Energy Marine Environmental Technology (ZEME). A empresa afirma que seu sistema deverá capturar cerca de 40% das

emissões de carbono dos gases de escape do navio.

Dispositivos de captura de carbono em menor escala já foram testados em navios feeders, mas nenhum grande navio porta-contêineres foi equipado com tal instalação ainda, observou Alphaliner em seu último relatório semanal.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 29/11/2023*

## WINTERSHALL, YPF E DOW SE UNEM PARA CCS NA ARGENTINA

*Da Redação ECONOMIA 29/11/2023 - 16:00*



A Wintershall Dea AG, a empresa nacional de energia argentina YPF e a empresa global de ciência de materiais Dow Inc assinaram um memorando de entendimento (MoU) para avaliar oportunidades potenciais de captura e armazenamento de carbono (CCS) na Argentina, especificamente perto de Bahía Blanca.

De acordo com o memorando de entendimento, por um período de 12 meses as equipes técnicas das três empresas trabalharão em conjunto para identificar potenciais locais adequados para CCS nos

arredores do conglomerado industrial portuário de Bahía Blanca. A informação é da Wintershall Dea em comunicado à imprensa.

A Wintershall Dea observou que um projeto de CCS nas proximidades do cluster industrial de Bahía Blanca poderia facilitar a produção de hidrogênio com baixo teor de carbono à base de gás natural.

“Enquanto tecnologia, a CCS desempenhará um papel importante a nível mundial na descarbonização das indústrias e no cumprimento das metas climáticas”, afirmou Mario Mehren, CEO da Wintershall Dea. “Esperamos contribuir com o nosso conhecimento e experiência dos nossos projetos europeus de CCS para avaliar o potencial da CCS aqui na Argentina.”

**Fonte: Portal Portos e Navios - RJ**

**Data: 29/11/2023**

## PETROBRAS RETIRA A P-32 DA LOCAÇÃO PARA DESTINAÇÃO SUSTENTÁVEL

**Da Redação OFFSHORE 29/11/2023 - 16:00**



A Petrobras realizou, na última quinta-feira (23), a desancoragem da plataforma P-32, no Campo de Marlim, na Bacia de Campos. E no sábado (25) iniciou a navegação do equipamento para o estaleiro Rio Grande (RS), onde a unidade será submetida a um processo de reciclagem alinhado às melhores práticas ASG (Ambiental, Social e Governança) da indústria mundial.

“Esse é um marco importante. Com a P-32 já em trânsito para o estaleiro Rio Grande, no Rio Grande do Sul, faremos o primeiro descomissionamento verde no Brasil. E esse é

o primeiro de muitos. Nosso Plano Estratégico prevê mais de 20 unidades a serem descomissionadas. Nosso país tem uma forte indústria consumidora de aço. Somos a nona indústria produtora de aço. Ou seja, temos produto disponível, uma tecnologia a ser desenvolvida ou em desenvolvimento, e o mercado consumidor é presente e seguro. Por isso, afirmo que o descomissionamento de plataformas é uma excelente oportunidade para nossa indústria local”, afirmou o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates.

A venda da P-32 para a Gerdau, em parceria com o estaleiro Ecovix, foi concluída em julho deste ano. A unidade será a primeira plataforma flutuante a seguir o novo modelo de destinação sustentável de embarcações adotado pela Petrobras. Outras 11 unidades flutuantes seguirão nos próximos cinco anos a mesma diretriz.

O plano de reciclagem da plataforma, elaborado pela Gerdau-Ecovix, foi aprovado pela Petrobras e contempla desde os primeiros procedimentos de recebimento da unidade, passando pelos trabalhos de desmontagem, que acontecerá em dique seco, até a destinação final dos resíduos decorrentes do desmantelamento. A execução do plano será acompanhada pela Petrobras para garantir o cumprimento das práticas de segurança, meio ambiente, saúde ocupacional e responsabilidade social de forma sustentável e auditável, ao longo de todo o processo de reciclagem.

### Trajetória de inovação

A plataforma P-32 é uma das dez unidades que já operaram nos campos de Marlim e Voador, na Bacia de Campos. O projeto de revitalização de Marlim e Voador consiste na substituição de nove unidades dos Campos por "Anna Nery" e "Anita Garibaldi", os novos FPSOs. Estas novas unidades têm capacidade de produzir, em conjunto, até 150 mil barris por dia.

“Com essas substituições, reduzimos as emissões de gases de efeito estufa em mais de 50%. Essa é uma das frentes do Plano de Renovação da Bacia de Campos, que prevê investimento de US\$ 22 bilhões até 2028, com mais de 200 novos poços interligados, além de quatro novos FPSOs”, ressalta o gerente geral da Unidade de Negócios de Exploração e Produção da Bacia de Campos, Alex Murteira Célem.

O FPSO P-32 foi pioneiro em águas profundas, tratando e exportando através de offloading de forma integrada desde 1997. Em associação ao FPSO P-47, a unidade foi capaz de escoar grandes volumes produzidos na área norte do campo, superando as expectativas originais. Foram mais de 130 milhões de barris de óleo equivalente (boe) processados das plataformas P-18, P-19, P-20 e P-27. Alcançou as marcas de tratar, estocar e exportar cerca de 70% do óleo de Marlim e 20% do óleo de Albacora, em 2013.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 29/11/2023*

## PPSA LANÇA PAINEL COM INFORMAÇÕES DOS VOLUMES DE ÓLEO E GÁS DA UNIÃO EM CONTRATOS DE PARTILHA

*Da Redação OFFSHORE 29/11/2023 - 16:00*



A partir de agora a Pré-Sal Petróleo passa a divulgar mensalmente a parcela de petróleo e gás natural que a União tem direito nos acordos de individualização da produção (AIPs) que envolvem áreas não contratadas. Os dados irão se somar à divulgação da produção da União nos contratos de partilha. Para facilitar a visualização, foi elaborado um novo Painel Interativo, dedicado exclusivamente aos volumes de produção.

Segundo a diretora técnica e presidente interina, Tabita Loureiro, o novo painel aumenta a transparência da empresa, disponibilizando novos dados para a sociedade sobre os volumes recebidos pela União. “Já não podemos mais falar da produção da União sem considerar as jazidas unitizadas. Nossa produção mensal cresce a cada mês. Hoje a União já conta com 51 mil barris por dia, sendo 45 mil bpd dos contratos de partilha e a diferença está na produção dos Alps. Também é preciso destacar a produção da Jazida Compartilhada de Tupi, por exemplo, hoje principal responsável pela parcela de gás natural da União. Com o novo painel, cada pessoa poderá ter acesso aos dados e filtrar as informações conforme seu interesse, aumentando assim a possibilidade de análises”, explicou Tabita.





O painel permite que o leitor aplique filtros para visualizar apenas os dados dos contratos de partilha ou dos AIPs, selecionando campos e datas e obtendo os resultados em formato de gráficos ou tabelas. O painel traz os dados históricos desde 2017.

### Produção da União

Em setembro de 2023, a União contou com uma parcela de produção de 51 mil barris de petróleo por dia (bpd) e de 112 mil metros cúbicos por de gás natural considerando os contratos de partilha e os AIPs.

Os oito contratos de partilha tiveram uma produção diária média de dia de 982 mil bpd em setembro. O resultado é 6,6 % superior ao de agosto, em função do retorno à produção do FPSO P-70 Atapu, após parada programada. Búzios foi o maior produtor em setembro com 512,9 mil bpd.

Do total produzido, a parcela de produção diária de direito da União foi de 45 mil bpd, sendo 74% relativa a Mero.

Desde 2017, início da série histórica, a produção acumulada em regime de partilha de produção é de 576 milhões de barris de petróleo. Búzios é responsável por mais da metade da produção. A parcela acumulada da União desde 2017 é de 32,79 milhões de barris de petróleo. Mero é responsável por mais da metade da parcela recebida pela União.

Em setembro, a produção total de gás natural para exportação foi de 2,92 milhões de m<sup>3</sup> por dia, uma redução de 9% em relação a agosto. Búzios foi o maior produtor com 2,61 milhões de m<sup>3</sup> por dia, respondendo por 89% do total. A média do total da parcela de gás natural disponível para exportação da União foi de 46 mil de m<sup>3</sup> por dia, uma redução de 9% em relação a agosto. O Campo de Búzios respondeu por 80% da produção da União em agosto.

Desde 2017, a produção acumulada nos contratos de partilha soma 1,63 bilhão de m<sup>3</sup> de gás natural com aproveitamento comercial. O excedente em gás natural da União nos contratos de partilha desde 2017 é de 170 milhões de m<sup>3</sup>

### Acordos de individualização da produção

A produção diária de óleo dos acordos de individualização da produção de Mero, Tupi e Atapu foi de 13 mil barris por dia (bpd), estável em relação a agosto. O AIP de Tupi foi responsável por 73% da parcela de óleo da União, correspondente a uma produção média diária de 6 mil bpd.

A Produção diária de gás natural nos AIPs foi de 11,9 milhões de m<sup>3</sup> por dia, sendo o AIP de Tupi responsável por toda a produção. A parcela média diária de gás natural da União foi de 66 mil m<sup>3</sup> por dia.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 29/11/2023*

### ROYALTIES: VALORES DE SETEMBRO PARA CONTRATOS DE PARTILHA DE PRODUÇÃO FORAM DISTRIBUÍDOS NESTA QUARTA-FEIRA

*Da Redação OFFSHORE 29/11/2023 - 16:00*

Foram concluídas nesta quarta-feira (29) todas as etapas da operacionalização da distribuição de royalties pela ANP, relativos à produção de setembro de 2023, para os contratos de partilha de produção.

O valor de partilha repassado diretamente aos estados foi de R\$ 489.754.299,85, enquanto os municípios receberam R\$ 651.011.225,04. Em termos de número de beneficiários, os repasses foram feitos a 464 municípios e dois estados.



O montante total de royalties da produção de setembro de 2023 dos regimes de concessão, cessão onerosa e partilha destinados aos municípios, estados e União foi de R\$ 5,5 bilhões.

A ANP é responsável por calcular, apurar e distribuir os royalties aos entes beneficiários (União, estados e municípios). Os royalties são distribuídos aos beneficiários segundo diversos critérios estabelecidos na Lei nº 7.990/1989 e Decreto nº 1/1991 (distribuição da parcela de 5% dos royalties) e Lei nº 9.478/1997 e Decreto nº 2.705/1998 (distribuição da parcela acima de 5% dos royalties).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/11/2023

## COMITÊ ESPERA USO EFICIENTE DOS ATIVOS DE SANTOS NA EXPANSÃO DOS PRÓXIMOS 10 ANOS

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 28/11/2023 - 20:33



### Arquivo/Divulgação

Comus/ACSP entende que ganhos de produtividade são imprescindíveis até que novos investimentos, a serem definidos e confirmados, comecem a movimentar carga no complexo

O Comitê de Usuários dos Portos e Aeroportos do Estado de São Paulo da Associação Comercial de São Paulo (Comus/ACSP) avalia que o complexo portuário de Santos deverá buscar, cada vez mais, o uso mais racional dos ativos existentes e dos acréscimos de

capacidade decorrentes de empreendimentos considerados 'irreversíveis', que contam com cronogramas de execução e recursos definidos. O Comus entende que ganhos de produtividade são imprescindíveis, até que os novos investimentos, a serem definidos e confirmados, comecem a movimentar carga num horizonte de 10 anos.

O grupo verifica que já estão sendo exigidos ganhos de produtividade do complexo portuário a fim de atender aos volumes programados ou projetados em termos de escoamento das safras do agronegócio e de outras cargas semi faturadas e manufaturadas em contêineres até 2033. O comitê considera importante o planejamento voltado para políticas públicas e a indicação de investimentos prioritários para infraestrutura e ressalta que existem investimentos sendo cogitados, mas que ainda estão sem cronograma de execução e recursos definidos.

“É preciso, na medida do possível, trabalhar de maneira articulada para, fazendo uso mais racional dos ativos, possamos produzir mais movimentação com o que temos, acrescido dos investimentos que julgamos irreversíveis”, analisou o coordenador do Comus, José Cândido de Almeida Senna, durante reunião na última semana, com participação do diretor de gestão e modernização portuária da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA), Fábio Lavor.

O Comus entende que intervenções como o aprofundamento do canal de navegação para 16 metros são irreversíveis, bem como os investimentos previstos no novo cronograma da Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips) e melhorias em obras de acessos rodoviários. A análise tem como base as reuniões promovidas pelo comitê com cerca de 30 visões de stakeholders desde junho de 2021.

Esta semana, o Comus/ACSP vai discutir uma portaria do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) de São Paulo, publicada este mês, que permite a circulação de veículos com mais capacidade (bitrens e rodotrens), restrita a horários noturnos. Senna acredita que a mudança dará melhor distribuição dos níveis de serviço do sistema Anchieta-Imigrantes e, de certa forma, resgatará a figura do 'usuário 24 horas'.

A leitura é que a consolidação de Santos como hub de contêineres exigirá a interlocução com diferentes stakeholders, inclusive com aqueles fora do complexo portuário santista. O Comus/ACSP identifica a necessidade de trabalhos conjuntos pela transição até 2033. “Pelas avaliações que fizemos, precisamos fazer o melhor uso possível dos ativos que temos, acrescidos dos empreendimentos que consideramos irreversíveis, como canal de acesso, FIPS no horizonte de 10 anos, em que o primeiro acréscimo de capacidade se dará de hoje a 5 anos”, defendeu Senna.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/11/2023

## COMISSÃO DO SENADO ADIA ANÁLISE DE PL DA PRATICAGEM PARA PRÓXIMA SEMANA

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 28/11/2023 - 20:09



### Arquivo/Divulgação

Marinha e armadores veem riscos no substitutivo aprovado na Câmara e pedem mais diálogo. Relator na CI afirma que houve consenso e que todos interessados foram ouvidos ao longo de 2 anos até chegar a um acordo

A Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado concedeu vista coletiva na análise do projeto de lei 757/2022, que trata da regulação da praticagem. Na sessão desta terça-feira (28), a CI acolheu o pedido formulado pelo

senador Zequinha Marinho (Podemos-PA), que trouxe o argumento de que a assessoria parlamentar da Marinha do Brasil entrou em contato alegando que não tem estrutura para ser o regulador econômico da atividade e apresentando o desejo de dialogar sobre a possibilidade de essa atribuição passar para a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), conforme já manifestado em outras ocasiões. O presidente da CI, senador Confúcio Moura (MDB-RO), informou que a matéria será apreciada na próxima semana.

Após o pedido de vista concedido, o relator do PL na CI, senador Weverton Rocha (PDT-MA), destacou que existe um acordo entre os deputados de que, caso o PL 757/2022 não fosse aprovado conforme o consenso estabelecido, a Câmara aprovaria o PL 877/2022 do Senado, cujo texto não prevê que a Antaq seja ouvida pela Marinha na questão do preço cobrado pelos práticos. O substitutivo do PL 757 aprovado permite a possibilidade de participação da agência reguladora em comissões temporárias quando convocadas pela autoridade marítima, que acumularia o papel de regulador técnico e econômico da praticagem.

A discussão sobre os projetos que tramitam no Congresso a respeito da regulação da praticagem foi retomada com o encaminhamento à Câmara do PL 877/2022, aprovado no Senado. Esse projeto foi apresentado no Senado em abril de 2022 e votado após a realização de reuniões e audiências públicas com as partes interessadas, em maio de 2023.

Na semana passada, a Câmara decidiu em plenário aproveitar o texto do Senado e outros que tramitam na Casa, modificando o PL 757/2022 com a permissão para a Antaq participar das comissões temporárias, reforçando a prerrogativa da autoridade marítima como regulador técnico e econômico, com a agência podendo emitir parecer consultivo sobre o preço.

Desde a aprovação do substitutivo do PL 757 na Câmara, armadores de longo curso e de cabotagem e a própria Marinha vêm criticando as mudanças aprovadas em regime de urgência. No começo da semana, a autoridade marítima manifestou que as mudanças apresentadas no texto atual em tramitação oferecem 'grande risco à segurança da navegação'.



### Armadores contestam

Nesta terça-feira (28), o Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave) e a Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac) divulgaram uma nota conjunta na qual reiteram que o texto foi aprovado 'a toque de caixa', consolidando o alto custo do serviço de praticagem, além de colocar em risco a competitividade do comércio exterior e da navegação doméstica pela costa brasileira. Os armadores entendem que o texto aprovado na Câmara limita as atividades da autoridade marítima na regulação técnica do serviço de praticagem e cria uma regulação econômica 'precária', acentuando a assimetria na negociação dos preços para contratação da praticagem e, conseqüentemente, aumentando o custo do transporte marítimo.

Centronave e Abac defendem que o texto seja modificado para priorizar a regulação por órgão econômico, a definição de métrica, assegurar regulação técnica pela Marinha e aprovar a regulação econômica da praticagem por órgão econômico. As associações mencionam que outros órgãos como Antaq, Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), Marinha, BNDES, OCDE, Tribunal de Contas da União (TCU) e Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) também são a favor da regulação econômica. "Somente assim vamos conseguir uma redução real do Custo Brasil, o que fortalecerá a marinha mercante, a cabotagem e o comércio exterior no Brasil", alegam as associações.

Na sessão de hoje da CI, o relator disse que, na prática, a Marinha do Brasil já faz a regulação econômica ao cumprir decisões judiciais. Ele alegou que isso pode ser comprovado com notas fiscais que constam em portarias emitidas. Segundo o senador, representantes da autoridade marítima e de todos os segmentos interessados participaram de uma série de reuniões nos últimos anos, inclusive em seu gabinete, na residência do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e nas comissões parlamentares.

Weverton afirmou que o Congresso não vai transferir a atribuição da regulação econômica da autoridade marítima para a Antaq. "Agências infelizmente não têm hoje prestígio do Congresso nacional para poder dizer que eles vão fazer um papel que ela [Marinha] já faz. Ela tem operação e know how no Brasil onde ninguém discute essa competência", salientou. O relator acredita que há tentativas pontuais de alguns setores no sentido de desconstruir um acordo onde todos participaram da elaboração.

A avaliação dos armadores é que o PL pautado na CI 'confirma a permanência dos altos custos portuários e operacionais no país, além de sustentar a continuidade de um monopólio operacionalizado por 600 profissionais de praticagem'. Centronave e Abac também contestam a alegação de consenso sobre o tema como justificativa para a urgência da aprovação na Câmara, na semana passada, destacando que os principais tomadores do serviço de praticagem não concordam, de forma alguma, com o texto aprovado.

Os armadores denunciam que os valores considerados abusivos sempre foram uma realidade e que a proposta aprovada na Câmara irá cristalizar um monopólio ao atribuir à autoridade marítima, de forma cumulativa, a regulação técnica e econômica. "Os preços da praticagem no Brasil estão entre os mais altos do mundo, e comprometem a competitividade do país no comércio exterior e na cabotagem, prejudicando o crescimento de ambos os setores nos médio e longo prazos", apontaram.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 28/11/2023*

### CI PRORROGA ATÉ 2031 ISENÇÃO DE IMPOSTO SOBRE CARGAS DO NORTE E NORDESTE

*Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 28/11/2023 - 19:57*





A Comissão de Serviços de Infraestrutura da Câmara aprovou nesta terça-feira (28) o Projeto de Lei (PL) 1.765/2019, que prorroga até dezembro de 2031 a isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) sobre as cargas com origem ou destino nas regiões Norte e Nordeste do país. O PL, da Câmara dos Deputados, recebeu parecer favorável do senador Eduardo Braga (MDB-AM), com emendas, e foi lido pelo senador Lucas Barreto (PSD-AP). A matéria segue para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O texto prorroga benefício instituído pela Lei 9.432, de 1997, que trata da ordenação do transporte aquaviário. Quando da apresentação do projeto, o texto inicial prorrogava o benefício até o início de 2022. Quando da aprovação na Câmara, os deputados entenderam estender o prazo até janeiro de 2027 no entanto o relator apresentou emenda para esticar o prazo até 31 de dezembro de 2031.

Eduardo Braga afirmou que a alteração se justifica em razão de as regiões Norte e o Nordeste possuírem baixa representatividade na indústria naval. Segundo ele, “os estaleiros se concentram na região Sudeste, normalmente no estado do Rio de Janeiro. Segundo o Norte e o Nordeste já sofrem com custos logísticos maiores, devido a seu afastamento geográfico dos pontos de maior oferta e demanda de diversos produtos. Por essas razões, julgamos apropriado que os habitantes e empresas dessas regiões não sofram o encargo de financiar o Fundo da Marinha Mercante (FMM)”, afirma no parecer.

— A isenção representa um alívio principalmente para a Zona Franca de Manaus, que já sofre com as consequências da estagnação da economia brasileira e com o aumento do chamado Custo Brasil, inclusive custos logísticos e tributários — reforçou Lucas Barreto, ao ler o voto.

Quanto ao impacto da proposta sobre o FMM, o relator explica que este recebe mais receitas com amortizações e juros de empréstimos do que com a arrecadação presente do Adicional ao Frete. A título de exemplo, no primeiro trimestre deste ano foram repassados R\$ 500,9 milhões ao FMM, que recebeu R\$ 875 milhões de financiamentos já contratados, dos quais R\$ 147,5 milhões em juros. “Os recursos necessários para o desenvolvimento da indústria naval, portanto, podem ser obtidos por outras vias, mormente pela boa gestão do dinheiro já disponível para o FMM”, assegura.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 28/11/2023*

## JAPÃO CONCLUI CONSTRUÇÃO DO PRIMEIRO NAVIO DE DEMONSTRAÇÃO DE TRANSPORTE DE LCO2

*Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 28/11/2023 - 19:52*



Um projeto japonês de P&D, direcionado para captura e armazenamento de carbono, concluiu a construção do primeiro navio para transporte de dióxido de carbono líquido (LCO2).

Batizado de "EXCOOL", o navio de 1.290 dwt foi construído pela Mitsubishi Shipbuilding. A cerimônia de batismo e entrega aconteceu nesta terça-feira (28) no estaleiro japonês Shimonoseki. A embarcação é propriedade da Sanyu Kisen Kaisha, uma empresa de gestão de navios com sede em Kobe, e está sendo fretada à Nippon Gas Line para testes.



O governo japonês espera que a captura, transporte e armazenamento de carbono se tornem totalmente operacionais até 2030, desempenhando um papel fundamental nos esforços do país para alcançar emissões líquidas zero de carbono.

O projeto foi lançado pela Organização de Desenvolvimento de Novas Energias e Tecnologia Industrial (Nedo) do Japão em junho de 2021. A Engineering Advancement Association (ENAA) do Japão expandiu a pesquisa inicial, que estudava os projetos conceituais para o transporte de CO<sub>2</sub> desde 2008.

A embarcação foi construída com tanque, equipamentos e sistema de manuseio projetados pela ENAA. A construção começou em outubro de 2022 e o navio foi lançado em março de 2023. A embarcação tem 71,9 metros de comprimento e capacidade de tanque de carga de 1.450 metros cúbicos.

Na próxima fase do projeto de demonstração, o "EXCOOL" será usado para testar o carregamento e transporte de LCO<sub>2</sub> com o objetivo de firmar uma tecnologia para o transporte marítimo em grande volume e longa distância.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 28/11/2023

## ESTALEIROS CHINESES VEEM DEMANDA POR EMBARCAÇÕES PARA INSTALAÇÕES EÓLICAS OFFSHORE

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 28/11/2023 - 19:41



A demanda global por embarcações de instalação eólica offshore vem aumentando. Os estaleiros chineses detêm quase 90% da fabricação, segundo informação da Associação Chinesa da Indústria Nacional de Construção Naval. Segundo a instituição, em outubro os pedidos globais de embarcações para instalações eólicas offshore eram de 37 unidades, com os estaleiros chineses fabricando 33 delas.

Nos primeiros três trimestres de 2023, foram entregues 20 embarcações para instalações eólicas offshore, estabelecendo um novo recorde histórico.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 28/11/2023

## OPERAÇÃO PIONEIRA NO PORTO DO PECÉM EMBARCA 20 PÁS EÓLICAS EM Balsa PARA O RIO GRANDE DO SUL

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 28/11/2023 - 19:38



O Porto do Pecém embarcou 20 pás eólicas em uma balsa T7S para o Porto Rio Grande (RS) em uma operação pioneira no Brasil. As pás, produzidas pela Aeris, foram transportadas para o Porto do Pecém ao longo de duas semanas. A balsa chegou ao Pecém na madrugada do dia 5 de outubro, quando a operação teve início. O trabalho foi finalizado no dia seguinte e a carga chegou ao destino final — a cidade de Santana do Livramento (RS) — no início de novembro. O projeto é da Weg, com intermediação da Deugro, e foi coordenada no Pecém pelas operadoras Tecer e Unilink.

“Além do ganho logístico, ambiental e social, a maioria das operações com balsas oceânicas no Brasil estão voltadas para o setor de oil & gas e agrícola. Essa operação é disruptiva, um marco e vai servir de referência para outras semelhantes. Cada caminhão na estrada leva uma pá eólica por transporte. Estamos transportando 20 de um só vez com a balsa”, destaca André Magalhães, diretor comercial do Complexo do Pecém.

André explica, ainda, que a operação embarcou, em média, uma pá eólica a cada meia hora, utilizando guindastes de terra, uma vez que as balsas, em geral, não têm guindaste de bordo, diferente de um navio, que possui um guindaste próprio.

### Cargas de projeto

A movimentação de cargas de projeto é uma das especialidades do Complexo do Pecém. No ano de 2023, já foram mais de 3 milhões de toneladas movimentadas somente desse segmento de carga. Dentre os principais materiais estão, além das pás eólicas, as placas de aço, bobinas e outros tipos de cargas, como transformadores, aerogeradores completos e pedras de granito.

“Por sermos um porto offshore com dez berços, sendo dois deles dedicados para granéis sólidos, dois para granéis líquidos, dois para contêineres e quatro para cargas soltas em geral, o Pecém oferece uma estrutura diferenciada dos demais portos brasileiros, atuando com eficiência e preços competitivos. Isso faz com que a movimentação de cargas em geral, incluindo as de projeto, aumente a cada ano”, completa André.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 28/11/2023*

## EM SETEMBRO, FERROVIAS REGISTRARAM MAIOR VOLUME DE CARGAS TRANSPORTADO DESDE 2018

*Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 28/11/2023 - 19:36*



As ferrovias brasileiras movimentaram 49,37 milhões de toneladas de carga em setembro, uma alta de 8,25 em relação ao mesmo período do ano passado. A nova edição do Panorama Transportes da Infra S.A. mostra que esse é melhor resultado para o setor desde dezembro de 2018.

Os setores aquaviário e rodoviário também registraram alta na movimentação de cargas. Segundo o documento elaborado pelo Observatório Nacional de Transporte e Logística, os portos registraram aumento de 5,9% de carga transportada com destino ao

comércio exterior, com cerca de 88 milhões de toneladas movimentadas. Já o transporte de grãos por rodovias com destino ao exterior saiu de 6,13 milhões de toneladas em setembro de 2022 para quase 10 milhões em setembro deste ano, uma alta superior a 62%. Em 2023, o crescimento para esse tipo de transporte ultrapassa 35%.

No setor aéreo, o número de passageiros em pagos chegou em índices semelhantes ao período pré-pandemia, com 9,43 milhões de pessoas. Para efeito de comparação, foram transportados 9,72 milhões de pessoas em setembro de 2019.

### Empregos

Os bons resultados na movimentação de cargas refletiram no número de contratações. Em setembro, os setores acompanhados pelo Panorama Transportes registraram saldo positivo de 10533 admissões. Desde fevereiro, todos os meses de 2023 ultrapassaram a marca de 7.000 novos postos de trabalho.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 28/11/2023*

## EM 10 MESES, PORTOS DO PARANÁ REGISTRA CRESCIMENTO DE 15% NAS MOVIMENTAÇÕES PARA EXPORTAÇÃO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 28/11/2023 - 19:35



De janeiro a outubro de 2023, a Portos do Paraná registrou crescimento de 15% nas movimentações para exportação. Ao todo, foram 35.198.778 milhões de toneladas movimentadas, um aumento de 4,5 milhões de toneladas em comparação a 2022. As cargas que foram destaque são soja, açúcar e farelo; os principais destinos, China, Coreia do Sul e Japão.

Segundo o diretor-presidente da empresa, Luiz Fernando Garcia, “para atender a elevada demanda de mercado, estamos trabalhando pesado no sistema operacional e focando em estratégias para crescimento

da Portos. Nos próximos meses teremos o início da construção do Moegão, sistema exclusivo de descarga ferroviária de grãos e farelos, que promete um ganho de 63% na capacidade de desembarque de carga”. Para esta obra, serão investidos R\$ 592 milhões.

A movimentação total de cargas, incluindo importação e exportação, foi de 53.360.117 toneladas, 3,66 milhões de toneladas a mais no comparativo ao ano anterior (crescimento de 7,4%). O diretor de operações da Portos do Paraná, Gabriel Vieira, explica “o mercado apresentou uma grande procura ao longo de todo e nós otimizamos as nossas manobras de atracação, desatracação e planejamos uma logística de forma a atender ao máximo possível a maior quantidade de navios no período”.

A expectativa é que, até o final do ano, a Portos do Paraná alcance a marca total de 62 milhões de toneladas importadas e exportadas, representando um crescimento de aproximadamente 6,2% em relação a 2022.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 28/11/2023

## MILHO SE DESTACA NA PAUTA DE EXPORTAÇÕES PELO PORTO DE SANTOS EM OUTUBRO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 28/11/2023 - 19:33



O movimento acumulado no ano apresenta crescimento de 2,7% em relação a 2022, a melhor marca para o período

A safra de milho elevou os embarques do produto no Porto de Santos em 29,6%, no mês de outubro, totalizando 3,2 milhões de toneladas. Com isso, o acumulado do ano subiu para 14,8 milhões de toneladas, um aumento de 34,5%. O resultado do grão ajudou a manter o recorde do porto, que está em 142,0 milhões de toneladas, crescimento de 2,7% em relação ao período entre janeiro e outubro

do ano passado.

De acordo com o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, o resultado somente não foi melhor devido ao clima: “Outubro foi um mês com muita chuva, o que não favorece o embarque de grãos”, explica o presidente. “Ainda assim, foi o melhor resultado da história no



embarque da granéis sólidos vegetais, o que demonstra a capacidade de recuperação e de produtividade do Porto de Santos”, complementa Pomini.

O embarque de granéis vegetais (milho, açúcar e soja, dentre outros) alcançou 7,1 milhões de toneladas em outubro. É um tipo de carga que tem sido impactada pelo período chuvoso. Nos períodos em que o tempo firma tem sido providenciado é um esforço conjunto para acelerar os embarques e liberação dos navios carregados nos terminais e a organização dos comboios de entrada e saída de navios.

O total de cargas em outubro somou 14,3 milhões de toneladas, apresentando leve redução de 0,8% em relação ao mesmo período do ano passado. Mesmo assim, se mantém como a segunda melhor marca entre os meses de outubro. Os embarques totalizaram 10,7 milhões de toneladas, apresentando um crescimento de 2,7%, e as descargas atingiram 3,5 milhões de toneladas, queda de 10%.

A carga containerizada somou no mês de outubro 439.743 TEUs e no acumulado do ano 3,9 milhões de TEUs, reduções de 2,6% e 6,9%, respectivamente.

Os granéis sólidos somaram no acumulado do ano 77,5 milhões de toneladas, aumento de 10,5% sobre o mesmo período de 2022 e melhor marca para o período. Ganham destaque nesse segmento a soja, com 37,5%; o açúcar, com 19,7%; o milho, com 19,1%; a soja peletizada, com 9,9%; e o adubo, com 8,2%.

Os líquidos a granel atingiram no acumulado de janeiro a outubro 15,9 milhões de toneladas, queda de 0,5% em relação ao acumulado nesse período do ano passado. Na composição dos líquidos a granel destacam-se: óleo diesel e gasóleo, com 22,5%; óleo combustível, com 19,9%; outras mercadorias, com 15,6%; sucos cítricos, com 14,5%; soda cáustica, com 6,9%; gasolina, com 6,8%; e álcool, com 6,3%.

As atracações de navios no ano somam 4.496, crescimento de 3,8%.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 28/11/2023*

## MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NO PORTO DE IMBITUBA CRESCE 5,5% EM OUTUBRO

*Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 28/11/2023 - 19:31*



O Porto de Imbituba fechou outubro com movimentação de 567,3 mil toneladas e um crescimento de 5,5% em relação ao mesmo período do ano passado. Ao todo, foram atendidos 24 navios no último mês, principalmente de granéis sólidos e contêineres. No acumulado do ano, passaram por Imbituba mais de 6,3 milhões de toneladas e 246 navios.

Para Beto Martins, secretário de Portos, Aeroportos e Ferrovias do estado de Santa Catarina, “o Porto de Imbituba vem enfrentando um cenário desafiador por conta dos efeitos climáticos. E, mesmo com esta

situação, conseguiu manter os resultados de crescimento que vem apresentando ao longo do ano e segue com a expectativa de obter um resultado superior ao de 2022”.

Já o diretor-presidente da SCPAR Porto de Imbituba, Urbano Lopes de Sousa Netto, explica que o aumento na movimentação no Porto de Imbituba em outubro foi fortemente influenciada pelo fechamento da Barra do Rio Itajaí-açú, que provocou grande alta na operação de contêineres. “Em que pese as dificuldades operacionais enfrentadas, houve aumento de 72,3% no número de contêineres movimentados em relação ao mês anterior, sendo que a autoridade portuária, a



arrendatária e os órgãos intervenientes vêm empreendendo todos os esforços para a normalização da prestação do serviço”, disse o gestor.

Em 2023, o porto vem apresentando uma média de movimentação de 630 mil toneladas por mês. A maioria das operações foram de exportação (51,6%), que apresentou alta de 38,9% na tonelagem movimentada, se comparado ao realizado de jan-out de 2022. No sentido inverso, as importações garantiram 36,6% da tonelagem total, com retração de 20,4%. Já a cabotagem, navegação dentro do Brasil, representou 11,8% da movimentação do Porto, o que mostra uma queda de 1,4% em relação ao ano passado.

As principais cargas transportadas de janeiro a outubro foram do segmento de granéis sólidos (82,5% do total). No ranking geral de movimentação, aparecem no topo o coque de petróleo, farelos de milho e soja, contêineres, sal e milho. Seguem a lista, os fertilizantes, malte/cevada, hulha betuminosa, toras de madeira, trigo, dentre outros produtos. Segundo dados do Governo Federal, as operações de importação e exportação em Imbituba movimentaram mais de 1,6 bilhão de dólares este ano.

Até dezembro, a expectativa da autoridade portuária é que o porto movimente em torno de 7,3 milhões de toneladas. Se confirmado, o resultado trará um novo recorde histórico anual e um crescimento de 2,5% em relação ao ano anterior.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 28/11/2023*

## **BTP COMPLETA 10 ANOS DE OPERAÇÕES E MIRA NA EXTENSÃO DA SUA CONCESSÃO NO PORTO DE SANTOS**

*Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 28/11/2023 - 19:28*



Terminal foi responsável pela movimentação de mais de 14 milhões de TEUs na última década e aguarda a aprovação da sua renovação contratual para investir inicialmente mais de R\$ 1,5 bilhão

A Brasil Terminal Portuário (BTP) completa 10 anos desde sua inauguração no Porto de Santos, litoral de São Paulo. Ao longo da última década, a empresa ganhou destaque entre os terminais dedicados a contêineres na região santista. O terminal dispõe de área projetada de 430 mil m<sup>2</sup>. A companhia movimenta anualmente cerca de 1.5 milhão TEUs.

“Nossos 10 anos em Santos foram marcados, o tempo todo, por uma orientação de inovação constante e de melhorias contínuas nas atividades operacionais. Focamos em investimentos em equipamentos e infraestrutura para excelência no atendimento aos clientes, bem como olhamos com carinho e cuidado o desenvolvimento dos nossos colaboradores, aprimorando a capacitação de todos para estarem prontos para mais 10, 20 anos de atuação da BTP nesse porto”, enfatiza Ricardo Arten, CEO da BTP.

Desde o início das operações, a companhia tem realizado importantes investimentos no terminal. Começou com a recuperação de uma degradada área conhecida por ‘Lixão da Alemoa’, em um projeto de remediação ambiental que levou 30 meses, até erguer ali um berço de mais de 1,1 mil metros e capaz de acomodar três navios de grande porte simultaneamente.

Entre a remediação ambiental e o projeto de implantação do terminal, em novembro de 2013, a companhia consumiu mais de US\$ 800 milhões em investimentos iniciais diretos aportados pelos sócios Terminal Investment Limited (TiL) e APM Terminals, dois dos maiores operadores portuários do mundo, e pelo International Finance Corporation (IFC), braço do Banco Mundial.

O terminal já atingiu a marca de embarque e desembarque de mais de 14.8 milhões de TEUs e recebeu mais de sete mil navios.

### Renovação

Como parte do pedido de renovação do seu contrato de arrendamento por mais 20 anos, até 2047, a BTP firmou o compromisso de investimentos de R\$ 1,5 bilhão (em valores de dezembro de 2020). O pedido de renovação desenhado pela empresa inclui o aumento de capacidade operacional, com aquisição de nova frota de equipamentos, além de reforço dos berços, readequação de instalações e edificações e automatização dos gates.

O pacote de investimentos projeta aumento de capacidade operacional em mais 40%. A capacidade de movimentação de cais da empresa prevê ampliação pela compra de quatro novos ship to shore crane (STS), totalizando 12 eletrificados, além de novas defensas.

A área reefer também prevê aumento significativo, passando das atuais 2.128 para cerca de 3.500 tomadas refrigeradas.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 28/11/2023*

## OPERAÇÃO COM A ALE COMBUSTÍVEIS INSERE VLI EM MERCADO DE CRÉDITOS DE CARBONO

*Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 28/11/2023 - 19:21*



O transporte de 751 mil litros de gasolina e diesel da ALE Combustíveis realizado pela VLI no mês passado, entre São Luís (MA) e Porto Nacional (TO), marcou a inserção da companhia de logística no mercado de créditos de carbono. O processo se dá a partir da compensação das emissões de gases de efeito estufa desta operação. O fato é pioneiro no transporte ferroviário no Brasil.

"A VLI possui compromisso de redução de 15% das emissões de gases causadores do efeito estufa por tonelada transportada até 2030. Estamos mobilizados

para isso por meio de uma série de iniciativas de descarbonização. A compensação das emissões é mais uma frente da nossa jornada, que nos permite mitigar os impactos das nossas operações enquanto avançamos com o nosso compromisso com foco em inovação e tecnologia", afirma a gerente-geral de Sustentabilidade da VLI, Francielle Pedrosa.

A ideia surgiu na última edição do Inova VLI, programa de intraempreendedorismo da companhia, e vem sendo chamada de SemC. A premissa é simples: como regra geral, empresas que procuram compensar as emissões podem fazê-lo diretamente adquirindo créditos de carbono com tradings. A VLI consegue vincular os créditos de carbono diretamente com as operações ferroviárias, de modo que as informações são totalmente rastreáveis e auditáveis, além de gerar otimização de recursos para os seus clientes.

"É o que torna a VLI um elo irreplicável e necessário desta cadeia. Por isso, vemos o SemC como uma boa iniciativa ambiental e uma potencial nova frente de negócios para a companhia. Nossa intenção é seguirmos escalando para outros segmentos que atendemos, como grãos, açúcar e industrializados, uma vez que percebemos o engajamento dos nossos clientes com o tema", diz João Carlos Apolônio de Souza, gerente comercial da VLI.

### Transição energética

"Estamos muito satisfeitos em contribuir com mais essa iniciativa sustentável em parceria com a VLI e seguimos em busca de soluções conjuntas para mais inovações logísticas em benefício do meio ambiente e de nossos clientes", afirma o gerente executivo de Logística da ALE, Elmer Vinhote. Ele



# INFORMS

## INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 196/2023  
Página 75 de 75  
Data: 30/11/2023  
[www.mercosshipping.com.br](http://www.mercosshipping.com.br)  
[merco@mercoshipping.com.br](mailto:merco@mercoshipping.com.br)

destaca que ações pioneiras como essa devem impulsionar mais a demanda por soluções sustentáveis no setor.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 28/11/2023*



### MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA

**ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA [MERCOSHIPPING.COM](http://MERCOSHIPPING.COM) E NO [LINKEDIN.COM](http://LINKEDIN.COM)**

Este conteúdo também está disponível na [www.mercosshipping.com](http://www.mercosshipping.com) e no [www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda](http://www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda)

*Fonte : InforMS*

*Data: 30/11/2023*